



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**JONATAS JONAS SILVA DOS SANTOS**

**ENTRE A “FORÇA DA TERRA” E A “INDÚSTRIA DO HOMEM”:  
ALGODÃO, NATUREZA E CULTURA NO CEARÁ DO OITOCENTOS.**

**FORTALEZA**

**2018**

JONATAS JONAS SILVA DOS SANTOS

ENTRE A “FORÇA DA TERRA” E A “INDÚSTRIA DO HOMEM”:  
ALGODÃO, NATUREZA E CULTURA NO CEARÁ DO OITOCENTOS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: Ciências Humanas.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Kênia Sousa Rios.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S235e Santos, Jonatas Jonas Silva dos.  
Entre a "força da terra" e a "indústria do homem": algodão, natureza e cultura no Ceará do oitocentos /  
Jonatas Jonas Silva dos Santos. – 2016.  
99 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-  
Graduação em História, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios.

1. Algodão. 2. Corpo. 3. Cultura. 4. Natureza. I. Título.

CDD 900

---

JONATAS JONAS SILVA DOS SANTOS

ENTRE A “FORÇA DA TERRA” E A “INDÚSTRIA DO HOMEM”:  
ALGODÃO, NATUREZA E CULTURA NO CEARÁ DO OITOCENTOS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Ciências Humanas.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Kênia Sousa Rios (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.Dr. Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Pai das Luzes, pela sua misericórdia e arbítrio.

Agradeço ao ex-presidente Lula, por acreditar que pobre também pode cursar um mestrado em universidade pública. Se querem silenciar, o historiador está aqui para lembrar.

À Kênia Rios, pela paciência e cuidado. O meu muito obrigado por tudo.

A Régis Lopes e Antonio Luiz, pelas leituras e generosidade. Leitores fundamentais.

A Eurípedes Funes, pela leitura atenta e rigorosa. Leitor desde o início do projeto de mestrado.

À Ana Carla Sabino e Jaílson Silva, pelo carinho e cuidado enquanto tutores e amigos.

Aos professores (as) do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Pelas reflexões e poemas. À Luciana, por toda a ajuda.

Aos amigos Jorge Henrique e Nicodemus. Professores do Liceu que me incentivaram a pensar historicamente e a trilhar essa aventura que é ser um historiador.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de estudos ao longo do mestrado.

A Diego Belfante, querido amigo de graduação e mestrado. Da vida. Porque há amigo mais chegado que um irmão.

Aos amigos do Grupo de Estudos História, Natureza e Cultura, pelas leituras e amizade. Especialmente ao Felipe, Rafael, César, Gabriel, Daniel e Diego Estevam.

Aos amigos de mestrado Diego, Bruno, Diego Estevam, Lia, Pedro, Alexandre Piauí, Alexandre Fortaleza, David, Sandra, Leila, Larissa, pela boa convivência, conversas e risadas.

Aos amigos do Programa de Educação Tutorial (PET), Manuelle (Manu), Willem, Jéssica, Eliziane (Liz), Diego, Pedro Holanda, Raul, Juliana, Paulo Ítalo, Adeliana, Raylane, Micharles, Amanda, Vera (Verinha), Luiz Alves, Carlos Henrique, Lindemberg, Plauto, Gabriel, Beneângelo, Rennê, Douglas, Tayná, Lucas, Diego Cavalcante e Felipe Almeida. Obrigado pelas leituras e conselhos.

Aos amigos de graduação, especialmente Renan, Thales, Luan, Juliana, Jorge Lucas, Marcela, Rodrigo, João Alexandre, Danilo, Leandro, Ray, Marcelos. Saudade boa de vocês!

A William Falcão, Reginaldo, Thiago Salles, Plauto, Airton, Gilberto Gilvan, Carol Maciel, Marcelino, Jorge Lucas, Joemy, Léo, Beatriz, Flávio, Gleici, Erlon, Débora, Adelena, Paulo Yan, Jormana e Raul. Obrigado pela ajuda na graduação, nas pesquisas e nos encontros.

Aos amigos do conjunto São Bernardo, Pedro, Alexandra, Edno, Jhonatan e Igor (Cabeça). Pelas conversas descontraídas, pelas risadas e (des) encontros. Por que também precisamos rir da vida, apesar de tudo.

À querida Elaine, pelo carinho e companheirismo. Dedico-lhe este trabalho. Porque o amor nos surpreende. À Marinete, Francisco de Assis, Isabel e Luis Fernando, pois me acolheram com grande estima na família.

A Jonas e Joelsa, meus queridos pais, porque conversar, rir e chorar juntos também nos faz bem. Obrigado pelos livros e conselhos. Aos meus irmãos e cunhadas, Jonas Júnior e Samara; Jonadabe e Izabelle. Obrigado pela companhia e carinho.

Aos esquecidos e ao esquecimento, porque a História não se faz apenas de lembranças.

## RESUMO

A pesquisa busca investigar como certas transformações no meio geográfico cearense estão relacionadas a mudanças nas relações sociais de produção e percepção do algodão entre o final do século XVIII e meados do XIX. Fugindo de análises que tomam a realidade encerrada em aspectos unicamente econômicos ou políticos, bem como de visões dualistas que contrapõem a “modernização” em face da “tradição”, uma natureza inerte que sofre simplesmente a ação do homem, pretende-se, ao contrário, estudar relações sociais na cultura algodoeira em sua complexidade ambiental, cuja perspectiva está marcadamente assentada nos diversos relacionamentos entre natureza e sociedade. Destarte, objetiva-se analisar e compreender possíveis tensões temporais na realidade socialmente vivida de agricultores diante de exigências capitalistas, com seus projetos de mudanças no cultivo de algodão voltados para maior incremento produtivo, defesa de modernas técnicas e tecnologias e a defesa de ideais calcados no lucro, bem como suas relevantes transformações no mundo natural. Nesse sentido, através de vestígios variados, como Relatórios de Presidentes de Província; relatos de viajantes; memórias de políticos e homens de ‘sciencia’; dicionários; jornais; inventários; dentre outras; tenta-se ensaiar uma composição, uma interpretação histórica, que compreenda algumas relações entre a técnica, o corpo, as cores e novas sensibilidades nas vivências com a natureza, suas formas de compreensão e notação do tempo em seus trabalhos cotidianos. Dessa forma, partimos do princípio de que a natureza transformada expressa cultura e que o estudo sobre algumas tensões temporais no algodoeiro estão fortemente atreladas às formas como esses homens modificaram e foram modificados por meio de movimentações complexas entre sociedade e natureza.

**Palavras-chave:** Algodão, Corpo, Cultura e Natureza.

## ABSTRACT

This research seeks to investigate how certain transformations in the geographical environment are related to changes in social relations of production and perception of cotton between late eighteenth century and the mid-nineteenth century in Ceará. Fleeing analyzes that take the reality closed in solely economic or political aspects, as well as dualistic views that oppose the "modernization" in the face of "tradition", an inert nature that simply suffers the action of man, the aim is to study social relations in the cotton industry in its environmental complexity, whose prospect is markedly held in the various relationships between nature and society. Therefore, the objective is to analyze and understand possible temporal tensions in socially lived reality of farmers in the face of capitalist demands, with their change projects in cotton cultivation facing higher production growth, defense of modern techniques and technologies and the defense of footwear ideal in profit and its relevant changes in the natural world. In this sense, through various traces, as reports Province of Presidents; travelers' accounts; political memories and men of 'science'; dictionaries; newspapers; inventories; among others; tries to rehearse a composition, a historical interpretation, which understands some relationships between technical, body, colors and new sensibilities in the view of their experiences with nature, their ways of understanding and notation of the time in their daily work. In this way, we assume that nature transformed expresses culture and the study of some temporal tensions in cotton are strongly linked to the ways in which these men were changed and modified through complex transactions between society and nature.

**Key-words:** Cotton; Body, Culture and Nature.



O duro não dura,  
muda pouco,  
antes conserva, cai na estática.  
O suave dura por sua paradoxal capacidade de conversão.  
(...)  
O tempo da História muda suavemente.  
Michel Serres<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SERRES, Michel. **A guerra mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, p.110.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>O ESPAÇO</b>	
<b>2.1</b>	<b>Fios e rotas.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2</b>	<b>O algodão em projeção.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>TRAJETÓRIAS</b>	
<b>3.1</b>	<b>Em busca do tempo .....</b>	<b>39</b>
<b>3.2</b>	<b>O Ceará em projeção .....</b>	<b>47</b>
<b>4</b>	<b>O CORPO</b>	
<b>4.1</b>	<b>Técnica e estética .....</b>	<b>55</b>
<b>4.2</b>	<b>Objetos para ver e sentir .....</b>	<b>61</b>
<b>5</b>	<b>O PESO E A COR</b>	
<b>5.1</b>	<b>O peso da textura .....</b>	<b>68</b>
<b>5.2</b>	<b>A textura da cor .....</b>	<b>81</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
	<b>FONTES .....</b>	<b>93</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*(...) é o que têm de bom as associações de ideias, umas vão puxando pelas outras, de carreirinha, a habilidade está em não deixar perder o fio à meada, em compreender que um caco no chão não é apenas o seu presente de caco no chão, é também o seu passado de quando não o era, é também o seu futuro de não saber o que virá a ser*

José Saramago<sup>2</sup>

Este trabalho nasceu de uma vontade de saber, de uma curiosidade, sobre algumas contradições que alhures se veem desde as gêneses da modernidade<sup>3</sup>. A partir do momento em que foi percebido como um espaço/tempo promissor pelo olhar do europeu, as *terrae brasilis* vêm sendo marcadas por diversas linhas de forças antagônicas. Algumas convergentes, outras tensionadas em uma costura complexa que expõe em suas várias tramas fissuras, bricolagens, resistências em diferentes experiências de vivência.

Desde a aurora dos tempos modernos, em que o mundo passou a se tornar cada vez mais enredado, há mudanças sintomáticas que apontam para novos e diferentes encontros. Encontros ocorridos não apenas como entre pessoas, mas como enfrentamento entre objetos, práticas e representações que passaram a misturar povos e culturas até então insulares. O desejo conquistador que atravessou o atlântico em busca de territórios ao horizonte, horizontais, em busca de riquezas e aventuras, construiria relações cada vez mais verticais, marcadas pelo aumento da competição entre países e a formação de ideais baseados crescentemente, desde o fim da Idade Média, pelo mercado, lucro e exercício de poder que aglutina política e economia. O século XVIII, com a queda dos preços do açúcar no comércio internacional, a falta de lenha junto aos engenhos, a devastação das matas e o constante desgaste do solo, vê a passagem para um regime de ocupação do espaço imaginado como um torrão a ser conquistado, domado, utilizado com fins a render bons dividendos. Essa fase geralmente é descrita pela historiografia como o período que inicia a complementaridade entre a lavoura litorânea e a pecuária no interior<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pg. 182.

<sup>3</sup> A expressão “Gêneses da modernidade” faz referência à obra GANDILLAC, Maurice. **Gêneses da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

<sup>4</sup> SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. **Caio Prado Jr.: Dialética e concretude da experiência histórica**. IN: NOGUEIRA, Antonio Gilberto; GONÇALVES, Adelaide. (Orgs.). **Caio Prado Jr.: legado de um saber-fazer histórico**. 1ed. São Paulo: Hucitec, 2013. Também ver: PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

As boiadas, ao abrir novas vias de comunicação entre o litoral e o interior, até então predominantemente marítimas, permitiriam maior diversificação de espaços para habitação às margens dos caminhos antigos, sobretudo depois da via estabelecida entre a Bahia e o Maranhão. Assim, é na segunda metade do século XVIII que “haveria um aumento de população na região da pecuária, em virtude da cultura do algodão, fonte de alimento complementar ao gado”. Ademais, “com o crescimento da área algodoeira as plantações de milho e de feijão iniciaram a sua expansão”, o que levaria grandes propriedades a diversificar sua atividade produtora apoiadas nesse artifício conhecido como “binômio gado-algodão”<sup>5</sup>.

O pesquisador José Pinheiro, analisando cinco documentos sobre a capitania do Ceará em fins do século XVIII<sup>6</sup>, salientou o grande interesse da Coroa portuguesa em desenvolver um projeto para o Ceará que levasse em consideração as riquezas vegetais e minerais presentes em seu “solo fértil”<sup>7</sup>. Em boa parte da carta do Ouvidor Geral da Capitania, das três memórias e do mapa das vilas e povoações em 1783, há um esforço da administração lusitana em fomentar estudos e financiar publicações que dessem a ver os potenciais que por ventura poderiam ser encontrados no Norte do Brasil. Além do mais, se levarmos em consideração que neste período a economia mundial experimentava uma ascensão econômica enquanto Portugal passava por crises em meados dos setecentos, entende-se como, “a produção algodoeira que se desenvolveu nas Capitanias do Norte (posteriormente denominada de região Nordeste) passaria a ter um papel essencial na combatida economia portuguesa”<sup>8</sup>.

Esse impulso devastador inicial levou várias comunidades ameríndias a um deslocamento mais para o interior, visando meios de subsistência e convívio. Semelhantemente, muitos colonizadores também organizaram entradas para o sertão, alguns procurando assentar povoados e encontrar meios de garantir mínima sobrevivência. Segundo indicação da professora Maria Odila, “O povoamento por oposição às áreas do litoral deu-se num processo dialético de forças que reagiam perante as contradições da lavoura de exportação”. Desse modo, essa nova

---

<sup>5</sup> MOTA JUCÁ, Gisafran Nazareno. **À Guisa de Introdução – O Espaço Nordestino: o papel da pecuária e do algodão**. IN: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, pg. 19.

<sup>6</sup> Os documentos indicados são: Conjunto de documentos do Governador Montauray (1783-84); Carta do Ouvidor sobre a situação dos índios (1786); Representação do Ouvidor: um projeto para a Capitania (1787); Mapas das Vilas do Ceará (1783); Memória escrita do Governador do Ceará, Manoel Bernardo de Vasconcelos (1799). **Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v.1, n.1, p. 13-28, 2005.

<sup>7</sup> PINHEIRO, Francisco José. Solo Fértil na Capitania: um projeto para o Ceará em fins do século XVIII. **Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v.1, n.1, p. 13-28, 2005.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*.

dinâmica rumo ao interior já conotava variados arranjos no modo de ocupar e tratar o solo, pois não estaria calcada unicamente no engenho, no cultivo da cana ou visando apenas o comércio externo. Com o aumento do transporte de gêneros alimentícios, mercadorias e pessoas, certamente essas ações resignificaram os usos do espaço e as trocas mútuas entre os homens e seus meios ambientes. No entanto, essas mudanças se faziam num sistema campesino de forte cunho elitista, hierárquico e gerador de pobreza. Silva Dias, ademais, salientou, referindo-se a Prado Jr, o projeto elitista de “uma sociedade voltada para o lucro comercial cujas elites ignoravam as necessidades de abastecimento, consideravam que não havia espaço para as culturas de subsistência no litoral, de modo que foram deslocadas para o sertão”<sup>9</sup>.

Apesar da importância que teve essa leitura historiográfica para o entendimento dos primeiros séculos de colonização portuguesa na chamada América Lusitana e de como o Brasil chegou a ser o país que se materializa pelo número de pessoas pobres e sem auxílio básico nas periferias, em seu lastro de desigualdade, outras interpretações já discutem o chamado “sentido da colonização”<sup>10</sup>, que foi posto recentemente em debate devido ao forte relevo dado ao comércio exportador e suas movimentações econômicas que apontavam preponderantemente para o benefício da economia lusitana. Reformulando outras hermenêuticas em torno dessas questões caras à geração de 1930, os historiadores fluminenses João Fragoso e Manolo Florentino retomaram algumas questões pertinentes sobre essa relação entre economia e atuação do Estado na passagem dos setecentos para os oitocentos, procurando nuançar a diminuta importância atribuída às dinâmicas internas do Império no Brasil. Segundo eles, “a estrutura de produção colonial gerava seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabilizava a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa”<sup>11</sup>.

Contudo, a segunda metade do século XVIII ficara marcada tanto do ponto de vista do espaço estratégico do Império português nos Trópicos quanto das relações comerciais que envolviam monopólios de mercadorias, invenções técnicas e tratados científicos entre Portugal, França e Inglaterra, dentre outros. Também se acentua o interesse da Metrópole portuguesa em

---

<sup>9</sup> SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. **Caio Prado Jr.: Dialética e concretude da experiência histórica**. IN: NOGUEIRA, Antonio Gilberto; GONÇALVES, Adelaide. (Orgs.). **Caio Prado Jr.: legado de um saber-fazer histórico**. 1ed. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 33.

<sup>10</sup> Importante viés interpretativo formulado pelo historiador Cai Prado Jr. Ver: PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

<sup>11</sup> FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pg. 54.

melhorar a sua economia e domínio colonial em sintonia com os ideais da Ilustração Europeia. Nessa trilha, o chamado estudo das ciências ganha um lugar singular na arquitetura temporal moderna, agora responsável pela liberdade e felicidade do homem na terra, no lastro da ética do Século das Luzes. Na formulação da professora Maria Odila:

Daí o renascimento científico de meados do século XVIII, principalmente no campo das ciências naturais e mecânicas, a exaltação do sábio e do cientista como o homem prático e de ação: caberia a eles construir a felicidade dos homens com inventos e descobertas úteis ao bem-estar e à saúde e ao proveito da sociedade<sup>12</sup>.

Ao aproximar o pragmatismo típico do português, “inclinação geral própria do tempo”, a “uma política de estado bem determinada”, a historiadora ressaltou o grande volume de memórias e tratados científicos financiados e divulgados pela Metrópole, bem como “a identificação desses estudiosos brasileiros com os interesses materiais da elite rural brasileira”<sup>13</sup>. Entretanto, essa ciência que se pretendia moderna, ao reclassificar as três dimensões fundamentais para a organização da mentalidade europeia, quais sejam, aqueles que competiam à Política, a Deus e à Natureza, deu materialidade a uma nova forma de pensar o tempo, essa linha abstrata, sucessiva, ascendente e cumulativa<sup>14</sup>.

Nesse sentido, as histórias tecidas em multicoloridos fios em torno do algodão estão concatenadas a esses vários movimentos. Relacionada a essa ordem dos tempos que apreendia a história do homem como domínio eficiente das forças encontradas na natureza, na então independente Capitania do Ceará, por meio de um esforço discursivo/imaginativo, houve tentativas de projetá-la como espaço digno de empreender e gerar lucro, mesmo que isso fomentasse um radical ideal progressista baseado numa hierarquização social e cada vez mais dependente de um *ethos* longínquo, capitalista. Apesar do incentivo de alguns de seus homens mais ilustres e industriais, a realidade era que o Ceará vivia atormentado por objetos, paisagens, pessoas e modos de ser e estar que diariamente davam aos sentidos um espaço atravessado por monumentos, durações, tipos sociais em dissintonia com aquele novo repertório de desejos que vinha de outros territórios.

---

<sup>12</sup> SILVA DIAS, Maria Odila. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005, pg.40.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>14</sup> KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. São Paulo: PUC Rio, 2010.

Com efeito, como hoje possa parecer para muitos, o algodão não foi desde sempre mercadoria, objeto descarnado e vendável, produto de uma primeira e única concepção possível. Antes do valor atribuído à venda da planta, há o seu valor de uso, a relação profunda do ser na experiência histórica concreta que materializa aquilo que o capitalismo esconde como abstração. Nesse sentido, pensar o tempo é também pensar as ações dos homens na construção do espaço; a crescente tensão entre o tempo das passadas do gado e a urgência do encontro de terras para a coivara. O tempo do nascimento da planta em irmandade com o solo e as exigências dos seus frutos como matéria prima para feitura de objetos artificiais. Nem sempre se discutem as idades dos materiais, das plantas, dos objetos, seus usos técnicos e como ao longo dos anos os sentidos do homem desenvolveram, em simbiose com os seus meios ambientes, formas tecno-estéticas que criaram novas experiências culturais e marcaram gerações.

Ao nos voltarmos para a sociedade cearense dos oitocentos, procuramos fugir de simplismos, escalonamentos e dualidades que empobrecem a análise, como separações entre o que seria apenas do âmbito da cultura, da natureza, do econômico ou do político. Resultados e demonstrações fáceis que, volta e meia, são atribuídos unicamente a certos fatores e causas: a “modernização” em face da “tradição”, abstrações e generalizações que não vêem os sujeitos sociais que estão atuando na história e construindo seus itinerários e modos de vida.

Essas separações formais e duais no modo como apreendemos o mundo fazem parte de uma estratégia recente inventada pelos modernos. Isso porque a constituição moderna, ao fazer um tríplice corte na forma como se deveria ser apreendida a vida, a saber, o que seria de domínio da sociedade, da natureza ou do divino, passou a formular uma base epistemológica que esteve desde Boyle e Hobbes assentada em dualidades, como naquilo que seria objetivo ou subjetivo na vivência humana. Essa artimanha seria uma das bases usadas no exercício do poder político, científico e religioso, vindo a calhar, sobretudo, como garantia de sua legitimidade de ação quase onipresente na convivência de humanos entre si e entre estes e seus meios ambientes<sup>15</sup>.

Dessa forma, até hoje, devido em parte a essa sofisticada artimanha moderna de separar em várias partes algo que é vivido como uma mistura, custa-nos pensar a complexidade da realização histórica. Nesse sentido, este estudo, ao pensar as invenções de temporalidades

---

<sup>15</sup> LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013. Se isso ocorreu por um lado, por outro, essa separação foi importante para a autonomia dos poderes que comporiam o Estado moderno, como, por exemplo, a importância da separação formal entre o Estado e a Igreja.

também questiona os esforços empreendidos no cultivo e comércio do algodão como mote para se tentar compreender a construção do espaço cearense nessa conjuntura que vai da passagem do século XVIII a meados do XIX, objetivando discutir as relações nem sempre explicitadas entre sociedade e natureza. Sabendo que, a despeito das vontades e ações em contrário, “às vezes nossos olhares não conseguem ver, e nós não conseguimos entender que a natureza transformada expressa cultura. No processo de apropriação da natureza, os homens constroem e reconstroem permanentes espaços”<sup>16</sup>.

Assim, pretendemos organizar nosso estudo tendo como base a conjunção de quatro dimensões que, a nosso ver, estão interconectadas: a dimensão espacial, temporal, corporal e estética. Portanto, para pensar o algodão do ponto de vista histórico de forma relevante e complexa, é imprescindível primeiramente relacioná-lo à construção do seu espaço a ser destinado ao cultivo. Desse modo, no primeiro capítulo, a partir do diálogo de duas memórias escritas em períodos distintos pudemos entender algumas formulações discursivas a respeito do melhor solo para o plantio de algodão e quais elementos descritivos utilizavam para construir uma imagem singular do espaço, ora tratado como sinônimo de progresso, ora tratado como lugar do atraso. Até o século XVIII, como se presume com a historiografia, o algodão era cultivado apenas em determinadas localidades e com singulares usos, geralmente tecido grosseiramente para vestir a população pobre, configurando-se como uma planta local, nos diversos lugares em que poderia frutificar<sup>17</sup>. Entretanto, é com a crescente unificação territorial do mundo e, sobretudo, com os desenvolvimentos advindos da Revolução Industrial Inglesa, ao que parece, que o algodão muda o seu status ôntico: deixa de ser apenas uma planta localizada para se tornar um produto de valor mundial, uma mercadoria.

No segundo capítulo, a partir de trajetórias de homens, maquinismos e ideias, Milton Santos, pensando o tempo/espaço em sua concretude histórica, nos ajudou a compreender algumas transformações no/do espaço relacionadas aos imperativos técnicos do avanço

---

<sup>16</sup> FUNES, Eurípedes. **Sertão cerrado**. IN: DUTRA e SILVA, Sandro; FRANCO, José Paulo; DRUMMOND, José Augusto et alli (Orgs.). **Fronteira Cerrado: sociedade e cultura no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás/Gráfica e Editora América, 2013.

<sup>17</sup> Sérgio Buarque de Holanda salientou esse uso local ao dizer que o algodão “há de dar para alguma necessidade caseira ou para ajudar a vestir a gente do serviço. A tecelagem compete, por isso, a esta gente e, por ser, entre portugueses, ofício pouco limpo e sem primor”. HOLANDA, S.B. **Caminhos e Fronteiras**. 3ªed. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. 214.



capitalista sobre os domínios naturais, sua discussão sobre os tempos do lugar, com seus ritmos locais e sua tensão com outros ritmos anômalos, distantes.

Em 1859 Thomas Pompeu de Souza Brasil publica uma “Memória sobre a conservação das matas e arboricultura com meio de melhorar o clima da Província do Ceará”<sup>18</sup>, retomando uma discussão sobre o lugar do algodão na economia provincial e como ele estava diretamente relacionado a caras demandas da sociedade cearense. Segundo ele, a própria manutenção dos meios naturais que garantiriam a produção de mercadorias estava sendo prejudicada devido aos maus usos no cultivo algodoeiro. Ao dar um novo significado ao plantio exagerado do algodão, que em sua visão estava destruindo os principais “recursos naturais” da Província, Souza Brasil, ao falar de meados do XIX, constrói uma imagem diferente do espaço cearense em comparação com outra Memória escrita por Manuel Arruda da Câmara em 1799, período que ele mesmo atesta como testemunho de outra experiência com o espaço.

Escrevendo em 1859, Thomaz Pompeu nos convida a imaginar um outro tempo, há 60 anos, e as transformações pelas quais passou a Província. Enquanto ele critica o escoreamento dos rios devido ao plantio irracional do algodão, em 1799 Arruda Câmara, no sentido inverso, na sua “Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher e ensacar etc”<sup>19</sup>, estimulava o cultivo em grande escala dessa malvácea, afirmando a abundância e qualidade dos algodões plantados na margem dos rios. Assim, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, analisamos essas duas imagens que pretendiam ora elevar o status do algodão como único e principal fator de desenvolvimento para as províncias do Norte, ora como causa de ruína, se o seu plantio fosse realizado sem os bons princípios científicos colhidos nos exemplos das nações ao redor do mundo.

Seguindo as movimentações do algodão nessa época de euforia capitalista em meados dos oitocentos, também nos interessa pensar as próprias técnicas usadas na apropriação e transformação do espaço. A própria imaginação da paisagem natural do algodoeiro implicava pensar as várias técnicas ali presentificadas, quais eram suas idades, usos e se deveriam continuar sendo praticadas. Nesse sentido, a técnica deve ser apreendida no seu entrelaçamento

---

<sup>18</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997 [1859].

<sup>19</sup> CAMARA, Manuel Arruda. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A.S.A. Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor**. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

complexo com o tempo e o espaço, se queremos, com isso, pensar a história como realização complexa e que relacione as ações dos homens e os seus meios ambientes. Ao ver a realização técnica como algo incontornável para uma boa discussão histórica que não prescindia dos usos dos lugares pelos diversos sujeitos que neles atuam, Milton Santos chama nossa atenção para o fato de que “o tempo do lugar, o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço”<sup>20</sup>.

O terceiro capítulo, sobre o corpo, estudará algumas dinâmicas e usos dos artefatos/produtos beneficiados do algodão. Depois de refletir sobre a construção do espaço algodoeiro e analisar algumas técnicas relacionadas ao seu cultivo, não poderíamos deixar ao largo uma dimensão importantíssima das movimentações do comércio algodoeiro no século XIX: suas relações estéticas, cuja discussão passa pela variedade das suas cores, costuras e sensibilidades corporais. Quais vestes eram usadas em casa e em lugares públicos? Como a classe política e abastada se distinguia em vista dos tipos de vestir dos mais pobres? Além disso, tentaremos dar conta dos vários e diferentes usos do algodão em meados dos oitocentos, seja nos seus ideais de higiene, que passava pela cor, a exigência do branco; seja pelo seu trato medicinal, o uso em tratamentos de doenças e infecções. Cumpre-nos, dessa forma, apesar de todos esses pontos aparentemente insulares, contar uma história possível, na busca de um equilíbrio sempre por se fazer através de uma escrita sabedora da complexidade da realização histórica.

Este capítulo, que pensará o algodão juntamente com suas técnicas de produção, estudará o meio que possibilita interligar os vários processos díspares desse caleidoscópio temporal: a técnica. Ao analisar seus diversos agenciamentos, pretendemos pensá-la como um meio de ação dos sujeitos no cultivo de algodão e em seus cotidianos. Refletiremos sobre as formas de cultivo, quais tipos de algodão eram utilizados e como se davam as suas relações sociais de produção. Também tentaremos seguir as rotas das maquinarias pelo sertão cearense e como foram recepcionadas pelos agricultores.

Assim, analisando alguns Relatórios de presidentes de Província do Ceará, periódicos e relatos de viajantes, procuramos rastrear algumas ferramentas e maquinismos usados no cultivo algodoeiro, incentivos aos agricultores por parte do poder provincial e a

---

<sup>20</sup> SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 49.

convivência de técnicas de várias idades que se presentificavam no cotidiano de vários agricultores em meados do século XIX. Para tal, também dialogamos com os escritos de Milton Santos, principalmente o seu trabalho que trata sobre *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, em que sistematiza certos princípios basilares para uma apreensão do mundo e da vida em todos os seus processos de totalização, confluência e inter-conexão. Segundo ele, “A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia de conquista do futuro (...)”. Sem nos esquecer que o “fenômeno técnico” deve “ser visto filosoficamente, isto é, como um todo”<sup>21</sup>.

A partir dos relatos de viajantes, Relatórios provinciais, Memórias e artigos de jornais, buscamos pensar os diferentes usos do algodão, sua diversidade constitutiva e como podemos compreender a formação de certas distinções sociais baseadas no status promovido pelo tipo de vestimentas e adereços, cujos artigos mais caros só poderiam ser adquiridos por determinadas pessoas privilegiadas. O quarto capítulo, o peso e cor, com efeito, procura analisar e refletir sobre agenciamentos de ordem estética, ou como disse Gilbert Simondon, de uma possível “técnico-estética” ou “esteto-técnica”. Como argutamente apontou, “a tecno-estética não tem como categoria principal a contemplação. É no uso, na ação, que ela se torna de certa forma orgásmica, meio tátil e motor de estímulo”<sup>22</sup>. Indo da historicidade das formas de vestir/sentir, até os usos do algodão no trato medicinal e como signo de distinção pela sua cor e materialidade, buscamos entender o fenômeno técnico-estético em sua diversidade cotidiana e como ele passa a evidenciar novos e diferentes modos de sentir/viver.

Contudo, por que começar pela passagem do século XVIII para o XIX? Buscaremos uma pretensa origem para iniciar uma história que deverá ter começo, meio e fim? Ao tentar dar um sentido aos vestígios, interrogá-los e colocá-los em discussão com outros monumentos de cultura, seguimos as redes que nossos personagens costumam ao conectar várias partes desse período em rotação. Partindo do entendimento que “é a seleção que faz o tempo, e não o tempo que faz a seleção”<sup>23</sup>, começamos rastreando os caminhos do algodão desde o final do século

---

<sup>21</sup> SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 23.

<sup>22</sup> SIMONDON, Gilbert. *Sobre a tecno-estética: carta a Jacques Derrida*. IN: ARAÚJO, Hermetes Reis de et al (Org.). *Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 256.

<sup>23</sup> LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2013, pg. 75.

XVIII, um objeto aparentemente sem história, sem começo e sem conexões. Esse momento foi escolhido porque é geralmente marcado pela historiografia como marco efervescente de uma nova etapa na história do capitalismo internacional. Ademais, nesse período a Província do Ceará, assim como a própria Metrópole nos trópicos, passava por diversas transformações que se traduziam na formulação de um novo conjunto de Leis Provinciais, pela busca de investimentos para o cultivo algodoeiro e o estabelecimento de novas diretrizes para a Província. Há também a retomada de discussões em torno do lugar que esse território deveria assumir em vista dos recentes desenvolvimentos na economia mundial, principalmente, devido aos incipientes avanços técnicos na Inglaterra e Estados Unidos da América. Assim, partindo do pressuposto que o importante aqui não está no efeito e nem na causa, mas no que possibilita os encontros e como se desdobram os seus resultados, entendemos que é a partir do meio, do encontro, da tensão, que a história é percebida como mistura de temporalidades e, portanto, como possibilidade de realização.

Talvez, a primeira pergunta que poderíamos ter apresentado logo na primeira linha poderia ter sido: como iniciar uma reflexão histórica sobre o tempo a partir do algodão? Ou o que um encontro com este ser do mundo que é conhecido por vários nomes e usos pode nos possibilitar a respeito de uma inteligibilidade histórica? Referido como um substantivo masculino, um dicionário contemporâneo atribuiu-lhe sucintamente três formas de apreensão: a) Substância alva e macia das sementes do algodoeiro; b) planta que produz algodão; c) fio ou tecido fabricado com algodão. Com um princípio organizador que está sujeito a uma forma de narrar, o dicionário nos apresenta o algodão a partir de três definições: ora como uma substância, ora como uma planta e ora como um fio ou tecido. Assim, mesmo objetivando sistematizar apenas definições, o dicionário, na verdade, aponta processos históricos que, organizados aparentemente sem tempo e espaço, pode-nos ajudar a refletir sobre essas transformações materiais relacionadas a modos diferentes de percepção. Pois nem sempre o algodão foi percebido como alvo e macio<sup>24</sup>. Antes dos processos químicos que o fizeram mais branco e confortável, era conhecido pelos ameríndios americanos como planta que poderia ser usada simplesmente para fiação grosseira. Assim, o interessante é compreender que do caminho que o algodão fez de seu estado de planta até se transformar em um objeto artificial cuidadosamente

---

<sup>24</sup> Para melhor entendimento sobre as mudanças de percepção nesses processos, comparar dicionários do século XVIII e XIX com outros contemporâneos. Ver: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico** ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. (8 v).

elaborado e altamente lucrativo, precisou de muitos discursos que o justificassem, técnicas que o aperfeiçoassem e corpos que o experimentassem. Ao comparar registros e discutindo sobre as apreensões do algodão ora como uma substância alva e macia, ora como uma planta a ser cultivada, ora como um fio ou um tecido, o historiador pretende pensar as condições históricas que possibilitaram transformações, com suas tensões sociais e culturais.

## 2 O ESPAÇO

### 2.1 Fios e rotas

*Costumamos achar que essa possibilidade (a ação do tempo e a possibilidade de captá-la) se dá enquanto estabelecemos uma comparação entre o antes e o depois, entre a forma primeira e a última. Em suma: que captamos a ação do tempo através do contraste e do confronto das formas. Mas assim perdemos o essencial, que é precisamente o que está acontecendo entre as formas e com elas, e que é o movimento do tempo esculpindo. Se a atenção se concentra nas formas e não no movimento de transformação, perdemos o tempo.*

Laymert Garcia dos Santos<sup>25</sup>

O cultivo do algodão é uma prática alhures antiga e alguns de seus usos remontam aos ameríndios que viviam no território que seria chamado de América. Segundo vários vestígios compilados desde os anos quinhentos, a prática de se cultivar algodão é citada e relacionada às “populações da terra”<sup>26</sup>. Assim, não tardaria para que o projeto conquistador inicial sob a áurea do fervor eclesiástico incentivasse o zelo pelo trabalho ordinário e, sobretudo, o ofício de tecelão. Baseando-se em missivas de padres jesuítas, Sérgio Buarque de Holanda já havia pontuado que desde 1558, “já existia pelo menos um tecelão índio com seu tear numa das aldeias baianas, tendo aprendido o ofício por iniciativa dos padres”<sup>27</sup>. Um relato assinado por Martins Soares Moreno que narrara as primeiras expedições à “Província de Jaguaribe e Seara e Mel Redondo”, remetendo-se ao início do século XVII, salientava que já havia “muitos algodões”, dentre outros artigos considerados importantes para o domínio humano do território<sup>28</sup>.

Assim, não é um equívoco dizer que o cultivo de algodão e sua mínima tecelagem eram atividades já conhecidas pelos indígenas. Não obstante a importância pioneira que teve a virada do atlântico à época moderna, buscaremos concentrar nossa atenção mais no movimento sentido a partir do século XVIII, seguindo algumas tensões temporais/espaciais e técnico-estéticas relacionadas ao incipiente mercado mundial de algodões, o qual daria novos usos e materialidades ao chamado “algodão”. Desse modo, voltado para suprir exigências de vestuário, em seus diversos modos de usar e sentir, nesse primeiro momento, os “panos de algodão” já se

<sup>25</sup> SANTOS, Laymert Garcia dos. **Tempo de ensaio**. São Paulo: Companhia das letras, 1989, pg. 111.

<sup>26</sup> Para um esboço histórico dos usos do algodão no Brasil e Ceará ver: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.; e ALBANO, Ildelfonso. **A crise do algodão e A cultura do algodoeiro no Ceará**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1918.

<sup>27</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.211.

<sup>28</sup> MORENO, Martins Soares. **Relação do Ceará**. IN: STUART, Barão de. **Martim Soares Moreno: documentos para sua história**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903, p. 19.

configuravam como artigos usados sobretudo para vestir os mais pobres e os escravizados, conhecidos como panos de algodão “grosso”. Escrevendo aos senhores de escravos, Antonil, em sua obra “Cultura e Opulência do Brasil”, impresso em Lisboa em 1711, observa que

O que pertence ao sustento, vestido, e moderação do trabalho, claro está que se lhes não deve negar; porque a quem o serve deve o senhor de justiça dar suficiente alimento; mezinhas na doença, e modo, com que decentemente se cubra, e vista, como pede o estado de servo, e não aparecendo quase nú pelas ruas<sup>29</sup>.

Em vista dos conselhos de Antonil sobre os cuidados dos senhores de escravos quanto aos seus bons modos, compreendemos que “o vestir” estava intimamente relacionado às estratégias de domínio do outro, de ameríndios, pobres e escravizados, aos padrões de trabalho considerados viáveis a uma ética e moral defendidas pelo processo colonizador português. Os europeus não requeriam dos escravos negros e índios apenas suas forças de trabalho, mas também obediência a um padrão, a um modo específico de viver, com pudor e silêncio; por isso, Antonil em sua obra sintetizou o que parecia estar cultivado em muitas cabeças naquele momento: “No Brazil costumam dizer que para o escravo são necessários três P. P. P. a saber, pão, páo, e panno”<sup>30</sup>.

Além do mais, no século XIX, em que as Revoluções Industriais passaram a cada vez mais ditar o ritmo do progresso capitalista ao redor do mundo, época de processos técnicos mais aperfeiçoados e formas de marcação temporais em ritmos mais acelerados de trabalho, o algodão atingirá outros meios e formas de produção. De matéria usada localmente para a confecção de panos grosseiros, o algodão passará a uma longa rede internacional, concatenando vários países e interesses, tornando-se mercadoria altamente lucrativa. Diante disso, desde a passagem para o XIX, há algumas tentativas de estudos monográficos em sistematizar os períodos nos quais houve grandes incentivos no cultivo algodoeiro. Essa atitude estava sintonizada à busca de realização de uma cronologia oficial para o algodão, sua História, indo de suas origens, ou de uma possível origem desde os usos indígenas de um tipo de algodão encontrado remotamente na América portuguesa e que chegaria até o século XX, em que os processos de fabricação se aperfeiçoariam. Nessa trilha, o algodão passou por várias transformações que iam desde seus

---

<sup>29</sup> ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Lisboa: Oficina Real Deslenderina, 1837 [1711], p. 34.

<sup>30</sup> Idem, *Ibidem*.

modos de cultivo, tipos de sementes, até seu chamado beneficiamento ou meios para seu melhoramento visual e tátil, modificando-se tanto do ponto de vista técnico quanto estético.

Nesse sentido, vários escritos, memórias de homens de ciência, apontamentos de viagem e trabalhos de cunho científico passaram a tratar mais vulgarmente de possíveis usos do algodão e a se remeterem a crônicas que, desde tempos coloniais, vêm noticiando que esse ser do mundo vegetal e social já era conhecido e usado pelas populações ameríndias, podendo ser mais bem aproveitado como artigo comercial. Desse modo, Barão de Studart, ao pesquisar datas e evocando possíveis origens para os primeiros empreendimentos na cultura do algodão, entretece alguns fios que deveriam estar visíveis na trama histórica algodoeira cearense/brasileira/mundial:

A cultura algodoeira, pela sua reconhecida adaptação aos diferentes terrenos e aplicações varias do producto, teve a preferência dos Cearenses desde os primeiros tempos. [...] Tendo chegado à Capitania em 1777 e indo à Serra de Uruburetama em compras de couros, verificou Moreira Gomes a optima qualidade do algodão, que ali encontrou, e tratou de animar os moradores a se entregarem a esse ramo de commercio, até então desconhecido na Colônia, já adiantando-lhes dinheiro e fazendas, já ensinando-lhes a maneira de descaroçar e ensaccar o algodão.<sup>31</sup>

É interessante o modo como Studart elabora sua cronologia da cotonicultura, que em parte será seguida e em parte expandida. Como se lê em sua *Geografia do Ceará*, ele inicia o assunto já a partir do século XVIII, ressaltando o impulso aventureiro de um português, o Antonio José Moreira Gomes, que foi um Sargento-mor das Ordenanças de Fortaleza, e o interesse primordial “dos Cearenses” ao comércio algodoeiro. Passando ao largo dos primeiros decênios do período colonial, o afamado historiador das letras cearenses deixa aos cuidados do esquecimento importantes relações de trocas de produtos, saberes e experiências que marcaram o encontro entre indígenas e europeus. Longe de ser um empreendimento nascido da experiência ímpar de culturas múltiplas, passadas ao longo de várias gerações, onde já havia o trato e uma mínima tecelagem praticados remotamente pelos povos que viviam no continente a ser explorado, Studart deixou claro que “é de justiça recordar que para o desenvolvimento do seu plantio concorreu poderosamente Antonio José Moreira Gomes, como já escrevi em 1894”<sup>32</sup>, fazendo, assim, do recordar de um homem o esquecimento de tantos outros.

---

<sup>31</sup> STUDARDT, Guilherme (Barão). **Geografia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010 [1924], p.289.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*.



Apesar de sua publicação datar de 1924, já em 1915, outro escritor, Ildefonso Albano<sup>33</sup> lembrava daquela notícia colhida no periódico fortalezense O Commercio, em 1894, sobre a importância do algodão, escrita por Barão de Studart. Entretanto, mesmo retomando o escrito de Studart, Albano, sistematizando um passado, um presente e um futuro para a cotonicultura, foi além e procurou fazer um apanhado histórico que lembrava momentos nos quais se deram singulares trocas desde o século XVI. Baseando-se em testemunhos variados, recorda que “O algodoeiro foi descripto pelo francez Jean de Léry, que veio ao Brazil em 1555, por Gabriel Soares de Souza e outros chronistas daquelles tempos”<sup>34</sup>. Diz ainda que

Os caroços de algodão, pisados, cozinhados e preparados como mingão eram um alimento apreciado pelos indígenas. Elles conheciam a fiação, tecelagem e tinturaria, mas, pelo costume de andarem completamente despidos, pouco se aperfeiçoaram nessas indústrias. O principal objecto de uso domestico, fabricado de algodão pelas indias, era a rede, chamada inni, semelhante á usada ainda hoje em todo o norte do Brazil<sup>35</sup>.

Portanto, havia processos em curso desde as primeiras viagens ultramarinas que nos levam a duvidar de certos pioneirismos relacionados unicamente a iniciativas individuais, europeias, geralmente sob o crivo de um fervor econômico, que negam os aprendizados experienciados socialmente. Nesse sentido, uma reflexão histórica e, sobretudo, antropológica, sobre essas trocas podem nos levar a entender mais e melhor por que determinadas atividades produtivas se desenvolveram e outras não, arrastando consigo dinâmicas sociais ativas e cotidianamente esquecidas.

José Albano também citou “o medico Manoel Arruda Camara [que] escreveu em Pernambuco, no anno [de] 1796<sup>36</sup>, uma interessante e completa Memoria sobre a cultura do algodão, que mais tarde foi publicada em Lisboa”<sup>37</sup>. Arruda Camara, conhecido pelos seus estudos sobre a agricultura no Norte do Império, nessa Memória também inicia pontuando datas e lugares que marcaram e receberam as primeiras atividades ligadas ao plantio do algodão. Em

---

<sup>33</sup> ALBANO, Ildefonso. **A crise do algodão e A cultura do algodoeiro no Ceará**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1918.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>36</sup> Há variações sobre a possível data da primeira edição e algumas confusões. Como pode ser verificado na primeira edição, o livro de Arruda Camara foi impresso em 1799 em Lisboa na Oficina da Casa Litteraria do Arco do Cego e provavelmente já estava sendo escrito desde 1796.

<sup>37</sup> ALBANO, Ildefonso. **A crise do algodão e A cultura do algodoeiro no Ceará**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1918, p.19.

breve passagem, esclarece sucintamente as motivações que disputavam a preferência diante dos agricultores e comerciantes.

A notícia do grande lucro, que podia dar o algodão, a quem o cultivasse, foi penetrando pouco a pouco os matos, e despertando os Agricultores. Nos annos de 1777 até 1781 animarão-se os povos de huma nova força, então he que se virão os interiores dos Sertões mais habitados, e cultivados, e tem-se de tal modo fomentado a cultura, e o negocio do algodão, que admira<sup>38</sup>.

Como se nota, Arruda Câmara elege o século XVIII como o espaço/tempo a partir do qual a História do algodão passaria a mostrar seus ilustres empreendimentos e vultos. Noutra passagem de sua memória, ele faz uma cortante ponderação sobre esse momento que parecia apontar uma transição, um novo modo de operar a economia provincial e imperial, contrastando-a com aquela praticada pelos habitantes mais pobres, que dizia não ter “iniciativa”. Sobre esta, disse que “na Paraíba foi onde primeiro sonharam em mandar algodão para Portugal; mas o estímulo da ambição não picava muito os ânimos amortecidos, e encolhidos debaixo da pobreza a cultivarem-no com a energia de que eram capazes”<sup>39</sup>.

Em sua crítica a esses camponeses, Câmara argumentava que o problema da prosperidade nesses lugares não estava na terra, mas no “estímulo da ambição”, no fervor em utilizar com bom grado “a energia de que eram capazes”. Além do mais, com “o grande lucro que promete, impele a todos ao trabalho, tirando-os da ociosidade, dá valor às terras que dantes o não tinham, com summo proveito do proprietário”<sup>40</sup>. Assim sendo, na trilha de alguns processos que se desenvolviam adentrando o século XIX, há práticas, literaturas e vários personagens que pretendiam tornar público um determinado zelo pela procura de lucratividade, de produtos altamente rentáveis e comercializáveis, sob as áureas do pensamento ilustrado europeu<sup>41</sup>. Esse “fervor econômico” também já havia sido ressaltado pela historiadora Maria Odila, que diz:

Aproveitados por uma política de Estado “ilustrada”, crentes no poder da razão, única e universal e na função pragmática da ciência a serviço do progresso material, procuraram os estudiosos brasileiros dos fins do século XVIII e inícios do XIX integrar o Brasil na cultura ocidental, traduzindo, aprendendo e, sobretudo, tentando aplicar<sup>42</sup>.

---

<sup>38</sup> CAMARA, Manoel Arruda. **Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc.** Lisboa: Arco do Cego, 1799.

<sup>39</sup> Ibidem, pg. 7.

<sup>40</sup> Ibidem, Ibidem, p. 7-8.

<sup>41</sup> Para mais detalhes, ver: POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

<sup>42</sup> SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. **A Interiorização da Metrôpole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005, p. 78.

Entretanto, apesar dos esforços à agricultura e mínima industrialização, havia muitas tensões entre o comércio português e suas relações nem sempre confessáveis com outros países europeus que disputavam ramos de comércio à época, sobretudo, a Inglaterra que, desde o tratado de Methuen<sup>43</sup>, já estava ensaiando um liberalismo que apontava para a indústria como um de seus principais meios de produção de riqueza, além da agricultura. Assim, em se tratando de uma colônia que estava recebendo cada vez mais projeção internacional, a Coroa demonstrava preocupação tanto em garantir a obediência em seus domínios ultramarinos, quanto “fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal”<sup>44</sup>, o que às vezes significava ir contra interesses de mercadores situados no Brasil e de seu comércio estratégico.

Com efeito, em vista de certo ônus à produção algodoeira no Brasil, observou Sérgio Buarque de Holanda que “a expansão de tais atividades [sobretudo a indústria caseira de cardar algodão] viu-se seriamente embaraçada pelo alvará de 5 de janeiro de 1785, tendente a extinguir todas as indústrias e artes para vestuário e luxo existentes na colônia e particularmente a manufatura de tecidos”<sup>45</sup>. José Albano, em seu relatório de 1915, também registrou que “É de 30 de Julho de 1766 a Carta Régia, promovida pelo intolerante Pombal, que proíbe a fiação de algodões e outras indústrias no Brazil”<sup>46</sup>. Todavia, apesar dessas proibições, Holanda lembrou que “o Alvará de 1785, em seu artigo 20, já indicava as “inevitáveis ressalvas” à proibição geral, que excetuavam as “manufacturas e teares de pannos grosseiros de algodão, que servem ordinariamente para uso e vestuário dos referidos negros, índios e pobres famílias e para enfardar e empacotar fazendas ou outros bens semelhantes”<sup>47</sup>. Desse modo, envolto em mudanças de ordem política, social e econômica em suas colônias, ao redor do mundo, como no próprio Reino, apesar das pressões inglesas e de seus vizinhos europeus, Portugal procurará, nos oitocentos, equilibrar sua balança comercial e tentará realizá-la retomando algumas políticas de ilustração e de fervor ao progresso<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> Conhecido como Tratado de panos e vinhos, que envolvera Portugal e Inglaterra em 1703.

<sup>44</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>45</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 233.

<sup>46</sup> ALBANO, Ildefonso. **A crise do algodão e A cultura do algodoeiro no Ceará**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1918, p.18.

<sup>47</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 234.

<sup>48</sup> SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. **A Interiorização da Metrôpole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 58.

Assim, não é de surpreender as tensões sociais e econômicas em torno dos projetos imperiais que buscavam um maior enraizamento colonial, uma Interiorização da Metrópole<sup>49</sup> nos trópicos, um modo de ser e pensar que favorecesse a Empresa comercial; de uma ética alicerçada no trabalho e no grande lucro, ao custo de violências e devastações<sup>50</sup>.

Nesse sentido, como meio de garantir certa publicidade de obras de cunho ilustrado e fisiocrata que apontavam para a prospecção de riqueza tendo como base o bom manejo de técnicas agrícolas, não é sem razão que há uma profusão de “Memórias” sobre vários produtos que poderiam ser úteis aos interesses metropolitanos. Apesar de longo, um trecho do célebre texto de Odila Dias sobre a Ilustração no Brasil sintetiza a conjuntura do final dos setecentos:

A publicação de memórias patrocinadas pela Coroa, sobretudo a partir de 1770, é fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, em promover um renascimento da agricultura para compensar as oscilações dos rendimentos do “quinto”, os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado e a baixa do preço do açúcar, em virtude da concorrência estrangeira e, sobretudo, a partir do último quartel do século, em aproveitar as novas perspectivas para o Brasil em razão de desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e pelas guerras napoleônicas<sup>51</sup>.

Se ressaltarmos os recortes conjunturais exibidos, p.ex.: a exigência de matérias primas; os debates em torno da agricultura e de seu potencial como geradora de riqueza; a necessidade de um sistema fiscal eficiente para acompanhar os desenvolvimentos comerciais; as flutuações cambiais em decorrência da propalada concorrência inter-Estados; bem como o que foi sugerido sobre “as novas perspectivas para o Brasil”, em vista da Revolução Francesa e depois das guerras napoleônicas; veremos que a passagem do século XVIII para o XIX marcou o desabrochar de muitas discussões imprescindíveis às constituições das burocracias e modos de vida modernos que mais e mais buscaram se contrastar com outros ritmos de vida, fazendo, desse modo, a construção profunda de um ideal de civilização, de bem-estar, que, por sua vez, iria desaguar nas controversas ideias de Nação.

Odila acentua, portanto, um momento em que a Metrópole portuguesa procurava saídas para seu sistema fiscal sobrecarregado e a baixa lucratividade sentida com a queda do preço do açúcar. Dentre outros motivos, a cotonicultura pode ser vista como mais uma estratégia

---

<sup>49</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>50</sup> Ver: SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP**, São Paulo (30), p.108-119, Junho/Agosto 1996.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*.

de compensação, alimentada pelo ávido interesse imperial em minorar perdas e angariar novas rendas como frutos de novas operações comerciais. Na segunda metade do século XVIII, D. Maria I, que ascendera ao trono depois da morte de D. José I, no lastro das mudanças que vinham sendo realizadas pelo marquês de Pombal, parecia continuar sintonizada com as reformas que traziam novos ares a Portugal, com propostas econômicas e administrativas que o tornavam mais adaptável ao novo mundo em gestação.

## 2.2 O algodão em projeção

*Devemos passar de uma temporalidade a outra, já que, em si mesma, uma temporalidade nada tem de temporal. É uma forma de classificação para ligar os elementos. Se mudarmos o princípio de classificação, iremos obter uma outra temporalidade a partir dos mesmos acontecimentos.*

Bruno Latour<sup>52</sup>

As construções narrativas em torno do algodão não obedecem apenas a uma direção ou sentido, pois a depender do momento em que é lembrada, a cotonicultura poderá ter tantos matizes interpretativos quanto forem suas possibilidades de fabricação. Assim, ao tentar acompanhar emaranhados de práticas, discursos e representações, talvez poderemos compreender algumas artimanhas desenvolvidas pelos modernos para conectar saberes e práticas que superficialmente poderiam parecer antagônicos.

Em 1799 o ilustrado brasileiro Manuel Arruda da Câmara escreveu uma “Memória sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A.S.A. Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor”<sup>53</sup>. Seguindo uma cronologia, esta memória está situada num período que marcou o chamado primeiro “boom” de algodão na América do Sul, com grande incentivo no Maranhão, em Pernambuco e suas capitâneas anexas, também correspondendo ao momento em que o Ceará estava se tornando Capitania Independente de Pernambuco. Entretanto, como ferramenta que institui um modo de visualizar o espaço para essa região que seria o Nordeste do

---

<sup>52</sup> LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 74.

<sup>53</sup> CAMARA, Manuel Arruda. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A.S.A. Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor**. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

Brasil, o interessante do escrito de Arruda Câmara está em imaginar um espaço/tempo no/do sertão que acolheria favoravelmente o cultivo de algodão, que frutificaria abundantemente se seguisse, como fora proposto pelo eminente botânico, a margem dos rios.

Em vista de sua acolhida, também é salutar o fato deste escrito ter sido publicado, incentivado e republicado em vários meios de divulgação no início dos oitocentos. Pois, além dessa primeira edição de 1799, ela ainda foi divulgada na coleção “*O fazendeiro do Brasil cultivador*” em 1806 e no periódico *O Patriota* do Rio de Janeiro por volta de 1815, além de ter sido usado entre pensadores de assuntos botânicos. Como exemplo de sua abrangência, em 1873 veio a lume a publicação de um Dicionário de Botânica brasileira, “revista por uma comissão da Sociedade Velosiana<sup>54</sup> e aprovada pela faculdade de medicina da corte”, sendo ressaltado que fora “Coordenado e Redigido em grande parte sobre os manuscritos do Dr. Arruda Camara”, organizado por Joaquim de Almeida Pinto.

Partindo do final do século XVIII, do extenso Pernambuco vivido e representado por Arruda Câmara através de seu escrito, interligamos alguns fios que nos conduzem a meados do XIX. Neste, por outro lado, Thomas Pompeu de Souza Brasil, em sua “Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da Província do Ceará” publicada em 1859, põe em alto relevo a forma nociva com que se estava praticando o cultivo de algodão, descobrindo as serras de sua vegetação, destruindo os campos e diminuindo as fontes de água. Ao fazer essa crítica à cultura algodoeira, Souza Brasil faz uma comparação com o estado em que se encontrava a Província há 60 anos, tentando provar que a paisagem cearense havia se modificado profundamente, encontrando-se em iminente ruína de seu principal recurso econômico, a agricultura. Desse modo, não obstante as críticas aos modos de cultivar o algodoeiro, Sousa Brasil estava, na verdade, tentando garantir uma via de comércio que passava irremediavelmente por uma racional produção de riqueza vegetal, assentando, assim, na agricultura uma saída para a prosperidade e geração de riqueza.

---

<sup>54</sup> A chamada Sociedade Velosiana de Ciências Naturais foi reunida inicialmente em 1850, no Museu Imperial e Nacional. Foi fundada e presidida pelo botânico Francisco Freire Allemão de Cysneiros, tendo sua sessão de abertura em 18 de outubro daquele ano. Segundo o seu artigo primeiro, a Sociedade tinha como objetivo “indagar, coligir e estudar todos os objetos pertencentes à história natural do Brasil; e juntamente averiguar e interpretar as palavras indígenas, com que forem designados”. Leva tal denominação em razão de uma homenagem ao naturalista Frei José Mariano da Conceição Vellozo (1741-1811), autor da obra “*Flora Fluminensis*”, resultado de investigações científicas realizadas pela província do Rio de Janeiro durante oito anos, a pedido do Vice-Rei Luiz de Vasconcellos e Souza. Depois de sofrer um esvaziamento e a saída de alguns de seus sócios, foi unida em 1853 ao então conhecido Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nesse sentido, dialogando com dois intelectuais que estão separados na cronologia, mas unidos numa cronotopia realizada pela escritura<sup>55</sup>, o que se busca é comparar dois momentos nos quais a cultura do algodão foi incentivada: um em 1799, com o naturalista Manuel Arruda Câmara, e outro em 1859, momento em que vem a lume a crítica de Thomaz Pompeu e pela qual podemos entender que “não é a contradição que produz o tempo, mas é o tempo que torna possível a contradição”<sup>56</sup>. Assim sendo, começemos pela forma como foi imaginada a paisagem cearense na passagem para o século XIX e que lugar foi atribuído ao algodão na reconfiguração do espaço.

Dentre os dez capítulos que dividem os temas da *Memória* de Arruda da Câmara, é interessante que a epígrafe do seu primeiro capítulo trate “Da antiguidade do uso do algodão e da vantagem que tem resultado a Portugal e a Pernambuco a sua cultura”. Ora, ao se remeter à “antiguidade do uso do algodão”, Câmara não o fazia como simples pretexto de relembrar despreziosamente as origens do algodão e nem apenas para criticar esse tipo de volta ao pretérito que parecia tão comum, segundo ele, em escritores seus contemporâneos. Um pouco antes, ainda na sua introdução, ele dissera que “a experiência é a única linguagem que o povo entende” e, dessa forma, nada mais conveniente do que deitar um longo olhar nesse livro que acumulava experiências de vários personagens ilustres do passado: a História. Como deixou claro ao leitor logo em seu início, ele voltou-se para o que entendia como a História, com seus exemplos vistos nos acontecimentos/monumentos do passado que evidenciavam a trajetória dos homens sob a Providência. Assim, digno de nota está o movimento da ordem dos tempos que propõe Câmara para desenvolver sua escritura científica. Misturando tempos, ele não receou em afirmar que

Para prova disto basta deitarmos hum golpe de vista para a Historia, que o mesmo Moisés nos conta de José; ahi vemos que os presentes, que Faraó lhe fez, quando interpretou os seus sonhos misteriosos ,entregando-lhe as rédeas do governo do Egipto, e fazendo-o subir na sua carruagem, foi hum anel de pedras preciosas, e *huma túnica, ou vestido de panno de algodão*<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Continuamos seguindo aqui algumas distinções sugeridas por Michel Serres, quando diz que “o tempo clássico se relaciona à geometria: não ao espaço, como diria de maneira precipitada Bergson, mas principalmente à métrica. Pelo contrário, inspire-se na topologia e essas aproximações, ou inversamente os distanciamentos que a seus olhos parecem arbitrários, e talvez você descubra agora o seu rigor”. SERRES, Michel. **Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour**. São Paulo: Unimarco Editora, 1999, p. 82.

<sup>56</sup> SERRES, Michel. **Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour**. São Paulo: Unimarco Editora, 1999, p. 69.

<sup>57</sup> CAMARA, Manuel Arruda. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A.S.A. Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor**. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799. p. 5.

Chamam-nos a atenção, nessa forma, as referências que são usadas por Arruda Câmara para fundamentar os usos primordiais dos tecidos de algodão. Não obstante as incipientes divisões em vias de formalização das áreas do saber nesses tempos modernos, percebidas nos próprios estudos realizados por Arruda Câmara, quando de sua formação em Filosofia Natural, matemática e medicina, há uma referência à literatura bíblica que sutilmente é trazida ao seu escrito científico, ora conectado a tempos longínquos. Seu artifício em usar escrituras tão variadas, hoje aparentemente tão heterodoxas, traçando um arco temporal que vai do século XVIII até o gênesis mosaico.

Como ele mesmo escreveu, seu interesse em retomar a história do personagem bíblico José não estava em retomar um primeiro elemento de uma série temporal que se estendia até o seu presente, como uma “espécie de mania que allucina os escritores menos Filósofos, o quererem attribuir à Sciencia, ou à Arte de que tratão, uma antiguidade, que date quazi com a do primeiro homem”; mas, como reitera, para “desandarmos os longos caminhos, que tem corrido os séculos, e procurarmos apalpando pela obscuridade dos tempos alguns mal distintos vestígios, dando aos seus primeiros inventores honras, e louvores quase Divinos”<sup>58</sup>.

Com efeito, esclarece que, mais do que lembrar algo distante, procura torná-lo experiência viva, utilizável e louvável, a respeito do negócio do algodão no Império do Brasil. Destarte, ao estudar essa memória de Câmara em diálogo com outros vestígios, pareceu-nos apropriado nos aproximar mais da ideia de dobra, lembrada pelo filósofo Michel Serres, fugindo de leituras do tempo mais rigorosamente sucessivas e alinhadas:

O tempo se dobra ou se torce.(...) Não é muito difícil (...) aceitar que o tempo não se desenvolve sempre de acordo com uma linha: que possa existir, portanto, na cultura, coisas que a linha fazia parecer muito distantes e que na verdade estão próximas, ou pelo contrário muito próximas e que na verdade estão distantes.<sup>59</sup>

Parece-nos que mais do que voltar simplesmente a um primeiro uso distante do tecido de algodão, lembrado por Câmara como um presente dado a José pelo Faraó, há uma mistura de temporalidades que se presentificam de forma complexa e são articuladas segundo

---

<sup>58</sup> CAMARA, Manuel Arruda. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A.S.A. Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor.** Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799. p. 1.

<sup>59</sup> Essa noção, como diz, “é uma variedade que seria preciso comparar à dança das labaredas em uma fogueira: aqui entrecortadas, lá verticais, móveis ou inesperadas. [...] “passa, sim, e também não passa: é preciso aproximar o termo passar da palavra “passoire” [peneira, em francês]: o tempo não escoo, ele percola; isso significa justamente que ele passa e não passa. SERRES, Michel. **Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour.** São Paulo: Unimarco Editora, 1999, pg. 79.



determinados interesses<sup>60</sup>. Nesse caso, possivelmente para relacionar o ato de produzir algodão, de grande valia para o comércio lusitano, e o uso de uma prática indispensável à civilização e ao costume europeu: a prática de se vestir. Para não deixar dúvida em seus contemporâneos, Câmara, em nota de rodapé, ainda fundamenta sua referência sobre o tecido feito de algodão no Egito da época de José em estudos linguísticos sobre a real palavra presente na escritura antiga, utilizando-se até de estudos de Lineu.

Donavit illum stola byssina. Genes. Ainda que tomavão byssus em diversas accepções, porque humas vezes chamavão byssus hum gênero de planta parasítica, que Lineo arranja na Classe Criptogamia bem affine com a conferva; outras vezes entendião pela seda, outras pelo algodão. Com tudo se devemos dar credito ao que Polux, e Filostrato nos dizem do Byssus do Egipto, não podemos deixar de crer, que era de algodão o vestido, que Faraó deu a Jozé: porque dizem elles, que se chama Byssus a hum arbusto que cresce no Egipto, que produz cápsulas, as quaes abrindo-se lanção de si huma substancia lanoza, que se fiava, e de que se fabricavão pannos.

Portanto, é na História, no logos temporalizado, bem entendido o seu lugar, onde o algodão precipuamente deveria alicerçar sua grandiosidade e potência como artigo promissor. Arruda Câmara, como se pode ver no prefácio à sua Memória sobre a cultura do algodoeiro da edição de 1806, se propôs escrever sobre o que era conhecido como a Filatura, isto é, “a cultura de todas as plantas, assim indígenas, como forasteiras”. Por certo, de “todas as plantas”, Câmara, não sozinho, escolheu fazer uma Filatura do Algodão, com todas as variedades que dispunha e, assim, misturou ordinariamente domínios que os tempos modernos procuravam distanciar.

A pretexto de falar da História Natural e do cultivo de algodão, na verdade, ele estava a tratar de temas e assuntos indispensáveis à organização do Estado brasileiro em gestação<sup>61</sup>, como a delimitação do território e a descrição de suas potencialidades. Ao fim e ao cabo, os consumidores em construção do “Novo Mundo” não poderiam andar despudoradamente, em sentido contrário à evolução dos povos conhecedores das “Ciências e das Artes”. Por outro lado, não se poderia olvidar de “fazer repetidas experiências à respeito das

---

<sup>60</sup> Para entender mais sobre as artimanhas da escritura como relação entre espaço e tempo na escrita da história, ver: RAMOS, Régis Lopes. **O fato e a Fábula: O Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012. Mesmo sem citá-lo explicitamente ao longo do texto, devo parte de minhas ideias deste capítulo a este livro.

<sup>61</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **A construção do Estado Nacional no Ceará na primeira metade do século XIX: Autonomias Locais, Consensos Políticos e Projetos Nacionais**. IN: *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos e 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa (organizadores)*. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009.

influências do clima mais vantajosas, das diversas qualidades, e mistura de terras mais próprias, dos meios mais faceis de plantar, colher” e depois de feitas todas essas coisas, “beneficiar a colheita, diminuindo a mão de obra e aumentando por consequência o lucro”<sup>62</sup>. Estava em jogo já nesse momento tensões sobre projetos que marcariam profundamente o interesse da Metrópole nos trópicos e que, por sua vez, deveriam levar em consideração suas possibilidades espaciais e suas riquezas vegetais que hoje chamamos de “recursos naturais”.

Arruda Câmara, ao mesmo tempo em que escreveu sobre a cultura do algodão de um tempo e espaço por ele vivido e imaginado, também projetou um lugar para a sua narrativa. Esforçou-se por incentivar o seu uso e comércio não apenas por que iria garantir produção de riqueza, mas também por que, dizia, o algodão teria todas as condições favoráveis na região do Norte do Brasil. Em sua projeção de futuro para essa terra que ainda procurava alicerçar seus limites políticos e geográficos, o algodão poderia despontar como a principal alavanca para o progresso da metrópole nos Trópicos. Já se tratava de outra experiência do tempo, pois já se imaginava outro espaço/Brasil e neste outras possibilidades de atuação.

Ao fazer essa Memória sobre os benefícios do algodão, Arruda Câmara falou a partir de uma noção de espaço e cabe aqui, portanto, através desse escrito, em diálogo com outros, analisarmos como foram fornecidas algumas bases para posteriores usos do algodão como elemento comercial conectado a interesses políticos e econômicos no Brasil e no mundo.

Desde o século XIX, é lugar comum partir do entendimento que a cultura da cana de açúcar foi realizada predominantemente no litoral, onde prevaleceu seu ambiente escolhido desde há muito na colonização, ditando uma dinâmica que parecia mais voltada para o além-atlântico que o desejo de desvendar o que estaria por trás daquelas florestas costeiras. Por outro lado, um dos locais indicados para a cultura do algodão foram as margens de rios. O próprio Câmara relata que "Esta cultura, de que fallo, he a do Algodão: nella me tenho empregado nas margens do Rio Paraíba com sufficiente fabrica, pelo que tenho tido tempo, e vagar, para fazer muitas experiências, e observações".<sup>63</sup> Dentre essas observações, ele relatou seu pesar por observar o quanto os agricultores brasileiros estavam atrasados em comparação com outros povos, comparando o desenvolvimento dos “pequenos objectos de agricultura na Europa”,

---

<sup>62</sup> CAMARA, Manuel Arruda. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A.S.A. Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor**. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799. p. II.

<sup>63</sup> Idem, Ibidem.

possibilitado pelos seus “gênios raros, grandes homens, que escreveram e trabalharam por ensinar aos seus colonos os mais preferíveis, e proveitosos métodos de sua cultura”<sup>64</sup>.

Nesse contexto, em carta elaborada por um Ouvidor sobre uma representação da Capitania do Ceará em 1787, há um registro da forma como este representante dos interesses da Coroa portuguesa observa e descreve o cultivo do algodão e o modo como era praticado. Segundo ele, o algodão “Agrade mais ao mimo ocioso dos habitantes, não se exigindo delle outro servisso manual que a plantação e colheita, e durando esta por espasso de dês annos, huã vez que forão plantados os arbustos...”<sup>65</sup>. Entendidos pelo Ouvidor como um empecilho ao rápido florescimento do comércio, os homens cearenses eram descritos como ociosos, simplesmente trabalhando com plantação e colheita, demorando, assim, um longo tempo até que tudo fosse retirado para um replantio.

Seguindo o exemplo daqueles homens industriais da Europa, Câmara não tarda em se mostrar útil. “A fim do melhoramento tanto da cultura, como do benefício, que deve receber antes de correr no commercio”, diz que “para isto tenho construído diferentes maquinas, e a que mais útil me parece, [é] a de ensaccar, pela qual cheguei a poupar a mão d’obra quase na razão de 20:1”<sup>66</sup>. Ao relacionar um menor tempo de ensacamento, nota-se que se insinua uma preocupação em “poupar a mão d’obra”, evidenciando, na expansão desses maquinismos, uma saída para a falta de demanda de força motriz. Assim, diz que “seis máquinhas diferentes se tem aqui usado successivamente, para escaroçar o algodão, das quaes ommitto a metade, que me parecem de menos importância, para fallar só de três, que são as mais essenciaes”<sup>67</sup>.

Contudo, a descrição dos maquinismos que poderiam ser usados para diminuir a mão de obra e, ademais, multiplicar a “força motriz” no beneficiamento do algodão não para aí. Apesar do incremento técnico da “cevadeira”, como também é chamada a “roda de mão”, há outros maquinismos que poderiam ser melhor aproveitados para gerar mais lucros para produção na visão de Arruda Câmara. Pois, se com apenas “duas pessoas mediocrementemente exercitadas, desde as seis horas da manhã até as seis da tarde, descaroçam seis arrobas de algodão em caroço,

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. II.

<sup>65</sup> Carta do Ouvidor sobre a situação dos índios (1786). IN: PINHEIRO, Francisco José. Solo Fértil na Capitania: um projeto para o Ceará em fins do século XVIII. **Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia**. Fortaleza, v.1, n.1, p.16, 2005.

<sup>66</sup> CAMARA, Manuel Arruda. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A.S.A. Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor**. Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799. p. IV.

<sup>67</sup> Ibidem, p. 64.

o que rende arroba e meia de lã, imagina o ganho que deveria ser alcançado com a “ligeireza das mettederias, da presteza na mudança dos animais, e de estar o algodão bem secco.”<sup>68</sup>

Esse botânico nascido no grande Pernambuco dos setecentos procurava encontrar meios mais rápidos de cultivar e, sobretudo, acelerar o processo de beneficiamento da matéria prima. Na passagem para o século XIX, ele já antecipara um dos ideias mais caros a este século marcado pelos desenvolvimentos da ciência: o domínio da velocidade.

Segundo relatos de viajantes e cronistas, fala-se de um período em que essa região que vai do litoral leste, das regiões de Pernambuco, até o oeste do Maranhão, era marcada pelas suas fontes d’água e braços de rios que eram alimentados pelo Jaguaribe. Sua ribeira, subindo do litoral ao interior, além do próprio Jaguaribe, compunha os rios Banabuiú, seguindo ao oeste; o Quixirimobim, que dele se prolongava ao noroeste; e o rio Salgado que rumava para o sul, na região do Crato.

Alguns historiadores e geógrafos já demonstraram a importância dos rios para a constituição de povoados no sertão nordestino, bem como a importância da conjugação entre as entradas sertanejas com seus gados em parceria com o cultivo algodoeiro, chamado de binômio “gado-algodão, importantíssimo para o desbravamento/desmatamento e conquista do Siará Grande”<sup>69</sup>.

Preocupada com algumas pegadas que pareciam malfadadas para este caminho marcado pelo conflito “Entre o futuro passado” de uma ainda Vila cheia de expectativas, a segunda Memória também apelará à História e aos Conhecimentos dos Sábios, mas agora, 60 anos depois, em 1859, de forma um tanto diferente. Vivendo e imaginando um outro lugar, Thomaz Pompeu retomaria o espaço inicial atribuído ao algodão. E não só. Além de retomar o lugar do algodão e sua importância para o futuro da agora província do Ceará, daria outro sentido

---

<sup>68</sup> CAMARA, Manuel Arruda. **Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc. em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento, offerecida A.S.A. Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor.** Lisboa: Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799, p. 67.

<sup>69</sup> Ver: OLIVEIRA, Gabriel Pereira. **O rio e caminho natural: propostas de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886).** Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015. DINIZ, José Nilo Bezerra. **Paisagens marginais: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914).** Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. SILVA, José Borzacchiello da. **O algodão na Organização do Espaço.** IN: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

à luz daquilo que experienciou. Passados mais de meio século, testemunha um outro espaço; um outro tempo. Agora já se trata de outra experiência e, portanto, de outras expectativas.

Remetendo-se ao período da passagem do século XVIII para o XIX e, portanto, ao tempo/espaço do primeiro “boom” do algodão, assim diz: “As pessoas que conheceram algumas de nossa serras ainda no princípio deste século, recordão que nellas havia muito mais humidade, mananciais, correntes d’água etc. do que presentemente<sup>70</sup>”. Ora, já não se trata aqui do mesmo espaço vivido e imaginado, pois o tempo também é outro. A experiência temporal, com suas movimentações humanas/naturais, modificou a percepção do espaço e lhe deu novo sentido. Enquanto Câmara, por um lado, comunica uma forma de ver e visualizar a paisagem brasileira, nos trópicos, em que:

Nas margens dos rios sempre estão verdes, e alegres, dão-se muitas, que vegetão excelentemente só com agoa, como são as bulbosas, chegando a brotar frutos, o que claramente tem mostrado as bellas experiências, que fizeram muitos Sábios Físicos<sup>71</sup>.

Por outro lado, Thomaz Pompeu rememora e pontifica:

A serra da Uruburetama há 50, ou 60 annos atraz, antes da cultura do algodão, tinha vários mananciais, cujas águas correndo do coração da serra, descião até o sertão adjacente por algumas legoas. Hoje apenas o corrente do Mundahú desse até em baixo; mas já não corre pela seca até o mar. A cultura do algodão, que se começou ali desde o princípio deste século em maior escala, fez desguarnecer as faldas da serra, descobrio as fontes dos mananciais, e agoa foi desaparecendo por muitas partes, e redusindo os poucos correntes que restão para mais tarde também desaparecerem de todo. O que aconteceu na Uruburetama, succedeo nas serras visinhas desta capital, Maranguape, Aratanha, Jubaia, Acarape, e Baturité; e até nos allagadiços de nossas praias<sup>72</sup>.

No entanto, não se trata de desenvolver um argumento bem à moda dos levados ao maniqueísmo: o velho e subserviente Arruda Câmara retomado e criticado pelo recente e preocupado Pompeu. Como salientou José Romário Bastos, Thomas Pompeu Brasil participou “ativamente do processo que visava inserir sua província no grupo de pequenos estados adeptos ao progresso<sup>73</sup>”. Além do mais, foi um importante intelectual cearense; frequentou o Seminário de Olinda e a Academia de Direito, por onde teve acesso às teorias liberais no Brasil; teve formação como bacharel e unção de presbítero. Dessa forma, consciente de sua missão como um homem de saber e ciência, Thomas Pompeu circulou em diversos espaços de importância

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>73</sup> BASTOS, José Romário Rodrigues. **Natureza, tempo e técnica: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e o século XIX**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2013.

educacional, econômica, política e científica. Não era um simples defensor da natureza e de suas causas, por outro lado, preocupado com o desenvolvimento da indústria, argumentava a favor do desenvolvimento da economia provinciana e de seu empreendedorismo.

Com efeito, Thomaz Pompeu retomou aquele primeiro “boom” de incentivo ao cultivo algodoeiro e reconheceu o peso que essa planta teve desde então, “que se começou ali desde o princípio deste século em maior escala”. Ademais, ele próprio fez uma leitura do espaço, sobretudo quando comparou a passagem do XVIII e meados do XIX, colhendo informações de contemporâneos e relacionando com suas visões sobre a paisagem cearense de sua época: “Os contemporâneos afiançam que há 50 anos, todas essas serras são muito mais frescas, abundantes d’água, seus ribeiros corrião por léguas pelo sertão; hoje no rigor da secca mal descem algumas braças além da montanha”<sup>74</sup>.

Todavia, Pompeu funciona aqui como importante testemunho das mudanças entre um regime de imaginação do espaço em construção no Norte do Brasil no final do século XVIII, aqui relacionado à vivência e imaginação espacial de Arruda Câmara, e um outro regime de experiência espaço/temporal por ele testemunhado e publicizado. Nesse primeiro momento, ambos nos situam em realidades configuradas em espaços/tempos diferentes, mas que nos permitem conjugar modos de viver o espaço que dobram o tempo em ações cotidianas. Voltar ao final do século XVIII significa pensar a historicidade desse espaço atribuído ao algodão na historiografia e, assim, buscar entender os seus processos de fabricação. Koselleck no seu trabalho *Estratos de Tempo* já havia apontado alguns limites da chamada Geografia Histórica, pois “Reconstroem as chamadas realidades do passado sem reconstruir as antigas concepções de espaço”.<sup>75</sup> Procuramos, portanto, primeiramente nos deter nessas mudanças de perspectivas sobre e no espaço cearense/brasileiro entre 1799 e 1859. Entre duas Memórias. Dois espaços/tempos. Não é à toa que um será mais lembrado e outro mais esquecido quando se trata do cultivo algodoeiro.

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>75</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre a história**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

### 3 TRAJETÓRIAS

#### 3.1 Em busca do tempo

Milton Santos, retomando essa trilha investigativa retomada por Bruno Latour e buscando formular uma hermenêutica que desafie esse paradoxo moderno que tenta operar e ao mesmo tempo encobrir essa “separação total entre natureza e cultura”, assumindo que “a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político”, também assevera que a saída é “propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos”<sup>76</sup>.

Decerto, nossa investigação sobre as relações entre sociedade e natureza no cultivo algodoeiro cearense em meados do século XIX nos conduz a diversas conexões entre lugares e tempos. Assim sendo, a técnica, aqui bem entendida em suas múltiplas relações de mediação, vale-nos de importante artifício interpretativo. No dizer de Santos, “Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição etc; técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço”<sup>77</sup>.

Nesse jogo de escalas, em livro sobre o cultivo algodoeiro em meados do XIX no Ceará, Thomaz Pompeu relatou que “o agricultor cearense por si ou auxiliado pelos filhos menores consagra a este serviço parte do dia; começa as 6 horas da manhã, interrompe-o das 10 as 2 horas da tarde, nas horas mais cálidas, para continuá-lo até o pôr do sol”<sup>78</sup>. Pompeu, dessa forma, indicava como, em determinadas localidades (não sabemos ainda em que lugar específico do Ceará ele estava se remetendo) o cultivo era realizado pelo trabalho familiar e se baseava em marcações do mundo natural, parava-se das 10 as 14 quando os raios solares incidiam mais diretamente e tornava o trabalho mais oneroso, bem como se deveria estar atento para os dias de chuva e sol, para não confundir os momentos em que se poderia plantar e conseqüentemente colher. Assim, os trabalhos eram iniciados quando dos primeiros raios solares e terminados

---

<sup>76</sup> SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p.61.

<sup>77</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>78</sup> BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. **A cultura do algodão especialmente no Ceará**. Fortaleza: Typographia Litho-Gadelha, s/d, p.40. Apud: LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)**. Fortaleza: SECULT, 1994.

quando do pôr do sol, conotando assim a sincronia que havia entre a rotina de trabalho do camponês e as marcações da ordem da natureza.

Nesse sentido, Edward Palmer Thompson, em seu conhecido texto “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”<sup>79</sup>, nos sugere vários caminhos metodológicos, cuidados teóricos e perguntas que podem nos ajudar a pensar o cultivo de algodão em comparação com os ritmos das naturezas.

De saída, ele se indaga: “até que ponto, e de que maneira, essa mudança no senso de tempo afetou a disciplina de trabalho, e até que ponto influenciou a percepção interna de tempo dos trabalhadores?” e mais, “Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente -, até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?”. Por mais distante que aquela sociedade estudada por Thompson esteja do Ceará, essas perguntas inicialmente formuladas são para nós fundamentais e tocam num dos pontos que, em nossa pesquisa, está aqui sendo seriamente considerada: como a mudança no senso do tempo de agricultores afetou suas disciplinas de trabalho e como, por conseguinte, tudo isso afetou as relações dos homens com o seu meio ambiente. Partindo de uma análise comparativa, e dispondo de vários trabalhos de cunho etnológico e antropológico, o historiador evidenciou como em sociedades ditas mais primitivas, “a medição do tempo está comumente relacionada com os processos familiares no ciclo do trabalho ou das tarefas domésticas”.

Naquelas regiões do Norte, o sol e, com efeito, as sensações provocadas por seus ardorosos raios com que fustigavam a pele, banhavam calorosamente os momentos e períodos de trabalho e descanso. Interessante notar que aqui não se percebe uma rígida regulação baseada na quantificação em horas, minutos e até segundos, cada vez mais exigente e imperativa nos mundos do trabalho contemporâneo. Na observação de Pompeu, a despeito de o sol não ter sido aludido explicitamente como empecilho ao progresso no cultivo, provavelmente já era visto como possível entrave para o trabalho mais “diligente” e sem “morosidade”. Acerca de vinte anos antes, George Gardner, em sua passagem pelo Ceará, vê-se marcado pelo sol ao cortar o território cearense. Na região da Vila da Barra do Jardim, ele diz: “Aborreceu-me não ter feito

---

<sup>79</sup> THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



indagações antes, pois nossos animais estavam grandemente cansados após longa jornada, feita todo o tempo sob um sol abrasador”<sup>80</sup>.

Como se pode notar pela rápida descrição de alguns processos desenvolvidos por máquinas<sup>81</sup> de cardar algodão, o seu beneficiamento acelerava o ritmo de produção numa sincronização bem diferente daquilo que se tinha até então. Segundo observações de Buarque de Holanda sobre essas modernizações, “Essas vantagens seriam extraordinariamente superadas depois que, em 1792, Eli Whitney inventou o saw-gin, destinado a operar uma verdadeira revolução na economia agrária do sul dos Estados Unidos. É que, graças a essa máquina, se tornaria possível a limpeza de mil libras de algodão no mesmo prazo em que um escravo, com o antigo descaroçador de madeira, limpava cinco arráteis”<sup>82</sup>.

No entanto, sobre a recepção desse mesmo invento no Brasil, Holanda diz que “só muito lentamente se impôs e ainda hoje, em certos lugares do interior, continua-se a trabalhar com o mesmo instrumento que os índios de serviço usavam em São Paulo por volta de 1680 e provavelmente antes”. Ainda assim, não capitula em reconhecer a importância de se tentar compreender as efetivas relações entre a circulação desses mecanismos e o desenvolvimento na cultura algodoeira, pois, como atesta, “A verdade é que de nenhum produto tropical se pode dizer, tanto como do algodão, que os progressos no seu cultivo dependeram estreitamente da existência de maquinismos adequados e de métodos de elaboração mais aperfeiçoados. Métodos e maquinismos que só dois séculos mais tarde principiaram a surgir entre nós”<sup>83</sup>.

Segundo relatório provincial de 1886, de Costas Barradas, “A primeira machina de descaroçar algodão que a província possuiu, foi importada em 1849, pelo governo provincial e confiada ao importante fazendeiro da serra de Maranguape Ignacio Pinto de Almeida e Castro. Actualmente existem muitas de systema americano e inglez, quasi todas de serras, sendo, só no

---

<sup>80</sup> GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte ee nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 100.

<sup>81</sup> “Na década de 1730 John Kay inventou a lançadeira volante; em 1740 Ricardo Wiatt inventou o sistema de cilindros e bobinas para cardar e fiar algodão cem vezes mais depressa; em 1764, Heargreaves inventou a máquina de fiar “Jenny”, que centuplicava a produção de um fiador; em 1769 Arkwright inventou a fiadeira hidráulica, que possibilitou a fabricação do tecido de algodão sem mistura com o linho; em 1779, Crompton criou uma máquina, denominada mula, que produzia um fio mais fino, melhor que o da Índia. Em 1785, Cartwright inventou a tear mecânico”. LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)**. Fortaleza: SECULT, 1994.

<sup>82</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.225. Nota explicativa: Um arrátel equivalia a quase meio quilo a partir do século XVI.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 215.

município de Acarape 12, umas 6 no de Maranguape, 6 a 8 no de Pacatuba, etc., movidas a vapor”<sup>84</sup>. Aqui, até onde pudemos pesquisar, temos um primeiro indício da (talvez) primeira “machina” que fora remetida ao Ceará. A serra de Maranguape estava entre os locais preferidos para o cultivo, juntamente com outras serras próximas, p.ex., Uruburetama, Aratanha e Baturité.

Enquanto alguns se esforçavam em importar máquinas e maquinismos para beneficiar seus algodões em meados do XIX, é sintomático que, no final do XVIII, Arruda Câmara já ensaiava a feitura de instrumentos e maquinismos visando multiplicar a produção e, já à época, meios de aumentar a força de trabalho. Nesse sentido, ele constrói uma máquina a ser usada no ensacamento de algodão, que, apesar de não ter lhe atribuído nome, não faltou imaginação para lhe indicar variadas funções.

Voltando ao pequeno fragmento de Barradas, aquele ainda nos dá muitas pistas, sobretudo quando nos diz que “Actualmente existem muitas de systema *americano e inglez*, quasi todas de *serras*”. Não buscamos aqui exaustivamente fazer apenas e por si uma história no âmbito de chegadas e saídas de materiais técnicos, mas imaginar alguns usos que estes por ventura tiveram. Pois, na verdade, como diz Milton Santos, cada paisagem, com suas variadas formas, expressa também as interconexões de vários tempos. “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”<sup>85</sup>.

Assim, ao chegarem ao Ceará, essas máquinas somariam seus próprios tempos com os tempos dos objetos do próprio lugar. Nesse sentido, “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal”. Contudo, ao se misturar com as “vidas que as animam”, nos seus diversos usos, essas máquinas e técnicas deixam de ser apenas diacronia e passam a ser sincronia, isto é, passam a ser presentificar quando efetivamente usadas, tornando-se espaço, pois o “espaço é sempre um presente, uma construção horizontal, uma situação única”. Dito de outro modo, “Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos”<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> BARRADAS, Joaquim da Costa. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Ceará à Assembleia Legislativa Provincial em 1º de setembro de 1886.**

<sup>85</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Edusp, 2012, p.103.

<sup>86</sup> Idem, Ibidem.

Nessa senda moderna, portanto, a paisagem deveria ser imaginada a partir desse novo tempo, pela qual a própria cidade de Fortaleza cada vez mais lutava para ser a capital política e econômica. Margarida Andrade observa que desde 1850 há “uma intenção de expandir a cidade”. Esse ideal tomou corpo organizado com “o plano oficial de expansão de Adolfo Herbster, de 1863”, e que, segundo ela, “é o marco da mudança na estrutura urbana da cidade. É nessa década que Fortaleza se torna o principal núcleo da Província, graças ao seu papel na comercialização de produtos de exportação, principalmente o algodão”.<sup>87</sup> Destarte, dentre os materiais e tipologias variados que podemos dispor para pensar alguns itinerários da cidade de Fortaleza, pensada a partir desses impulsos de projetá-la como lugar privilegiado, escolhemos um relato de viagem/memória do Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lido nas sessões de 2 de Junho, 28 de Julho e 25 de Agosto de 1871.

Na construção do seu texto, é interessante atentar para o modo como ele imagina o espaço. A partir de seu relato, comparando-o com a forma como o historiador Robert Darnton analisa a feitura/narrativa da cidade francesa de Montpellier por um burguês, buscaremos entender como aquele político/viajante construiu a cidade que ele já enxergava como lugar potencial para ensejar a economia cearense. o Dr. Francisco Ignacio era paulistano, inclusive teve sua primeira experiência como presidente provincial em São Paulo. Nascido em Pindamonhangaba, em 1837, e depois conhecido como Barão Homem de Mello, passaria por vários postos administrativos em várias Províncias, em curto período de tempo, inclusive no Ceará. Sua memória sobre o Ceará, em pouco mais de 20 páginas num documento com mais de 300, se encontra com o título “Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul e S. Paulo”<sup>88</sup>, mostrando que passara por várias localidades e que, se seu interesse puder ser medido pela quantidade de páginas escritas sobre determinado lugar, São Pedro do Sul, São Paulo e sobretudo Rio Grande do Sul gozam de maior simpatia pelo viajante, político e historiador imperial.

---

<sup>87</sup> ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles Andrade. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. Tese de doutorado na FAUUSP. Orientadora Beatriz Bueno. São Paulo, 2012, p. 79.

<sup>88</sup> MELLO, Francisco Ignacio Marcondes Homem de. Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul e São Paulo. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sessões de 2 de junho, 28 de julho e 25 de agosto de 1871. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier/Livreiro Editor, 1872.

Sem passar ao chamado ‘conteúdo textual’ desse relato, e ficando apenas em esparsas inferências, pensamos ser importante tecer alguns comentários sobre o lugar que ocupa a publicação de um relato de uma viagem ao Ceará editado na capital do Império por uma revista ligada ao mais importante instituto de pesquisa sobre interesses imperiais, o IHGB, fundado em 1838. Em texto sobre a atuação de Barão Homem de Mello no IHGB, a historiadora rio-grandense Luciana Fernandes Boeira (doutora em história pela UFRGS), chama a atenção para o papel dos “letrados pertencentes ao IHGB, conscientes da relevância de sua tarefa no que diz respeito à construção da história nacional”, e que “muitas vezes assumiram a prestigiosa máscara de historiadores, colaborando com a produção de textos históricos e selecionando documentos relevantes sobre a constituição da história nacional”<sup>89</sup>.

Dessa forma, sugere maior esclarecimento sobre determinados agenciamentos presentes entre a política centralizadora desse período imperial e ações de políticos que, se ora não contribuíram diretamente em assuntos ligados mais estritamente à capital, eram de grande utilidade à sua majestade imperial. Em pesquisa já célebre, o historiador Manoel Luís Salgado Guimarães já havia traçado um caminho interpretativo que evidenciou a singular atuação do IHGB e a construção de uma escrita da História brasileira que relacionasse suas diferenças em torno de um ideal identitário, uma ideia de Nação, profundamente relacionado a uma “tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa”<sup>90</sup>. Assim, antes de chegar propriamente à leitura/interpretação da memória do viajante (e isso vale para outras experiências semelhantes de escrita viajante), devemos entender minimamente o contexto no qual ele está convivendo. A estrutura de poder da qual faz parte e dentro da qual disputa e concede favores, idéias e projetos.

Partindo do modo como o historiador Robert Darnton estuda a construção imaginária de uma cidade por um burguês do século XVIII, a cidade de Fortaleza também foi imaginada pelo olhar de viajantes e homens de ciência. Como explicou, caminha na estrada da história cultural e “tenta mostrar não apenas o que as pessoas pensavam, mas como pensavam - como interpretavam o mundo, conferiam-lhe significado e lhe infundiam emoção”.<sup>91</sup> Darnton é marcado por uma tradição empírica inglesa, ou seja, não abre mão da ida aos arquivos; à leitura

---

<sup>89</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. O BARÃO HOMEM DE MELLO NO IHGB: BIÓGRAFO E VIAJANTE, POLÍTICO E HISTORIADOR. IN: *Anais do XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS*, 2014.

<sup>90</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, p.6, 1988.

<sup>91</sup> DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014, p.13.

das fontes oficiais e de seu lugar de destaque em sua narrativa. É tão sintomático em seu estilo, que boa parte de seus artigos é preenchida com narrativas colhidas nos registros documentais. Isso faz com que tenha um ótimo subsídio para sua composição, sua imaginação e captura de partes opacas, distantes do conjunto que porventura analisa. Isso lhe capacita a fazer conexões não tão evidentes, cruzamentos com outros registros e interpretações mais plausíveis do ponto de vista de uma realidade complexa e culturalmente singular. Diante disso, trazemos um dos possíveis registros documentais sobre o Ceará oitocentista, a “Excursão pelo Ceara...”, do Barão Homem de Mello, e decidimos fazer um exercício de lê-la a partir das indicações de Darnton, principalmente no seu texto “Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto”, presente em seu livro “O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa”<sup>92</sup>.

Partindo de uma pergunta inicial, “como é descrever um mundo?”, Darnton<sup>93</sup> buscou reunir perspectivas que o ajudem a formar um quadro de Montpellier no século XVIII, cidade que foi traduzida como texto significativo e escrita por um “bourgeois d’Ancien Régime”, segundo ele muito diferente de um burguês industrial e tornado icônico para determinada leitura historiográfica. As grandes tendências de um século são importantes e podem denotar mudanças nos modos de pensar e viver, mas não se pode perder de vista as singularidades, os códigos e relações de poder que desafiam interpretações totalizadoras. O Barão Homem de Mello também falava a partir de um lugar, dispunha de uma forma de escrita de viagem, um gênero memória, que já era conhecido e difundido formalmente tanto em publicações de academias e instituições de ensino como em publicações do IHGB. Assim, ele não poupa palavras ao escrever e dar materialidade às terras cearenses. “São regiões especiais, que a natureza colocou no meio dos ares ardentes do Ceará, e servem como de celeiro às povoações, o mais das vezes situadas nas fraldas das montanhas. Taes são a Pacatuba, Maranguape, Baturité, Sobral, etc.”<sup>94</sup>.

Há uma literatura de viagem, memórias advindas de várias províncias nesse período que comporiam amostragens das diferentes populações e riquezas do Brasil. Entretanto, mesmo

---

<sup>92</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>93</sup> O historiador busca assim se situar e situar temporalmente os sujeitos históricos, sua estrutura de poder, para não cair no risco de projetar pensamentos e idealizações não configuradas na realidade social. Ele quer, dessa forma, também entender em que lugar se situa o tipo de descrição, de gênero literário, os modos de fazer de uma época e como esse burguês, ao dispor de determinadas formatações culturais, atua e constrói uma interpretação da sociedade à sua maneira, em vista de sua forma peculiar de organizar a sociedade.

<sup>94</sup> MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul e São Paulo. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sessões de 2 de junho, 28 de julho e 25 de agosto de 1871. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier/Livreiro Editor, p79, 1872.

dispondo de vários modelos e formas de dar sentido à sua escrita, há sempre uma seleção, clivagens, omissões que singularizam os relatos/descrições daquele que as concebem. Às vezes somos marcados demais por uma atitude que logo quer definir, cercar, racionalizar ao máximo, instâncias que se compreendem mais quando vistas a partir de disputas simbólicas; de suas construções de sentido e reelaborações culturais. Desse modo, ele logo faz uma breve projeção sobre o promissor cultivo de algodão, então bem comercializado ao redor do mundo e há tempo gozando de especulação nas províncias do Norte.

As férteis serras da Meruoca, Uruburetama, Pereiro e outras da província são notáveis pela cultura do algodão, que ahi se faz quase exclusivamente. A exportação deste artigo só pela capital excede de cem mil arrobas, em um valor aproximado de 1,600 contos<sup>95</sup>.

Silenciando sobre algumas secas que vinham ocorrendo desde o século XVIII, deixando atemorizados os habitantes do sertão, Mello, por outro lado, acentua o lugar que deveria receber mais atenção do ímpeto produtivo, as "férteis serras", que segundo seu relato eram "notáveis pela cultura do algodão". Dessa forma, em diversas vezes, a pretexto de falar sobre o estado da Província do Ceará, Barão Homem de Mello lia a realidade a partir de suas projeções de futuro sobre ela, como poderia ser organizada a partir de sua perspectiva do que seria uma boa administração. Em passagem que tece comentários sobre alguns trabalhadores, assim diz: "No Ceará está resolvido o problema do trabalho livre. E todo esse resultado se obteve sem abalo, espontaneamente, por força das coisas e pelos hábitos laboriosos da população"<sup>96</sup>.

Apontando o que pensava ser a saída para um trabalho produtivo, Homem de Mello tentava atrair o olhar de capitalistas brasileiros e estrangeiros que à época já arquitetavam uma saída lucrativa para o tornado "problema do trabalho escravo", que passaria então a forçar os poderes provinciais a dar uma saída ao agora novo problema chamado de "trabalho livre". Como o Ceará, na imaginação do Barão, já gozava de pleno "trabalho livre", só caberia, ao cabo, à "força das coisas" e aos "hábitos laboriosos da população". População formada, como escreve mais à frente em sua memória, de "Homens brancos, bem conformados, sadios, mostrando em seus movimentos a dignidade de um ente livre" e que, ademais, "aparecia-me por toda a parte,

---

<sup>95</sup> MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul e São Paulo. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sessões de 2 de junho, 28 de julho e 25 de agosto de 1871. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier/Livreiro Editor, p79, 1872.

<sup>96</sup> Ibidem, p.82.

executando com desembaraço e alegria os diferentes trabalhos da lavoura"<sup>97</sup>. Como referido acima, a população pobre e desassistida que geralmente passava ao largo do olhar de alguns viajantes, não fazia parte desse Ceará que estava em projeção pelos poderes imperiais e provinciais. Nem por isso eles deixavam de construir os seus cotidianos e estabelecer suas vidas sempre por um fio como agentes de suas histórias.

### 3.2 O Ceará em projeção

Como notou Otaviano Viera Jr., desde a carta que foi endereçada à Sua Majestade, a rainha D. Maria I, em 1799, pedindo a autonomia administrativa do Ceará da capitania de Pernambuco, “A produção mercantil, de maneira tão enfática, fora destacada, reforçando a imagem de uma vila em plena expansão comercial e ávida pelo direito de negociar diretamente com o Reino”<sup>98</sup>. Com efeito, como mostrara Otaviano, por mais que o Ceará não tivesse estrutura e condições para sustentar o discurso de uma “vila em plena expansão comercial” no momento, seus representantes mais ilustres defendiam um projeto que apontava para o futuro e em que seus co-provincianos pudessem ser mais ‘industriosos’. Nessa trilha, Raimundo Girão também ressaltou várias ações dos poderes imperial e provincial para fomentar as “bases de arrecadação” que deveriam ser estabelecidas. Depois de 1808, quando se principiam as negociações com a Inglaterra, diz-nos Girão que

Destas, pioneiro é o rico português Antônio José Moreira Gomes, desde 1777 estabelecido em Fortaleza e grande propulsor e financiador do plantio do algodão. Sua é a galera Dois Irmãos que destinava a Londres, em 4 de fevereiro de 1809, abarrotada da valiosa malvácea, confiando o barco ao seu futuro genro José Antônio Machado, mais tarde seu continuador e figura de eminência na vida comercial, social e política da cidade<sup>99</sup>.

Ao nos voltarmos para o Ceará dos oitocentos, procuramos fugir de simplismos, escalonamentos e dualidades que empobrecem a análise, como separações entre o que seria apenas do âmbito da cultura, da natureza, do econômico ou do político. Resultados e demonstrações fáceis que, volta e meia, são atribuídos unicamente a certos fatores e causas: a

---

<sup>97</sup> Ibidem, p.82.

<sup>98</sup> VIEIRA JR, Antonio Otaviano. **Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005, p. 15.

<sup>99</sup> GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2ªed. Fortaleza: BNB, 1979, p. 67.

“modernização” em face da “tradição”, abstrações e generalizações que não vêem os sujeitos sociais que estão atuando na história e construindo seus itinerários e modos de vida<sup>100</sup>.

Afinal de contas, o algodão estava sendo conectado não só ao visado comércio monopolista com ingleses, europeus, americanos e asiáticos, mas aos modos de vestir.

Em seu livro “Caminhos e fronteiras”, Sérgio Buarque de Holanda faz um excelente panorama das primeiras atividades relacionadas ao cultivo de algodão e confecção de redes, “as camas da terra”, e tecidos grossos em várias localidades (sobretudo a capitania de São Vicente), passando por todo o período colonial. Segundo ele, desde 1558, baseando-se em cartas jesuíticas, “já existia pelo menos um tecelão índio com seu tear numa das aldeias baianas, tendo aprendido o ofício por iniciativa dos padres”, contudo, como diz, é somente “a partir de 1650 mais ou menos é que começam a surgir produções mais avultadas. Ademais, Nem todos dispõem de teares, de modo que alguns proprietários devem auferir bons lucros fazendo tecer o algodão próprio e o alheio”<sup>101</sup>. Holanda nos esclarece, desse modo, como muito antes da efetiva colonização do Ceará já se ensaiavam no Brasil aprendizados e estratégias que poderiam render “bons lucros” se levados a cabo. Vê-se que os padres não estavam só preocupados em propagar lições exemplares de fé e obediência aos indígenas, mas em também ensinar alguns ofícios. Torná-los *obrerros*, semi-civilizados.

Em 1862, por meio de Relatório do Presidente da Província, Cunha Figueiredo Jr. fez um rápido resumo do estado da agricultura no Ceará e diz que a cultura do algodão “floresceu desde o princípio do século até 1822, em que decahio. De 1848 para cá tem tomado novo desenvolvimento, e vai subindo progressivamente, apesar do pulgão (mofo) e de outras contrariedades”.<sup>102</sup> Ao escrever a partir de um momento em que o cultivo parecia estar em razoável progresso<sup>103</sup>, Figueiredo procurava indicar alguns momentos em que, em vista de sua

---

<sup>100</sup> Como alertou Josep Fontana, sobre trabalhos que viam apenas os camponeses como atrasados e “tradicionalmente inferiores pelos grupos dominantes da sociedade”: “Desde o século XIX, com o declínio da agricultura nos países desenvolvidos, a diminuição do número de camponeses era vista como uma consequência da modernização da economia e o desaparecimento de sua cultura, como o feliz resultado da integração na comunidade e na cultura “nacionais” permitindo que ingressam na vida política moderna e abandonassem os velhos sonhos igualitários utópicos”<sup>100</sup>. Como indica Fontana, essa visão não está preocupada com a “história de todos”, mas apenas com a história de uns poucos. Ver: FONTANA, Josep. **A História dos homens**. São Paulo: Edusc, 2004.

<sup>101</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.215.

<sup>102</sup> FIGUEIREDO JR, Cunha. **Relatório Provincial do Ceará**, 1862.

<sup>103</sup> Segundo Negraes Brisolla, “o aumento da extensão dos cultivos no Ceará se fez praticamente de um ano para outro. De 1863 para 1864 duplicaram-se as lavouras e neste último ano a produção alcançou 1.135 toneladas. Em 1866 foram vendidas 2.067 toneladas de algodão em Fortaleza, a 26\$000 a arroba, o maior preço até então atingido



leitura do passado, demarcariam possíveis fracassos de seus antecessores e os novos incrementos pelos quais a agricultura passava, além de acentuar certas “contrariedades” que desafiavam o desenvolvimento do comércio algodoeiro.

Em artigo de rigorosa pesquisa que nos ajuda a imaginar essa teia de ideias e objetos que passa a conectar o mundo de então, Peter Linebaugh e Marcus Rediker ressaltaram mais um caminho possível para pensar as trocas, não apenas de mercadorias, entre diversos territórios a partir do século XVIII. Como afirmaram, mesmo que num contexto diferente, “Os “princípios”, tal como as mercadorias, eram transportados nesses navios”, fazendo referência ao número em ascendência das viagens ultramarinas<sup>104</sup>. Desse modo, ao mesmo tempo em que o capitalismo industrial se internacionalizava, também os seus ideais calcados numa maior produção e circulação de mercadorias ganhavam várias partes do mundo. Não só mercadorias, mas principalmente uma ética capitalista, voltada para uma maior competitividade e completamente diferente de uma solidariedade marcadamente campestre, disputava sua teia hegemônica.

Nesse contexto da passagem para os anos oitocentos, enquanto a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte estavam concatenados aos interesses de mercado em várias partes do mundo, a América tropical e, sobretudo, a colônia da Metrópole portuguesa, não estava fechada aos novos rumos que figuravam os exemplos de civilização e o caminho do “progresso”, que tinha na imagem daqueles os exemplos das principais potências<sup>105</sup>. Assim, ao procurar entender como a sociedade cearense vivenciou esse processo de aproximação com o capitalismo comercial, torna-se importante discutir transformações no cotidiano de sujeitos diversos, sobretudo, de agricultores. Diante disso, Maria A. Lemenhe nos ajuda a pensar as estratégias imperiais e seus interesses em acumular riqueza e concentrar o poder:

Conquanto estas modificações (introdução de forças mecânicas<sup>106</sup> no processo produtivo) não possam ser vistas como gerais a todos os níveis da atividade

---

pela fibra”. BRISOLLA, Sandra de Negraes. **Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará**. Dissertação de mestrado. Campinas, 1977, p.14.

<sup>104</sup> LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e a classe trabalhadora atlântica no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>105</sup> Como escreveu Eric J. Hobsbawm, a respeito dos anos entre 1848 e 1875, neste momento “ninguém duvidava do progresso, tanto material como intelectual, já que parecia tão óbvio para ser negado”. HOBBSAWN, Eric J. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 262.

<sup>106</sup> Ana Cristina Leite, em sua tese de doutorado sobre o cultivo de algodão no Ceará, fez uma interessante cronologia de algumas invenções que seriam destinadas à lavoura algodoeira e alhures: “Na década de 1730 John Kay inventou a lançadeira volante; em 1740 Ricardo Wiatt inventou o sistema de cilindros e bobinas para cardar e fiar algodão cem vezes mais depressa; em 1764, Hargreaves inventou a máquina de fiar “Jenny”, que centuplicava a

manufatureira, iniciadas em alguns setores como o têxtil e o metalúrgico, foram bastantes para consolidar o capitalismo industrial: aumento crescente da produtividade do trabalho, da concentração da produção e do capital e maiores lucros garantiam o processo<sup>107</sup>.

Diante disso, em vista do Ceará, marcado pelo "espaço-tempo das ribeiras com suas sub-divisões dominadas por grupos locais", o século XIX inaugurou um clima de incertezas políticas e econômicas. Almir Oliveira, em artigo sobre os embates que se deram nesse momento, lembra as disputas sobre a organização do Estado e alguns projetos nacionais.

As várias manifestações de cunho liberal ou não, que tiveram lugar no Ceará entre o final do período colonial e meados do século XIX, como os movimentos de 1817, 1824, 1830, 1834 e 1840, seriam reflexos dessas condições sócio-políticas das autonomias locais e das arrematadas políticas das famílias que dominavam as regiões<sup>108</sup>.

Assim, apesar da importância que teve esses movimentos ao longo das primeiras décadas dos oitocentos, com seus grupos, interesses e desavenças quanto à construção do Estado Nacional, buscaremos focar mais em alguns políticos e homens de ciência que projetaram possibilidades de mudanças para o Ceará, os quais desenvolveram mais questões atinentes à agricultura e à indústria, particularmente as que insidiam sobre o cultivo algodoeiro.

Salientamos que, em sua passagem pela administração da Província do Ceará, José Martiniano de Alencar até fez vir da Europa trabalhadores especializados<sup>109</sup>. Com isso, disputava-se não apenas o sucesso de tal produto ou tipo de comércio, mas projetos divergentes que propunham modos de convívio com a natureza. Em Relatório Provincial do Ceará em 1836 diz Martiniano de Alencar:

Eu devo notar-vos que a nossa importação he extremamente grande em relação à nossa exportação; isto indica falta de produção no paiz. (...). Todo este mal parte da falta de braços, que se empreguem na lavoura, o que sendo geral em todo o Brasil, mais notável se faz no Ceará, onde a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introdução de africanos. Logo parece-me que devemos applicar toda a nossa atenção

---

produção de um fiador; em 1769 Arkwright inventou a fiandeira hidráulica, que possibilitou a fabricação do tecido de algodão sem mistura com o linho; em 1779, Cromptom criou uma máquina, denominada mula, que produzia um fio mais fino, melhor que o da Índia. Em 1785, Cartwright inventou o tear mecânico". Em vista disso, uma pergunta simples nos parece de início razoável: como essas invenções chegavam ao Ceará e, ademais, como demandavam novos expedientes em vista de seus possíveis usos pelos agricultores cearenses? LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

<sup>107</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza**. Fortaleza, 1983, p.45.

<sup>108</sup> OLIVEIRA, Almir Leal de. **A Construção do Estado Nacional no Ceará na Primeira Metade do Século XIX: Autonomias Locais, Consensos Políticos e Projetos Nacionais**. IN: \_\_\_\_\_ e BARBOSA, Ivone (Orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1846)**. Fortaleza: INESP, 2009.

<sup>109</sup> Ver: NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza, SENAI/DR-CE, 1989.

para adquirirmos colonos, que venham povoar nossas terras devolutas, e aumentar nossa cultura<sup>110</sup>.

Indo de cálculos básicos sobre a dinâmica econômica nos movimentos de importação e exportação e conseqüentemente sobre os níveis de produção, Alencar vai apontando um caminho que tinha na reunião de certos braços e determinadas terras o que chamou de aumento de "nossa cultura". Inaugurando o que posteriormente se faria lugar comum em alguns círculos de intelectuais, o dizer que a "escravatura sempre foi pouca", e dizendo que "colonos"deveriam povoar nossas "terras devolutas", o que Alencar estava fazendo, na verdade, era uma completa exclusão do conjunto de homens e mulheres que há tempos havia desenvolvido em parceria com os seus meios ambientes um lugar comum de convivência. Por outro lado, segundo Sandra Brisolla, desde 1780

havia no Ceará 972 fazendas, com grande número de agregados e moradores, sendo estes constituídos por índios mansos e forasteiros. Roçados de milho, feijão, abóbora, mandioca, serviam para alimentar os que se ocupavam da fazenda. Leite, queijo e coalhada com rapadura completavam a alimentação. Nas vazantes dos rios plantava-se também melancias, melões e feijão ligeiro. A única indústria era o curtimento de solas<sup>111</sup>.

Ao falar positivamente em falta de braços e abundância de terras, parece-nos que Alencar estava esquecendo ativamente processos sociais que hoje podem ser encontrados em diversos tipos documentais. Nesse sentido, uma produção viável que elevaria o Ceará a um lugar de sucesso só se faria à medida que nele se pensasse uma determinada força de trabalho e uma determinada concepção de terra. No entanto, como se lê acima, desde o final do século XVIII havia várias plantações de víveres, com produções de alimentos para subsistência, como milho, feijão, abóbora e mandioca, além de outras frutas comuns na região, como era o caso do mamão.

A partir dos relatos de viajantes também podemos imaginar como era no mínimo interessante a dinâmica da vida cotidiana entre o sertão, vilas e lugarejos em vias de urbanização. Henry Koster, que passou pelo Ceará em 1810 e ficaria lá até janeiro de 1811, em seu livro de notas "Travels in Brazil", deixou ricas descrições do cotidiano cearense. Disse que "A gente que residia nessas redondezas se retirara das altas regiões que a seca tornara improdutivas. Construíram algumas choupanas e muitas não estavam terminadas, vivendo a família ao ar livre

---

<sup>110</sup> ALENCAR, J.M. **Relatório Provincial do Ceará**, 1836, pg. 7.

<sup>111</sup> BRISOLLA, Sandra de Negraes. **Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará**. Dissertação de mestrado. Campinas, 1977, p. 9.

(...) Cada homem possuía um pequeno campo de mandioca e milho<sup>112</sup>. Como já observara Maria Odila e outros estudiosos desse período, apesar da crescente concentração do poder imperial e dos embates palacianos no Rio de Janeiro, com seus acordos econômicos e mudanças legislativas, os pobres das províncias também construía seus próprios arranjos e itinerários de vida, muitos vivendo ao largo do que passava na capital do império<sup>113</sup>.

Nessa trilha, em meados do século XIX, com o chamado processo de hegemonia de Fortaleza<sup>114</sup>, que disputava o peso comercial e político com outras municipalidades, podemos vislumbrar algumas nuances relacionadas aos interesses num comércio que se internacionalizava e que, por sua vez, estava relacionado a novos modos de convívio com a natureza que evidenciava diferentes percepções de tempo. Não só devido ao fato que alguns agricultores passaram a plantar em maior quantidade o algodão, mas às expectativas de rendimento e melhoria dos negócios provinciais que tinha no discurso de políticos, intelectuais e homens de ciência uma defesa. Nesse sentido, a década de 1840 será particularmente singular para a província cearense, sobretudo devido ao esforço dos seus presidentes em fomentar o comércio de algodão e tentar angariar fundos para a construção e reforma de edifícios.

Segundo Aragão, “é sobretudo a partir de 1848 que o Ceará demonstra um aumento significativo da safra algodoeira e que este se firma na economia cearense atingindo seu ponto máximo na década de 60”<sup>115</sup>. Esse processo se relacionava ao irrompimento da Guerra de Secessão norte americana em 1861, em que há um recrudescimento da produção algodoeira e aumento na exportação desse produto<sup>116</sup>. Não pugnamos pela vereda simplista no sentido de afirmar que a Guerra nos Estados Unidos foi o principal, e único, fator de diferenciação na forma como variados sujeitos passaram a mudar seus modos de regulação do tempo de trabalho e que a partir daí se deu uma maior intensificação do arruinamento do solo; contudo, também não

---

<sup>112</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil (Travels in Brazil)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 119.

<sup>113</sup> VER: SILVA DIAS, Maria Odila Leite. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

<sup>114</sup> LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza**. Fortaleza, 1983.

<sup>115</sup> ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da Indústria Têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem (1880/1950)**. Fortaleza: UFC, 1989, p. 36.

<sup>116</sup> Segundo dados coletados por Carlos Negreiros Viana, “Os preços mais remuneradores de 1864 a 1872 promoveram um desenvolvimento ascendente da cultura cearense do algodão, cujas exportações passam de 888.290 kg em pluma em 1863-64 sucessivamente para 5.219.147 kg em 1869-70 até atingir o auge de 8.324.258 kg em 1871-72”. VIANA, Carlos Negreiros. **A Indústria têxtil de algodão do Ceará (1881-1973): uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul**. Dissertação de mestrado em Economia da Universidade de Brasília, 1992.

podemos negar a profunda intensificação produtiva desse período e suas conseqüências para a terra e seus homens.

Desse modo, houve uma gama de esforços tanto provinciais como imperiais na tentativa de implementar um cultivo competitivo de algodão e assim, a partir dele, tornar a agricultura mais utilitária, com o aumento de seus produtos mais rentáveis e o desenvolvimento de seus modos mais céleres de beneficiamento. Em lei provincial de 1837, sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar, este foi autorizado a despender um montante de 197:970\$700 (Cento e noventa e sete contos, novecentos e setenta mil e setecentos réis) no futuro ano financeiro de 1838. Deste, em seu artigo 5, autorizou o gasto de sessenta e um contos de réis apenas "com as obras públicas [...] e compra de machinas e modelos"<sup>117</sup>. Ademais, é interessante notar, já desde o artigo terceiro da lei de 1836, a preocupação do presidente Alencar, e com ele vários comerciantes e empresários à época, com algo que estava começando a ter grande importância quando o assunto era o futuro do comércio: as notas de dinheiro em circulação. Pois para garantir uma mínima transação, ambas as partes deveriam ter segurança sobre as notas/dinheiro utilizadas cotidianamente, o que não estava acontecendo. Assim, a lei de 1836 diz:

As notas do banco serão recebidas em todas as estações das rendas provinciaes a par do papel do governo, e com ellas se pagarão todas as despezas e ordenados, ficando os accionistas obrigados por suas acções a garantir veracidade das notas, que apparecem falsificadas nas sobreditas estações"<sup>118</sup>.

Comparando com outros registros documentais, percebemos que a preocupação com as notas falsas podem nos dizer muito sobre as artimanhas e ações de pessoas que nem sempre dispunham dos meios para fazerem uma compra dentro da "legalidade" e que desafiavam, desse modo, a implementação de um sistema confiável de capitalização, sobretudo quando já se ensaiava a fundação de instituições bancárias que poderiam financiar despesas públicas. É possível ler até em matéria de 1846 no periódico *O Cearense* referência às notas falsas em circulação. Com a chamada do editorial "Exame feito na Caixa da Amortização nas notas falsas de 5\$000 réis da 3ª estampa", lê-se: "A nota falsa de 5\$000 é muito maior, e mais larga do que a verdadeira, seu papel é fabricado com grande porção de algodão, e por isso apresenta ao tacto um

---

<sup>117</sup> Lei n°. 84 de 25 de Setembro de 1837, sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar.

<sup>118</sup> Lei n°. 36 de 5 de Setembro de 1836, sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar.

macio, que não tem o das verdadeiras, bem como um lustro que o outro papel não tem".<sup>119</sup> Com efeito, vê-se que o algodão não estava apenas nas roupas, mas já fazia parte de um dinheiro falso que tomava as ruas cada vez mais, impondo, desse modo, não apenas uma distinção pela visão da cédula verdadeira, mas apontando para uma forma peculiar de senti-la, por apresentar um "tacto macio", devido a "grande porção de algodão" nela presente.

O Ceará, como o Brasil e o mundo, estava passando por transformações dos sentidos, naquilo que estava diretamente relacionado às contingências culturais e seus simbolismos. Assim, Vittorio Lanternare, ao escrever sobre alguns desafios que cercam uma análise que leve em consideração as complexidades em torno dos sentidos, já havia pontuado que há uma infinidade de possibilidades analíticas quando se efetuam cruzamentos entre percepção sensorial e representação simbólica. Segundo diz

A exemplificação do processo de determinismo cultural nas relações entre percepção sensorial e representação simbólica pode estender-se até ao infinito. Ela toca e envolve a percepção da dor e do prazer; o sentido estético com os seus reflexos na apreciação e na produção da arte, na ornamentação corpórea, na dança; a percepção do espaço com as suas variáveis determinações semânticas de direita-esquerda [Needham, 1974], de distribuição do espaço na aldeia ou na habitação segundo fins socialmente determinados, etc., a percepção do tempo (estações astrais ou climáticas, representações ligadas à noite e ao dia, aos ciclos lunares, etc.)<sup>120</sup>

Nesse sentido, a partir desses caminhos sugeridos por Lanternare, procuramos agora pensar o algodão entre seus diferentes modos de percepção sensorial e como ele estava relacionado a mudanças estéticas que diziam sobre formas de comportamento em lugares públicos e privados; as hierarquias sociais que principiavam desde o tipo de tecido e sua melhor cor, estabelecendo decerto lugares e olhares que impediam a presença de pobres e os inferiorizavam culturalmente.

---

<sup>119</sup> **O Cearense (CE)**, 14 de Outubro de 1846, p. 2.

<sup>120</sup> LANTERNARE, Vittorio. Sentidos. **Enciclopédia Einaudi**. Vida/Morte - Tradições - Gerações. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1997, p. 65.

## 4 O CORPO

### 4.1 Técnica e estética

Talvez uns dos primeiros grandes problemas enfrentados pelos historiadores seja pensar as peculiaridades de cada época, lugar, sem com isso deixar-se levar por abstrações e juízos anacrônicos de valor. Retomando os caminhos iniciais desse escrito, pudemos imaginar, com os autores e referências que nos acompanharam até aqui, como determinados objetos de algodão encontrados e usados hoje em dia, aparentemente tão recentes, nos remetem a tradições ameríndias tão vulgarmente chamadas de "antigas" e ultrapassadas. Como exemplo, Sérgio Buarque de Holanda arrolou meia dúzia de objetos que eram fabricados de algodão considerado inferior, diferente do usado na tecelagem, como "pavios de vela, redes de pescar, fios de sapateiro, franjas ou varandas de rede, etc." <sup>121</sup>.

Entretanto, possíveis semelhanças e determinadas distâncias temporais de objetos materiais hoje conhecidos importam não apenas pela sua idade ou materialidade, mas pelos seus usos e como configuravam ações e modos de ser historicamente localizados. Assim, retomando algumas questões sobre a relação entre percepção sensorial e determinismos culturais, buscamos doravante pensar objetos e usos do algodão na tensão entre visualidades e sensações. No jogo de como se apresentava aos olhos ou como se deixava sentir à flor da pele, havia uma complexa rede de agenciamentos sociais que diziam sobre relações de poder na/entre a Província do Ceará/ Brasil/ mundo.

Em livro em que estuda a emergência do conforto e da informalidade a partir de um recorte e perspectiva historicamente situados, a historiadora Joan Dejean, especialista em história, literatura e cultura francesas dos séculos XVII e XVIII, chama a atenção para inusitadas mudanças nos modos de vestir, portar-se e decorar interiores, num período que chamou de o "Século do conforto" (1670-1765). Indo das variações na arquitetura e da moda ao design de móveis e interiores, Dejean apresenta caminhos analíticos e possibilidades de cruzamentos testemunhais, relacionando tanto desenhos de móveis e instalações registradas pela primeira vez no século XVIII, quanto jornais franceses de grande circulação na Europa de então.

---

<sup>121</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994, p. 214.

Perseguindo essas mudanças que começaram a dizer cada vez mais sobre as inter-relações entre os espaços público e privado, bem como sobre o que seria de "bom comportamento", naquilo que passaria a ser conhecido como "ociosidade informal e relaxada" ao longo da história ocidental moderna, a escritora também apontou para as complexas e aparentemente inovadoras transformações ocorridas na incipiente indústria têxtil. Segundo ela:

Entre 1670 e 1710, o mundo têxtil passou por uma das transformações mais significativas de toda a sua história. Os tecidos pesados, duros e formais seguiram o caminho da suntuosidade e foram substituídos em muitos ambientes e ocasiões pelas sedas leves e frescas, conhecidas como gaze e musselina, e sobretudo por tecidos de algodão importado da Índia. Esses panos se moviam com o corpo, estimulando um estilo de movimento mais relaxado<sup>122</sup>.

Nessa trilha, é interessante como nesse momento há uma profusão de ideias consideradas inovadoras e processos de fabricação têxtil que misturavam conhecimentos químicos, biológicos e físicos, além das artimanhas discursivas de investidores e comerciantes, tudo isso tensionado entre práticas mais tradicionais de costura, feitura e uso de roupas, até formas mais ousadas de tingimento, produção e circulação de tecidos. Assim, muitos desses artigos passaram a utilizar em alguma medida representações que estavam se desenvolvendo sobre o algodão como forma de atrair consumidores: sua maciez, que alivia a fadiga do dia a dia, sua rapidez de lavagem, que passa a fazer parte da exigência de alguns consumidores, bem como a sua brancura, que se tornaria indispensável nas artes e na chamada higiene.

Essas preocupações começaram a habitar cada vez mais as mentes oitocentistas, principalmente dos chamados homens de ciência e estudiosos das chamadas Ciências Naturais e Físicas, profundamente interessados em modificar e melhorar alguns processos encontrados naquilo que entendiam como sendo a natureza. Assim, na aurora do século XIX, chama-nos a atenção os experimentos realizados com várias substâncias pelo químico francês Berthollet a fim de desenvolver um maior branqueamento de tecidos. Em obra impressa em Lisboa em 1801 na tipografia Arco do Cego, ele começa dizendo que "Não somente devemos a Schéele o descobrimento do ácido muriático oxigenado, mas também o dos efeitos que produz nas partes colorantes dos vegetais"<sup>123</sup>. A partir dessa frase inicial de seu opúsculo, percebemos como ele já

---

<sup>122</sup> DEJEAN, Joan E. **O século do conforto: quando os parisienses descobriram o casual e criaram o lar moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 25.

<sup>123</sup> BERTHOLLET, L. C. **Descrição do branqueamento dos tecidos e fiados de linho e algodão pelo ácido muriático oxigenado e de outras suas propriedades relativas às artes**. Lisboa: Arco do Cego, 1801, pg. 3.



vinha acompanhando vários estudos sobre o assunto e buscando observar não apenas substâncias enquanto tais, mas principalmente seus "efeitos" ou como se poderia transformar laboratoriamente alguns "vegetais". Segundo ele,

Depois de ter observado a ação que em geral o ácido muriático oxigenado tem sobre as partes colorantes, pensei que o mesmo efeito poderia produzir sobre as que coram os tecidos e fiados e que no branqueamento pretendemos destruir ou separar. Pois não será inútil aos que o quiserem executar, que aqui refira a história dos ensaios imperfeitos, por onde comecei<sup>124</sup>.

Desse modo, essa publicação não deve ser apreendida isoladamente como simples fruto de um impulso individual, mas interligada aos interesses do capital nesse momento de euforia científica. Segundo a historiadora Maria Odila, a própria criação da Casa Literária do Arco do Cego é significativa desse intuito de financiar pesquisas e experimentos que objetivassem a geração de riqueza a partir do domínio de forças presentes na natureza de então. Sobre essa "mentalidade pragmática dos iluministas" que foi "se enraizando entre os brasileiros", diz-nos Odila que foi incentivada visando os trabalhos de "homens ilustrados para orientar com conhecimentos atualizados e aperfeiçoamento de técnicas o aproveitamento das novas oportunidades econômicas"<sup>125</sup>.

Nesse momento, há uma disputa por vários mercados ao redor do mundo, colocando em ritmo acelerado tanto as principais potências de então, como França e Inglaterra, quanto testando suas capacidades de reação às transformações produtivas e de bens de consumo. Em editorial de 1859 no periódico *O Cearense*, em coluna que se chamava de "Variedades", lemos um apanhado interessante sobre o comércio do algodão, segundo o escritor da matéria, baseado em "documentos autênticos publicados em Inglaterra" e, por sua vez, republicado no Brasil:

No princípio deste século, a importação de sacas de algodão na Grã-Bretanha era unicamente de 75,000 por ano e hoje é de 2,100,000. O resto da Europa e os Estados- Unidos, que nessa época não possuíam manufatura alguma, empregam atualmente 1,900,000 sacas de algodão, mais que a soma já citada, não falando do consumo da Ásia. Destes 4 milhões de sacas de algodão, os 5/6 são fornecidos pela América<sup>126</sup>.

Pelo exposto acima, por mais breve que ele possa ser, vemos que há muitos países e domínios territoriais envolvidos num aparentemente simples balanço do mercado algodoeiro

---

<sup>124</sup> Ibidem, pg. 8.

<sup>125</sup> DIAS, Maria Odila. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005, pg. 81.

<sup>126</sup> *Jornal O Cearense*, julho de 1859, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

colhido em jornal cearense. A partir dele, podemos imaginar o quanto de informações e viagens de cunho estratégico entre potências e suas colônias foram trocadas e inventadas para fazer funcionar naquele momento a máquina capitalista em expansão e seu desejo de conformar o mundo à sua imagem. Digno da "Era da suntuosidade", com efeito, Joan Dejean nos ajuda a entender a ebulição que acometeu na moda e design de tecidos em várias localidades. Apareceram tecidos asiáticos, sobretudo indianos, além de seda chinesa e tecidos do Sião; enquanto os siameses somaram listras à mistura, os europeus passaram a fabricar têxteis figurativos, em vista do fato de que siameses e indianos frequentemente exportavam para a França figuras chamadas "pequenos personagens" (*petits personnages*). Ademais, muitas estampas florais também inundaram partes das tapeçarias, roupas e vários artigos de vestuário e ornamentação.

De repente o mundo ocidental tornou-se floral como jamais se pensara antes. As roupas de cama começaram a ter estampas florais, em seguida as pessoas começaram a cobrir paredes inteiras com motivos florais, até que finalmente os vestidos femininos foram tomados de estampas de flores e árvores. Onde quer que esse fenômeno acontecesse, o mundo da formalidade imediatamente desaparecia para ser substituído por uma aparência informal e confortável<sup>127</sup>.

Apesar das diferenças, de continuidades e discontinuidades em comparação com o mercado brasileiro nessa passagem do século XVIII para o XIX, chamamos a atenção para os esforços que foram empreendidos para alçar o Brasil à categoria de lugar viável para o consumo daqueles produtos franceses, indianos e sobretudo vindos da Inglaterra. Pois, se por um lado, naquele momento "a Índia era o maior produtor e exportador de têxteis do mundo" e enviava "itens em algodão para China, Pérsia e países africanos", os europeus procuravam a todo custo e artifício concorrer com a qualidade e variedade multicolorida dos tecidos asiáticos. A disputa chegou a antagonizar e identificar os produtores até pela predileção de coloração e ausência dessa, pois dizia-se que "os ingleses preferiam fundo branco", fazendo com que os cortes com fundo vermelho enviados para a Inglaterra no início logo desaparecessem<sup>128</sup>. Além disso, também havia muito interesse e projetos do capital que se mundializava e projetava render bons lucros em transações com os mercados americanos. Para tal, não é sem razão que já "Em 1681, os diretores londrinos propuseram o que seria a diretriz básica do jogo do algodão. Assim como

---

<sup>127</sup>DEJEAN, Joan E. **O século do conforto: quando os parisienses descobriram o casual e criaram o lar moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 306.

<sup>128</sup>Ibidem, p. 306.

na moda, eles precisavam de coleções". Citando Irwin e Brett, em estudo sobre um tipo de tecido floral mais conhecido nos Estados Unidos, o chintz, diz que: "As senhoras pagarão o dobro por algo novo que ainda não foi visto na Europa (...) e então vão se desfazer (...) da moda usada nos anos anteriores"<sup>129</sup>.

Desse modo, com estratégias das mais variadas, ingleses e franceses procuravam exportar cada vez mais suas mercadorias. Sobre o aumento dessas transações, Leslie Bethell já havia observado que:

O estabelecimento comercial predominante dos negócios britânicos na América Latina no século XIX existia principalmente, é claro, para importar e distribuir os artigos ingleses: sobretudo têxteis (algodões, tecidos de lã, roupa de cama e mesa etc), bem como outros bens de consumo manufaturados (utensílios de ferro, artigos de cutelaria, porcelana, vidro, pianos, mobília, chapéus, meias, entre outros) e alguns bens de capital e matérias primas, especialmente carvão<sup>130</sup>.

Em estudo sobre o que entendia como sendo a Geografia do Ceará, o conhecido homem de letras Barão de Studart registrou que nos oitocentos se eleva a presença inglesa em Fortaleza, momento em que ocorrem as primeiras chegadas de bergantins e paquetes<sup>131</sup> nessa cidade que buscava se alicerçar como capital do Ceará. Segundo ele, depois da chegada do navio inglês Sophia e Bertha em 1811, que trazia o irlandês William Ware, logo se funda a "primeira casa estrangeira de commercio direto estabelecida no Ceará". Depois, faz uma breve listagem das primeiras chegadas das embarcações que passaram a marcar a velocidade e o novo que aportava no Ceará. Assim, nos anos 1840, registrou a vinda do primeiro paquete a Fortaleza, o Pernambucano, que fazia conexões entre o porto do Rio de Janeiro e os demais portos do Norte. Além disso, em 1856 e 1860 diz que "foram celebrados contractos em virtude dos quaes se estabeleceu a navegação a vapor entre Pernambuco e Ceará e Maranhão e Ceará". Por fim, cercando o período que nos interessa aqui ressaltar, Studart marca em sua cronologia da "História do Ceará", como lhe apetecia fazer, a inauguração da primeira linha direta entre o Ceará e a Europa ocorrida em 1866, por meio do vapor *Augustine*, pertencente à firma Booth & C<sup>a</sup> de Liverpool<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Idem, p. 308. Para mais informações ver IRWIN, John e BRETT, Katharine. **Origins of Chintz**. Londres: Her Majesty's Stationery Office, 1970.

<sup>130</sup> BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados** 9 (24), 1995, p. 274.

<sup>131</sup> Tipos de embarcações utilizadas no século XIX. Enquanto o bergantim era caracterizado pelo uso de mastros e velas, conhecido como navegação de galés, o paquete já usava tecnologia a vapor, o que geralmente representava maior velocidade.

<sup>132</sup> STUDART, Guilherme. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010, p. 285.

Nesse sentido, por mais precária que fosse a realidade estrutural e material de algumas instalações imprescindíveis ao comércio intercontinental nos portos do Ceará naquele período, como por exemplo a falta de local apropriado para o aporte de grandes embarcações, bem como a falta de locais apropriados para o armazenamento de mercadorias, interessa-nos investigar os embates em torno da construção desse projeto para a Província que, na perspectiva de muitos atores envolvidos, passava inevitavelmente pela produção de algodão e de seu comércio. O viajante inglês Henry Koster, que chegou ao Ceará em dezembro de 1810 e ficara até janeiro de 1811, nos dá pistas de como lhe pareceu rápido o desenvolvimento desse comércio. Em sua saída do Ceará e de retorno ao Aracati, de onde havia partido, faz um apanhado da presença do mascate e de sua agilidade em comercializar: "Os mascates vêm de povoação em povoação, de fazenda em fazenda, trocando suas mercadorias por gado de todo tipo, queijos e couros de boi".<sup>133</sup> Desse modo, apesar da baixa monetarização característica desse período, Koster percebe que já havia uma dinâmica que estimulava a troca e o ato de negociar. Segundo sua leitura,

Os mascates raramente recebem dinheiro em troca de suas vendas. Aceitam o que lhes oferecem, alugam homens para ajudá-los a conduzir o gado ou o produto das barganhas, até o mercado onde é permutado por mercadorias e regressam com elas ao interior. Um ano às vezes se passa numa dessas jornadas mas os proveitos são enormes, duzentos ou trezentos por cento!<sup>134</sup>

Francisco Freire Alemão, outro viajante que passou pelo Ceará alguns anos depois, em notas sobre a vila de Aracati em 1859, chama a atenção para certo fervor comercial dos aracatienses. "É notável que por toda a parte por onde tenho andado se vejam sempre aracatienses empregados em vários serviços e em negócio"<sup>135</sup>. Diante disso, apesar dos problemas que cercam essa região que ensaiava uma capitalização incipiente a partir dos ganhos com o algodão, na década de 1830, George Gardner, viajante escocês que também deixou várias descrições dos meios ambientes do Ceará, traz uma nota interessante sobre o jogo de cartas na região do Crato, evidenciando um caminho por meio do qual se poderia imaginar trocas monetárias e sociais entre diversos sujeitos:

---

<sup>133</sup> KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil (Travels in Brazil)**. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. SP/RJ/Recife/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 215.

<sup>134</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>135</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 52.

A moralidade dos habitantes de Crato é, em geral, baixa, o jogo de cartas é sua ocupação principal durante o dia; quando faz bom tempo, vêem-se grupos de todas as classes, desde os que se chamam "gente graúda" até as mais baixas, sentados nos passeios, à sombra da rua, profundamente absorvidos no jogo. Os mais respeitáveis jogam dólares; os pobres jogam moedas de cobre ou usam grãos de feijão como tentos. São então frequentes as brigas, que muitas vezes se resolvem a faca<sup>136</sup>.

Observador dos costumes locais, Gardner, entusiasta do progresso e da civilização europeia, apontando o que seria a "baixa moral" dos habitantes do Crato, deixou essa rica descrição de uma das formas de sociabilidade naquele momento: o jogo de cartas. Assim, além de agrupar "todas as classes", segundo ele, chama-nos a atenção para a variedade de trocas consideradas de valor naquela região, entre dólares, moedas de cobre e feijões, evidenciando que havia uma mínima circulação de dinheiro, inclusive o que ele identificou como sendo a moeda americana. Entretanto, o interessante foi que o viajante não apenas relatou simplesmente o ocorrido, mas atrelou o respeito social, "os mais respeitáveis", ao ato de jogar dinheiro, "jogam dólares", apontando que apesar de estarem juntos, nem todos dispunham do mesmo capital e muito menos do status e abrangência pecuniária que acompanhava a "gente graúda". Apesar disso, vale ressaltar que mesmo assim os mais pobres não deixavam de realizar suas diversões, nos "grupos de todas as classes" entre jogos e jogatinas cotidianas, e até poderiam sair levando alguns dólares consigo.

#### **4.2 Objetos para ver e sentir**

Com efeito, no século XIX, impressiona a considerável quantidade de anúncios em jornais cearenses sobre artigos e tecidos variados vindos do estrangeiro, de comerciantes e donos de lojas que faziam apelo ao "gosto moderno" e aos diversos tipos de moda e uso de adereços lá encontrados. Em 1848, no jornal O Cearense, lemos o seguinte anúncio: "Na loja de Francisco Fidelis (...) estão a venda as pechinchas seguintes: chapéus franceses muito finos e da última moda pelos baratíssimos preços de 6 e 7 reis, chitas boas de cores fixas". E continua oferecendo ao público aquilo que dizia ser da última moda na Europa

---

<sup>136</sup> GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; SP: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975, p. 94.

Ditos de cassa franceza lindos padrões, e da bella e moderna fazenda denominada gaze, por 640 e 800 a vara; variado sortimento de riscadinhos finos francezes, por 240 e 280 o côvado; (...) cortes de calça de gazimira elástica, e dos melhores gostos a 9, 10 e 12 reis; ditos do melhor brin entrançado branco, e de cores por 4 reis. Luvas de pellica bordada da última moda para senhora pelo deminuto preço de 2560; ditas para homens de 1920; (...) panos finos preto, azul e aza de corvo por 6, 7 e 8 reis; lenços finos de cambraia com bico nas pontas, e outros com pinturas muito finas por 640, 800 e 1000. (...) Quanquilharias e perfumarias francezas e muitas outras fazendas e objectos que seria hum nunca acabar para enumerá-las, as quais se venderão pelos menores preços possíveis, certo de que o freguel ha de sair contente e bem servido<sup>137</sup>.

Sem pretender generalizar ou forçar uma leitura exagerada das informações acima, podemos imaginar que ao menos já havia significativa circulação de mercadorias nesse período para o Ceará ou, melhor dizendo, para determinado grupo de consumidores da Província<sup>138</sup>. O anúncio faz referência a vários produtos franceses, seja "da bela e moderna fazenda denominada gaze" aos "riscadinhos finos franceses". Há também uma diversidade de materiais, como "gazimira elástica" e "brin entrançado de branco e de cores", além de "luvas de pelica" que sugerem um uso mais distinto e peculiar, afinal, o estilo francês já havia despontado desde o século anterior como o modelo do bom vestir e trajar. Joan Dejean observa que já desde o final do século XVIII, comentando a fala de um mestre estofador francês chamado Bimont," em todos os domínios relacionados ao estilo e à decoração, "o bom gosto" no que dizia respeito a tecidos era um visual tipicamente francês".<sup>139</sup>

Por meio do anúncio encontrado no periódico, vale também ressaltar a presença da menção às cores e principalmente suas referências. Contudo, cabe aqui um alerta, pois mesmo algo aparentemente simples e corriqueiro hoje em dia, a identificação de cores e suas denominações, também têm sua historicidade. Desse modo, as cores precisam ser entendidas não apenas como algo dado naturalmente, mas como construção cultural, que leva em conta sentidos produzidos em determinado espaço/tempo, longe de pretensa abstração universalizante. Portanto, ao chamar a atenção para os modos nominais ali relatados como "panos finos preto, azul e aza de corvo", é interessante perceber que o anunciante aparenta certa dificuldade de tradução cultural da tonalidade que vê mas não encontra palavra formal e, para tanto, dá-lhe um referente encontrado no lugar e mais compreensível aos seus leitores, isto é, a cor seria mesmo ao tom da

<sup>137</sup> Jornal **O Cearense**, janeiro de 1848, p. 4, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

<sup>138</sup> Ver: TAKEYA, Denise Monteiro. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN.Ed. Universitária, 1995.

<sup>139</sup> DEJEAN, Joan E. **O século do conforto: quando os parisienses descobriram o casual e criaram o lar moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 320.

"aza de corvo", sem mais nem menos. Noutra ocasião, semelhantemente, o botânico viajante Freire Alemão também fez peculiar descrição de cores quando passava pelo Crato: "pelas cinco horas da tarde saiu a procissão da Matriz com sete andores, pequenos mas bonitinhos, iam alguns anjos, com saíotes verde-mar, muito povo e a procissão marchava com certa ordem".<sup>140</sup> Nesse caminho semântico, Vittorio Lanternare, por meio de estudos antropológicos e lendo Cassirer, nos ajuda a compreender algumas relações entre intuição simbólica do indivíduo e percepção sensorial. Segundo ele,

Assim como o conhecimento, também a percepção sensorial, que é o seu suporte primário, longe de apreender e reproduzir directamente o real, revela-se como mediação de uma peculiar estrutura simbólica, própria da psique humana enquanto tal, e a imagem perceptiva (espacio-temporal, auditiva, visual, táctil, etc) e, vez de se reduzir a representação apartada da coisa através da reflexão do observador, manifesta-se como parte, ela mesma, da sua realidade (Cassirer)<sup>141</sup>.

Através dos relatos de viajantes, com descrições e apontamentos sobre hábitos e modos dos habitantes do Nordeste brasileiro, poderemos imaginar como essas transformações esteto-técnicas relacionadas aos tecidos e objetos que circulavam o mundo de então puderam ser misturados aos ambientes cearenses nos oitocentos e estimulado mudanças nos seus modos de saber-fazer. Em sua passagem pelo Aracati, Freire Alemão registrou a presença do que chamou de "gente industriosa" e as invenções que fabricavam entre tessituras, bordados e entrançados. "É gente industriosa, as mulheres de todas as classes trabalham muito em crivos que os fazem delicados e de muito bom desenho, e chamam labirintos, assim como em rendas que chamam bicos" <sup>142</sup>.

Continuando suas observações, reitera as iniciativas das mulheres nesse tipo de trabalho, o que nos leva a pensar sobre suas relações de trabalho e o lugar que lhes foi e ainda é atribuído geralmente como naturalmente nascidas para a arte da costura. Tida como estranha ao universo masculino, a arte do tecer aparece nos escritos de Alemão como uma atividade que remotamente era vista como o natural lugar da mulher dentre os seus trabalhos cotidianos. Diz ele

---

<sup>140</sup> ALEMÃO, Francisco. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2011.

<sup>141</sup> LANTERNARE, Vittorio. Sentidos. **Enciclopédia Einaudi**. Vida/Morte, Tradições, Gerações. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1997, p. 62.

<sup>142</sup> ALEMÃO, Francisco. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2011, p. 53.

A respeito das moças bonitas ouvi hoje dizerem que, nos lugares chamados praias, daqui até Mossoró no Rio Grande do Norte, há muita povoação, quase tudo de pescadores e de gente formosa: as moças são alvas, coradas e bonitas, mais industriosas e que é aí onde se fazem principalmente os famosos labirintos. Aracati é célebre neste gênero de indústria. Em Russas se fazem principalmente rendas e bicos; no Icó são bordados de cores; no Sobral redes etc<sup>143</sup>.

Nesse sentido, ao aproximar a mulher do ser “mais industriosa”, Freire Alemão parece sugerir qualitativamente um trabalho que poderia ser mais bem visto e estimulado pelas autoridades locais. O ser "mais" de seu relato, talvez indique sua insatisfação em relação a atividades que, segundo seu ponto de vista de um trabalho menos rendoso e artificioso, eram mais amplamente vistas na população, "quase tudo de pescadores"<sup>144</sup>. Doutro modo, também é interessante a aproximação que Alemão faz desse trabalho manual e de sua adjetivação, "industriosas", lida aqui como sinônimo de artesã, que trabalha com a arte de tecer, indo de encontro a uma separação que se remete a Aristóteles e da ciência clássica, com o seu trabalho de separação entre a arte e o trabalho manual. Este como trabalho menor em comparação aquele. Sobre isso, Richard Sennett salientou que "Aristóteles troca a palavra que costumava designar o artífice, *demioergos*, por *cheirotechnor*, que significa simplesmente trabalhador manual<sup>145</sup>". Ainda segundo Sennett,

A mudança tinha um significado especial e ambíguo para as trabalhadoras do sexo feminino. Desde os tempos mais primitivos, a tecelagem era uma atividade reservada às mulheres, que lhes conferiam respeitabilidade na vida pública; o hino designa especificamente ofícios como a tecelagem como práticas que contribuíram para civilizar as tribos de caçadores-coletores. À medida que a sociedade arcaica se tornava clássica, a virtude pública das tecelãs continuava sendo celebrada. (...) [Contudo, segundo ele], O desenvolvimento da ciência clássica contribuiu para um movimento de definição das habilidades por critérios de gênero que levou à aplicação exclusiva da palavra artesão aos homens<sup>146</sup>.

Apesar da importância da passagem de uma costura considerada como simples e mais rude a outras mais delicadas e complicadas, bem como o surgimento de mais opções nos tipos de tecidos e variedades de cores, indo dos tipos mais pesados aos mais leves e despojados, esses elementos precisam ser vistos a partir das tensões que passaram a suscitar, seja do ponto de

---

<sup>143</sup> ALEMÃO, Francisco. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2011, p. 58.

<sup>144</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>145</sup> Sennett baseou-se nos estudos de Indra Kagis McEwen para essas conclusões.

<sup>146</sup> SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2012, p. 33.



vista geracional, seja dos novos padrões de status e riqueza que tinham na forma e modo de vestir-se um dispositivo de exclusão social.

Entretanto, para além das curiosidades e deslocamentos que cercam as histórias dos desenvolvimentos na indústria têxtil, com suas costuras, modas e ornamentos, interessa-nos também como alguns desses elementos concatenados ao algodão, com outros agentes e agenciamentos ao redor do mundo passavam a interligar comercialmente saberes, sabores, tecidos e tessituras variados que tanto iam da Ásia, passavam pela Europa e chegavam às América do Norte e do Sul, como também saíam das Américas e viajavam o mundo, configurando uma mistura de objetos e intenções rica de possibilidades quando vista a partir dos lugares em que aportava.

Segundo Dejean, as Companhias das Índias Orientais desempenharam singular papel nesse comércio e divulgação dos produtos e tecidos de algodão. Além da França, que tinha uma produção limitada, países europeus como Portugal, Holanda e Inglaterra só faziam no início a importação de algodão como um produto secundário advindo do comércio de especiarias. Com o aumento do comércio entre a França e as Índias, com o desenvolvimento de sua indústria da moda e a publicidade em torno das suas características apropriadas para qualquer ocasião, há um aumento significativo da procura por artigos de algodão no decorrer dos anos.

Nesse sentido, esse “novo estilo de vida” passou a se basear numa “grande redefinição da noção de luxo”, que atravessava um deslocamento significativo, da voraz volição pelo gasto demasiado como sinônimo da alta posição do indivíduo, àquela que agora deveria zelar por uma casa acolhedora e vestimentas agradáveis aos afazeres cotidianos. Baseando-se na *Encyclopédie*, onde apresentava o luxo como "o uso que se faz da riqueza para tornar a vida mais prazerosa", a autora salienta que o "luxo não era mais caracterizado pelo gasto apenas para exibição, mas pelo gasto para tornar a vida diária mais prazerosa e agradável. O conforto se tornara o grande luxo" <sup>147</sup>.

No entanto, o Brasil não estava distante dessas discussões modernas em torno do comércio de artigos de algodão e dos incentivos ao seu cultivo. Como já nos referimos anteriormente, há tempos, desde os primeiros contatos entre franceses, holandeses, portugueses e ameríndios no continente que seria chamado de América, há trocas de objetos e usos relacionados aos tipos de algodão. Como procuramos ressaltar em páginas anteriores, é na

---

<sup>147</sup> Ibidem, p. 28.

primeira metade do século XIX e sobretudo ao longo desse século onde podemos visualizar de forma mais convincente os incentivos para a consecução de um projeto de domínio do outro, que vai do seu corpo ao seu lugar de convivência, aos interesses do capital e de seus agentes aos redor do mundo.

Em estudo sobre as origens do capital estrangeiro no Brasil, Denise Monteiro Takeya, ressaltando as trocas de informações e produtos entre Europa, França e Ceará, nos esclarece sobre as artimanhas dos comerciantes e lojas de homens de negócios franceses e ingleses que procuravam estabelecer uma parceria com capitalistas brasileiros em busca de mais consumidores e maiores lucros. Na trilha de relatórios consulares, diz que "à medida que avançava o século XIX, verificava-se uma preocupação maior com a importação pelo Brasil dos manufaturados franceses"<sup>148</sup>, além da expressiva vinda de comerciantes e casas comerciais sobretudo francesas ao Brasil. Esse foi o caso da conhecida vinda dos irmãos Boris ao Ceará entre os anos de 1865 e 1871, os quais finalmente se instalariam em Fortaleza em 1872. Sobre essas casas, diz-nos Takeya que:

Dentre as cinco casas comerciais francesas que se estabeleceram na província, no começo da década de 70, três mantiveram-se como casas importadoras-exportadoras estrangeiras de importância, no contexto da economia cearense, ao iniciar a década de 80: a própria Boris Frères, a Gradwohl Frères e a Lévy Frères. Juntamente com a Singlehurst & Co. - a chamada "Casa Inglesa" -, foram as únicas sobreviventes do período anterior, em que o crescimento dos negócios do algodão, nos anos sessenta e setenta, tantos comerciantes estrangeiros atraiu para o Ceará<sup>149</sup>.

Desse modo, desde os meados dos oitocentos, mais e mais mercadorias passaram a fazer parte dos ambientes brasileiros/cearenses. Entre um tecido e outro, ou entre um artigo e outro, os comerciantes iam tentando atrair e satisfazer seus clientes. Assim, a partir de um indicativo no Jornal O Comercial, é interessante o modo como um anúncio chama a atenção para determinado produto, relacionando-o provavelmente com um hábito de higiene local: o fato de diminuir os odores do corpo com o uso do limão nas axilas. Diz o anúncio: "Castro e Silva vendem além das fazendas anunciadas, muito lindos e finos riscadinhos a prova de limão, assim como chita francesa gosto moderno e por preço que agrada ao comprador"<sup>150</sup>. Com o passar do tempo e dos usos, esse comerciante percebeu que não bastava apenas anunciar o tecido, mas

---

<sup>148</sup> TAKEYA, Denise M. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995, pg. 55.

<sup>149</sup> Ibidem, pg. 137.

<sup>150</sup> Jornal **O Cearense**, julho de 1859, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

convencer o possível freguês que o produto também se adaptaria aos hábitos locais, que seria à prova até de limão.

## 5 O PESO E A COR

### 5.1 O peso da textura

*Qualquer acontecimento da história que seja é multitemporal, remete a algo passado, contemporâneo e futuro simultaneamente. Este objeto, esta circunstância são por conseguinte policrônicos, multitemporais, mostram um tempo estampado, multiplamente dobrado.*

Michel Serres<sup>151</sup>

Como já ensaiamos anteriormente, o exercício de seguir as mudanças entre as coisas e os nomes pelos quais são significadas nos ajudam a imaginar as intrigas e apropriações culturais nessas histórias que misturam as noções de técnica, tempo e algodão. Nesse sentido, a palavra textura, nalguns dos seus usos descritos pelo dicionário, poderia ser compreendida tanto como o ato de tecer, quanto como a qualidade visual ou tátil de certos materiais manufaturados ou não; tanto a disposição dos fios de um tecido, quanto sua contextura, sua trama<sup>152</sup>.

Assim, apesar da importância do dicionário como ponto de partida, de sua escrita aglutinadora de lugares e tempos, cabe-nos o exercício de ir além e historicizar os modos que levaram o ato de tecer ao ato de valorizar certa techedura e não outra. Partindo da formalização da escritura, que se esforça em circunscrever no papel esses múltiplos processos de transformação do algodão tencionado entre o que seria da natureza e o que seria da cultura, passamos agora à compreensão do que chamamos de “o peso da textura”, “essa qualidade visual ou tátil”, que além de conotar o próprio resultado como grandeza física, ao equacionar matéria versus gravidade, social e culturalmente pode sugerir uma leveza sensivelmente complexa, quando conectada a domínios simbólicos e relações de poder.

Desse modo, o escritor Gilberto Freyre, ao se debruçar sobre algumas transformações operadas na passagem do período colonial aos derradeiros anos do Império brasileiro e atravessando o período republicano, nos ajuda a pensar esse mundo de mudanças nos anos oitocentistas. Sobre “a situação do escravo na vida sexual e de família do brasileiro”, ele comenta: “Em casa, até os cinco anos, notou (Luccok) que os meninos de família andavam nus

---

<sup>151</sup> SERRES, Michel. **Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour**. São Paulo: Unimarco Editora, 1999, p. 82.

<sup>152</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª edição revista e ampliada. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 534.

do mesmo modo que os moleques; mais tarde é que vinham as roupas pesadas e solenes distinguir os filhos-família dos molecotes da senzala. Roupas de homem.”<sup>153</sup>

Ao citar o viajante Luccok<sup>154</sup>, observando que “mais tarde é que vinham as roupas pesadas e solenes distinguir os filhos-família dos molecotes da senzala”, acentua-se a importância de entender a roupa como meio de marcar distâncias e definir condutas, ou seja, o peso da diferença social entre o ser moleque e o constituir-se homem. Homem civilizado. Pois nessa época havia muitas discussões sobre o lugar do Brasil no concerto das demais nações consideradas civilizadas, sobretudo se levarmos em consideração as discussões de intelectuais europeus e nascidos no Brasil sobre raça e civilização nos trópicos. Além do ‘problema’ do negro, como era visto à época, políticos e intelectuais debatiam em suas reuniões e faculdades de direito e medicina saídas para esse impasse do governo imperial. Ao estudar aspectos desse tema caro à historiografia brasileira, Lilia Schwarcz ilumina veredas interpretativas e longamente seguidas por intérpretes do Brasil desde o XIX. Diz-nos ela:

De fato, a interpretação racial, a constatação de que essa era uma nação singular porque miscigenada, é antiga e estabelecida no país. Tema do ensaio vitorioso do naturalista Von Martius para o IHGB em inícios do século passado, retomada principalmente por Silvio Romero nos anos 80, para surgir reelaborada em inícios do século atual com Gilberto Freyre, eis que a interpretação persiste mesmo em momentos e modelos teóricos diversos<sup>155</sup>.

Sem pretender fazer um apanhado exaustivo sobre esse tema das interpretações raciais e suas aplicações ao Brasil, não obstante consideramos imprescindível o peso dessas questões quando estudamos seus impactos nos modos de comportamento e sociabilidade, como frisou Schwarcz ao longo do seu texto. Nesse sentido, lido como testemunho e como cientista social leitor de obras dessa temática, Gilberto Freyre não apenas apontou uma mudança nas práticas de vestir, também observadas por viajantes, mas indicou que a roupa ditava cada vez mais os lugares e critérios de distinção social entre o pobre e o mais abastado. Não só diferença, mas também um meio por meio do qual certa homogeneização seria possível de operar. Assim, instituições governamentais e eclesiásticas, lembradas por ele como operadoras desse desejo de

---

<sup>153</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006, p. 500.

<sup>154</sup> Encontrado em LUCCOCK, John. **Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil, taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818**. Londres, 1820.

<sup>155</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 247.

difundir práticas e costumes civilizados, desde os esforços iniciais da colonização, foram cruciais nessa empresa.

Os colégios dos jesuítas nos primeiros dois séculos, depois os seminários e colégios de padre, foram os grandes focos de irradiação de cultura no Brasil colonial. Aqueles estenderam tentáculos até os matos e sertões. Descobriram os primeiros missionários que andavam nus e à toa pelos matos meninos quase brancos, descendentes de normandos e portugueses. E procuraram recolher aos seus colégios esses joões-felpudos.<sup>156</sup>

Falando a partir de um modo peculiar de entender e separar “os focos de irradiação de cultura”, de seu outro, os que “andavam nus e à toa”, da natureza, pelos matos e sertões, compreende-se uma operação de separação moderna entre natureza e cultura seguida por Freyre, ao seu modo, mas fortemente presente e desenvolvida nos oitocentos. Com efeito, nos anos 1860 e 1870, conhecido como “um período de atualização do Brasil em relação à modernidade científica europeia”, houve uma efervescência nos estudos e debates sobre as viabilidades do Brasil, tropical e miscigenado, como projeto de nação à luz de países europeus, exemplos de progresso universal. ““ciência”, “raça” e “civilização” formaram um conjunto de crenças e de valores filosóficos que marcou a obra de intelectuais, políticos e literatos, cujo pensamento, naquilo que se refere a uma crítica em profundidade da realidade nacional, alcançou grande repercussão até a década de 1920.”<sup>157</sup>

Essa artimanha que separou o mundo entre o pólo da natureza e o pólo da cultura, “aceita uma divisão total entre as outras sociedades e as nossas, pratica uma Grande Divisão”. Nesse sentido, ela “supõe que a técnica moderna seja em si radicalmente diferente de todo o resto da história”. Portanto, finalmente, “o ocidental estaria à parte de todos os outros, pois só ele teria rompido todo contato com a natureza, que destrói, comanda e submete à razão”.<sup>158</sup> Ao desenvolver esses pressupostos modernos, instituições de saber/poder e “homens de ciência” passaram a conjugar uma gama de verbos/ações na busca de definir o outro de seus discursos à sua imagem e semelhança. Dessa forma, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

---

<sup>156</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006, p. 501.

<sup>157</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX. **Proj. História**, São Paulo, (23), p. 152, Nov. 2001.

<sup>158</sup> LATOUR, Bruno; SCHWARTZ, Cécile; CHARVOLIN, Florian. **Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas**. In: ARAÚJO, H. Reis de. (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 98.

(IHGB), em 1838, é sintomática desse intuito de materialização desse empreendimento moderno que buscava compilar e sistematizar a história brasileira. Como ressaltou o historiador Manoel Guimarães, “a fisionomia esboçada para a Nação brasileira e que a historiografia do IHGB cuidará de reforçar visa a produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras”.<sup>159</sup>

Perseguindo esse projeto de tradução de teorias europeias para o conjunto de homens, objetos e semi-objetos encontrados no Brasil, pautadas pelas ideias de evolução, adaptação, raça e civilização; e, doutro modo, escrevendo uma proposição da configuração brasileira à vista da ciência europeia, direito e medicina, à moda da época, deram o tom oficial quanto aos debates contemporâneos em torno da importância da raça na formação da nação<sup>160</sup>. Todavia, como fez Guimarães, cabe-nos perguntar quem foi definido como o “outro” desse projeto de Nação. Pois, “Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros”<sup>161</sup>.

Nesse movimento, nos primeiros anos do século XIX, comentando a então população constitutiva da capitania do Ceará, o naturalista João da Silva Feijó assim escrevera:

Sendo porem esta Capitania tão vasta, é de admirar a sua diminuta e desfalecida população, que apenas montará a 150 mil habitantes de todas as classes, e estes pela maior parte de péssima qualidade; porque uns são índios originaes do paiz, entes de si mesmos ineptos para se felicitarem ou para fazerem a felicidade dos outros, ou seja, por natureza e sua constituição física, ou por falta de educação ou por algum capricho particular<sup>162</sup>.

É interessante perceber que nesse discurso de Feijó encontramos alguns elementos conjugados pelo filtro de ideais da ilustração europeia. Relacionando natureza e cultura como desdobramentos tanto da “péssima qualidade” do tipo humano, por “falta de educação ou por algum capricho particular”, quanto ao estado da natureza, como meio complementar exterior aos

---

<sup>159</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, p. 6, 1988.

<sup>160</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>161</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p.5-27, p. 7, 1988.

<sup>162</sup> FEIJÓ, João da Silva. **Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos**. Ed. Fac-sim. – Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997, p. 22.

“ineptos” por “natureza e sua constituição física”, traça esse panorama populacional como que contrastando com a potencialidade de “Capitania tão vasta”<sup>163</sup>.

Ao escrever sobre o que chamou de “a disputa do novo mundo”, Roberto Ventura visualizou quão especial e espacializado era o debate em torno da ideia de uma “civilização nos trópicos”. Em um primeiro momento, as ideias de civilização e país tropical, no bojo de debates aparentemente antagônicos, levaram instituições e grupos de homens de letras discutirem a viabilidade e aplicação de teorias ‘científicas’ no Brasil. Retomando Montesquieu, em seu *De l’esprit des lois* [O espírito das leis], de 1748, leitor de Montaigne (seus *Essais* [Ensaaios], de 1580), Ventura esclarece a diferença de concepções basilares para a construção da ideia de Estado moderno e como foram recepcionadas nalgumas academias brasileiras.

Ao contrário de Hobbes, Locke e Rousseau, Montesquieu não se interessa pelo contrato social. Sua reflexão se volta para os tipos de sociedade, na busca de suas regras objetivas. Constrói uma teoria geral do clima, de modo a explicar a pluralidade dos costumes e leis: “O império do clima é o primeiro de todos os impérios”.<sup>164</sup>

Vemos que desde meados dos anos 1700 e antes, “em pleno século XVII, quando Boyle, o cientista, e Hobbes, o cientista político, discutem entre si a respeito da repartição dos poderes científicos e políticos”<sup>165</sup>, o mundo fora reelaborado e dessa discussão moderna sobre o que seria do domínio da natureza, da cultura e do divino, se assentaria o que o antropólogo Bruno Latour chamou de a Grande Divisão. Assim, sistematizando os tipos de sociedade, com ênfase nos seus climas como modificadores da natureza e cultura, isso conduziria a uma hierarquia entre países e modos de convivência. Ademais,

Essa teoria tem, como centro, a natureza e as instituições políticas da Europa, o que produz uma hierarquia do espaço natural e social, em que os climas temperados e a

---

<sup>163</sup> FEIJÓ, João da Silva. **Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos**. Ed. Fac-sim. – Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997, p. 22. Para mais detalhes sobre o assunto, ver: OLIVEIRA, Antonio José Alves. **João da Silva Feijó e os dilatados sertões: pensamento científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará (1799-1816)**. Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural. Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari. Florianópolis, 2014.

<sup>164</sup> VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 19.

<sup>165</sup> LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 21.



monarquia constitucional aparecem como justa medida entre os pólos extremos: os climas tórridos ou glaciais, e a república ou o despotismo oriental.<sup>166</sup>

Joaquim da Costa Barradas, presidente da Província do Ceará, reafirmava em 1886 ser a cultura algodoeira a "mais extensa e importante do Ceará no começo do século actual"<sup>167</sup>, repetindo uma narrativa que enaltecia e apontava para a prosperidade do Ceará<sup>168</sup>. No decorrer do seu relatório, malgrado o reconhecimento do potencial algodoeiro, não tardou em mostrar preocupação com um assunto imprescindível à projeção comercial do Ceará: o clima e seus efeitos sobre a natureza e a cultura. Assim, procurando entender a que ponto chegara aquele empreendimento, afirmava que

A cultura de algodão, sinão definha, parece estacionária; e isto pela razão de que os lavradores receiavam todos os dias ver suas lavras acometidas da enfermidade que, há muito, tem grassado, vindo elles a perder o fructo de seu trabalho. Quanto a essa enfermidade é desconhecida sua causa: - uns attribuem-na a má qualidade da semente, outros a influências climatéricas e as vicissitudes atmosféricas.<sup>169</sup>

A despeito de falar sobre o tipo de "enfermidade" que estava incidindo sobre os algodoeiros, é interessante ressaltar as diversas opções que circulavam sobre as possíveis causas da ruína desse ramo de negócio, que ia da "qualidade da semente", passava pelas "influências climatéricas" e chegava às "vicissitudes atmosféricas". Barradas, entretanto, não estava sozinho, mas partilhava de leituras de história natural e escrevia a partir de uma concepção do que seria uma nação civilizada. Apesar das palavras civilização, natureza e cultura aparecerem em escritos nessa época, seus usos e simbolismos dependeram do espaço e do tempo em que foram agenciados<sup>170</sup>. Como disse a professora Lorelai Kury,

O tema da natureza mostrou-se essencial para a cultura científica europeia da ilustração. Não há definição unívoca para o conceito de natureza da época, nem para a palavra. No entanto, é possível delimitar seu campo de significações: a natureza é ao mesmo tempo

---

<sup>166</sup> VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 19.

<sup>167</sup> BARRADAS, Joaquim da Costa Barradas. **Relatório Provincial do Ceará**, 1886, p. 31.

<sup>168</sup> Sobre esse processo de projeção do Ceará e do algodão como principal produto de exportação, ver os primeiros capítulos desse trabalho.

<sup>169</sup> Idem, Ibidem.

<sup>170</sup> Aqui, quando nos referimos à noção de agenciamento como uma forma de operação da realidade, lembramos de Deleuze e Guattari, que assim o delimitam: "Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões". Ver: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995, p.24.

considerada como a fonte de onde emana o bem-estar social e como elemento a ser dominado e transformado pela civilização<sup>171</sup>.

Desse modo, a civilização, esse topos da literatura filosófica e da ciência política europeia, funcionará como instrumento não só de aferição do desenvolvimento cultural de um povo, mas também de justificativa para o domínio e exploração de povos e territórios de além mar. Como hierarquia entre países e lugares qualitativamente diferentes, havia uma gradação das atividades e estilos de vida ao redor do globo. Segundo os autores da época, uma das formas de qualificar esses povos, seria acompanhar suas principais atividades, que ia da caça à economia pastoril, depois à agricultura e por fim o comércio<sup>172</sup>. Com efeito, Roberto Ventura, citando Montesquieu, para quem “a covardia dos povos dos climas quentes os tenha tornado quase sempre escravos, e que a coragem dos povos dos climas frios os tenha mantido livres”, como um “efeito que deriva de sua causa natural”<sup>173</sup>, salientou o impasse criado com essa teoria do clima:

A escravidão, a poligamia e o despotismo resultam, na sua visão, da apatia geral dos habitantes dos climas quentes, em que o calor traria o “relaxamento” das fibras nervosas. Com isso, o indivíduo perderia toda a força e vitalidade, seu espírito ficaria abatido, entregue à preguiça e à ausência de curiosidade. Enervando o corpo e enfraquecendo a coragem, o clima quente favorece a aceitação da servitude<sup>174</sup>.

Esse discurso de uma natureza que determina o ânimo dos seus habitantes, com indivíduos sem força e vitalidade, entregues à preguiça e à ausência de curiosidade serviu como justificativa para a escravidão nos trópicos.<sup>175</sup> Assim, se, em meados do século XVIII, “uma das justificativas utilizadas pela historiografia para o aparecimento da atividade das oficinas de carnes secas no Siará grande foi o aproveitamento das condições naturais da região: sol, vento e abundância de sal”<sup>176</sup>, agora, em meados do XIX, o clima e seus efeitos deletérios sobre as populações pautariam discussões e a elaboração de possíveis saídas para um país tropical e

---

<sup>171</sup> KURY, Lorelai. **História natural, utilidade e felicidade no Iluminismo francês**. IN: FUNES, E., RIOS, Kênia S., CORTEZ, A. Isabel...[et al.]. **Natureza e Cultura: capítulos de história social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013, p. 9.

<sup>172</sup> Ibidem, p.10.

<sup>173</sup> Montesquieu. **O espírito das leis**. Apud: VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 20.

<sup>174</sup> VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 20.

<sup>175</sup> Para maior aprofundamento, ver: THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

<sup>176</sup> JÚNIOR, Mário M.V.; SILVA, Rafael R.; NOGUEIRA, Gabriel P. (Orgs.) **Ceará: economia, política e sociedade (séculos XVIII e XIX)**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, p. 28.

marcado pela miscigenação. Sobre isso, como escrevera Lilia Schwarcz, os debates em torno das Faculdades de Direito, ou daqueles considerados “os eleitos da nação”, juntamente com as Faculdades de medicina, preocupados em “como sanar um país doente”, marcariam profundamente as estratégias para o desenvolvimento dessa sociedade: “de um lado o remédio, de outro a lei”<sup>177</sup>.

Em uma sociedade onde a falta do indivíduo, das instituições e do formalismo do Estado – tão desfigurado em meio à dispersão dos poderes locais – era fato, as teorias raciais pareciam “estar no lugar”, na medida em que o problema da nacionalidade como que escapava do plano da cultura para se transformar em uma questão da natureza.<sup>178</sup>

Do esforço para garantir um território para o cultivo de algodão, desde o século XVIII e atravessando os processos que levaram à independência do Brasil e de sua fabricação como Estado nacional, os agenciamentos políticos e econômicos também se esforçaram para garantir o domínio dos espaços do corpo, imprescindíveis a moral civilizacional e a distinção social. Transformação epidérmica, a textura, ao ser representada como signo da condição social de sujeitos no teatro das aparências vividas na esfera pública, pode ser apreendida nesse momento como um dispositivo que ora preservava e ora encobria relações de poder. Nesse movimento, comentando a falta de “adaptação do traje brasileiro ao clima”, escreveu Gilberto Freire em *Casa-Grande e Senzala*:

A falta de adaptação do traje brasileiro ao clima prolongou-se, porém, ao século XIX. Acentuou-se, mesmo. Homens, mulheres e até meninos continuaram a vestir-se para a missa, para as visitas e para ir ao colégio como se um eterno luto de mães os obrigasse ao preto fulpudo, espinhento e solene. A rodar em vitórias e cabriolés de almofadas quentes como as dos palanquins. Os homens, de cartola desde sete horas da manhã<sup>179</sup>.

É interessante, de princípio, observar que Freyre reconhece os esforços que já vinham sendo praticados na tentativa de “adaptar” o traje brasileiro ao clima, “prolongado”, mas não iniciado, ao século XIX. E não só, chegando a acentuar-se. Desse modo, ninguém estava escondido dessa força que procurava distinguir pela textura, cada vez mais diferenciada à medida que seus processos de fabricação e circulação se aperfeiçoavam. Se, por natureza, os corpos de homens, mulheres e meninos eram reconhecidos e valorados socialmente pelo tom de sua pele,

---

<sup>177</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 241.

<sup>178</sup> Ibidem, p. 245.

<sup>179</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed.rev. São Paulo: Global, 2006, p. 504.

com a profusão de tecidos, costuras e tinturas, a textura ganharia cada vez mais peso simbólico e matizador de verticalidades. Fazendo-nos imaginar o trânsito desses indivíduos entre missas, visitas e idas ao colégio, em meio a transformações urbanas típicas desse período, mesmo que precariamente, havia um rigor no modo de trajar brasileiro que parecia se desenvolver no espetáculo da vida pública, ainda que “dentro de casa, nas horas de modorra, é que homens, mulheres e meninos desforravam-se dos excessos europeus de vestuário”<sup>180</sup>.

Os pretos e pardos no Brasil não foram apenas companheiros dos meninos brancos nas aulas das casas-grandes e até nos colégios; houve também meninos brancos que aprenderam a ler com professores negros. (...) Artur Orlando refere que seu professor de primeiras letras, em Pernambuco, foi um preto chamado Calisto. Calisto andava de cartola cinzenta, casaca preta e calças brancas. Trajo de gente lorde.<sup>181</sup>

Se, por um lado, há aqui um esforço de Gilberto Freyre em agregar alguns elementos conflituosos do quadro nacional, como na ocasião de encontros cotidianos entre pardos, negros e brancos, há também o indicativo de um progresso a ser brevemente alcançado, afinal “houve meninos brancos que aprenderam a ler com professores negros”; isso está no seu horizonte interpretativo, sobretudo, se levarmos em conta seu interesse em apontar o que entendia como possível saída do impasse desenvolvido por teorias evolucionistas sobre a mistura das raças presentes no Brasil: “A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala”<sup>182</sup>.

Esse fragmento do seu prefácio à primeira edição do livro *Casa-Grande e Senzala*, esclarece sua preocupação, ainda nas décadas iniciais do século XX, em desenvolver uma narrativa que pensasse o Brasil como união do branco, do indígena e do negro<sup>183</sup>. Sabendo de seu lugar como intérprete de um projeto nacional imaginado como a união dos três agentes principais de diferenciação étnica e cultural na sua visão, Freyre não deixa de ser importante como escritor e pesquisador de ricas relações sócio-culturais do período colonial, imperial e republicano.

---

<sup>180</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed.rev. São Paulo: Global, 2006, p. 504.

<sup>181</sup> *Ibidem*, p. 503.

<sup>182</sup> FREYRE, Gilberto. Prefácio à primeira edição de 1933. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed.rev. São Paulo: Global, 2006, p. 33.

<sup>183</sup> Sobre o chamado “Mito da democracia racial no Brasil”, ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

Ao falar sobre o “medo de hemorróidas” de doutores e fidalgos coloniais, Freyre relaciona intimamente esse problema dos “colonos dos séculos XVI, XVII e XVIII” ao uso de roupas “tão impróprias para o clima”<sup>184</sup>. E continua: “veludo, seda, damasco; muitos deles só saindo em palanquins também de seda, de veludo ou de damasco por dentro. Uns verdadeiros fornos ambulantes, os palanquins de luxo: cobertos de pesados tapetes azuis, verdes e encarnados ou de grossas cortinas”<sup>185</sup>. Enquanto Freyre descreve esse aumento no uso de roupas que contrastavam com o calor do clima, a partir dos relatos de viajantes, percebemos as tensões entre esse tipo de vestir, “para tomar mais ar de europeu”, e os modos de vestir do restante da população. Em meados do século XIX, o botânico Francisco Freire Alemão, passando de Aracati a vila de Icó no Ceará, observou o trajar leve da gente da terra.

Tivemos todo este dia a casa cheia de gente, homens e meninos, todos aí entraram muito sem cerimônia, com o chapéu na cabeça, e nos iam logo fazendo questões, mirando e pegando em tudo, a maior parte com camisa solta sobre as ceroulas, ou calças. (...) Toda esta gente nos tem recebido bem e obsequiado: tenho visto algumas senhoras em casa com saia e em mangas de camisa cheia de crivos e rendas.<sup>186</sup>

Em suas andanças pelo sertão cearense, Freire Alemão observou que geralmente os habitantes mais pobres usavam camisas de algodão e ceroulas, bem à vontade, para se refrescar contra o calor. Em passagem pela vila de Lavras, diz-nos: “Aqui em Lavras o nosso bom Teixeira não anda de outro modo, em casa recebia-nos em ceroulas e para a praça saía de chambre”<sup>187</sup>.

Em seu livro *Sobrados e Mucambos*, Gilberto Freyre, matizando o que ele chamou de “relações de subordinação”, acentuou algumas mudanças que estavam ocorrendo em meados dos oitocentos, sobretudo com a ascensão do mulato, elemento central na sua narrativa.

Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criados, as moças namorando das janelas para a rua, as aldeias de mucambos, os “quadros”, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles, os xangôs se diferenciando mais da religião católica do que nos

---

<sup>184</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed.rev. São Paulo: Global, 2006, p. 503.

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>186</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Organização e apresentação, Antônio Luiz Filho, Francisco Régis Lopes, Kênia Rios. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 98.

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 143.

engenhos e nas fazendas, aquela acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distâncias sociais, começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa pequena.<sup>188</sup>

Essa sociedade, em vias de mudanças, mostrará cada vez mais seus signos de distinção e exposições de dualidades organizadoras da sua compreensão de mundo. Inaugurando “novas distâncias sociais”, materializadas nas formas de vestir e simbolizar condutas, essas estratégias de investidas sobre o corpo conduziram a “relações de subordinação”, “entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor”. Nesse sentido, a percepção da cor, sobretudo, a diferença no imaginário oitocentista entre o que significava o “branco” e o seu “contrário”, o “negro”, entre “o branco e a gente de cor”, ajuda a costurar mais fios semânticos a fim de melhor compreender o peso dessa textura. Há um indício, em Gilberto Freyre, singular de certa tendência à percepção do branco. Apesar das exigências que “obrigasse ao preto felpudo, espinhento e solene”,

A transigência dos doutores e dos fidalgos com o clima tropical foi se fazendo de baixo para cima: pelas calças brancas. Desde meados do século XIX que começaram a usá-las na Bahia e no Recife os armazenários de açúcar ou de café, os altos funcionários públicos, os médicos, os advogados, professores.<sup>189</sup>

Há aqui um aspecto imprescindível para o entendimento da cor como “construção cultural complexa”<sup>190</sup>, pois parece insinuar uma transição sutil nos modos de comportamento que desafia o status e a própria imagem das academias que formavam bacharéis e doutores. Transformação perceptiva que começava pela “transigência dos doutores e fidalgos com o clima” e, com efeito, pelo uso de “calças brancas”. Os novos saberes e discussões científicas sobre as possibilidades de aperfeiçoamento da textura também fazem parte do entendimento dessa “transigência”, bem como o seu significado nas formulações do que seria normatizado como práticas de higiene. Desse modo, o chamado “biopoder”, “figura indispensável para o desenvolvimento do capitalismo”, como lembra a professora Denise Sant’Anna, “exige um investimento massivo do poder sobre a vida e os corpos”. Nada estaria encoberto sobre esse olhar escrutinador: “saúde, sexualidade, higiene e bem-estar corporal transformam-se em

---

<sup>188</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ed. São Paulo: Global, 2004, p. 31.

<sup>189</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed.rev. São Paulo: Global, 2006, p. 505.

<sup>190</sup> PASTOUREAU, Michel. **Azul: história de uma cor**. Lisboa: Orfeu Negro, 2016, p. 5.

preocupações fundamentais para o controle ou a disciplina das populações e tendem a ocupar o centro dos afetos de cada indivíduo”<sup>191</sup>.

Foi uma época de celeridade nas alterações da teia do capitalismo mundial, no avançar da cultura da moda e coleções, sobretudo, francesas; sem falar nas estampas orientais e no impulso industrial que acelerava a produção manufatureira e buscava novos mercados.

Com essa tendência, algumas mudanças foram operadas no bojo das transformações de vilas e províncias em meados do século XIX, como pontuou a professora Margarida Andrade, “Fortaleza, (...) ao reunir as condições necessárias à circulação de mercadorias e à acumulação de riquezas, mereceu investimentos nos espaços urbanos fundamentais para essa nova fase da economia cearense”<sup>192</sup>. Os modos de vestir campestres, com seus significados de abrigo ao sol, ou mesmo proteção contra acontecimentos cotidianos do dia-a-dia no sertão, são misturados aos modos de vestir urbanos. Isso convivia com as alterações nas vilas, com as lojas de artigos estrangeiros e os códigos que passam a ditar o que seria a norma e os bons costumes no espaço público. Com efeito, a pesquisadora Nadja Santos, lendo as “instruções para serem observadas pelos Mestres do Imperador na Educação Literária e Moral do Mesmo Augusto Senhor”, redigidas pelo Marquês de Itanhaém, em 1838, contendo os “princípios que deveriam ser observados na educação do príncipe e sua relação com o ensino das ciências”, contextualiza o provimento do poder imperial em financiar instituições e traduções de tratados sobre o aperfeiçoamento de produtos e pessoas. Assim diziam alguns dos seus artigos:

Artigo 8º - Da mesma sorte, tratando-se das potências e das forças delas, o Mestre de ciências físicas fará uma resenha de todos os corpos computando os grãos de força que tem cada um deles, para que venha o Imperador a compreender que o poder monárquico se limita ao estudo e observância das Leis da Natureza.

Artigo 9 – Em seguimento ensinarão os Mestres ao Imperador que todos os deveres do Monarca se reduzem a sempre animar a Indústria, a Agricultura, o Comércio e as Artes; e que tudo isto só se pode conseguir estudando o mesmo Imperador, de dia e de noite, as ciências todas, das quais o primeiro e principal objeto é sempre o corpo e a alma do homem; vindo, portanto a achar-se a Política e a Religião no amor dos homens. E o

---

<sup>191</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. **Corpo, Ética e Cultura**. IN: BRUHNS, Heloisa Turini e GUTIERREZ, Gustavo Luis (Orgs). **O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas, SP: Autores Associados, Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000, p. 80.

<sup>192</sup> ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles Andrade. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. Tese de doutorado na FAUUSP. Orientadora Beatriz Bueno. São Paulo, 2012.

amor dos homens é que é o fim de todas as ciências; pois sem elas, em vez de promoverem a existência feliz da humanidade, ao contrário promovem a morte.<sup>193</sup>

Esses princípios estavam intrinsecamente relacionados ao modo como se entendia a natureza da primeira metade dos oitocentos. A forma como era percebida, segundo ideais bebidos na teoria clássica, fundamentaria o porquê de “compreender que o poder monárquico se limita ao estudo e observância das Leis da Natureza”, tornando eficiente o seu ímpeto de fomentar a “Indústria, a Agricultura, o Comércio e as Artes”. Como explicou Araújo, já comentado em páginas anteriores, “Nessa natureza, na qual se inscreve o fenômeno da vida, a força motriz não era resultado da obra dos homens, ela já estava dada. O que estava em questão era a sua gestão.”<sup>194</sup>

Nesse impulso de “gestão eficiente”, comentando o aumento no número de indústrias têxteis nos anos 1860, Hardman e Leonardi enfatizam o interesse desse ramo de comércio para a reprodução do capital industrial, como o pretexto em se “preocupar” com o vestuário do trabalhador. Segundo eles,

Isso (o mercado de tecidos) explica, em parte, o desenvolvimento do setor têxtil como a primeira verdadeira indústria moderna surgida no Brasil. Assim como na Europa, o setor têxtil teve uma presença pioneira e ocupou uma posição de destaque nos primeiros momentos do processo de crescimento industrial. Isso se deve, também, ao fato de os tecidos constituírem uma mercadoria básica de consumo dos próprios proletários, necessária para a reprodução da força de trabalho.<sup>195</sup>

Nesse sentido, se havia mudanças, estas passariam a se tencionar com as práticas de vestir nas províncias brasileiras. Assim, é interessante observar os novos rearranjos e tensões nas sociabilidades, principalmente, as relacionadas aos tipos de vestimenta, às novas cores e texturas advindas com essas mudanças técnicas desse período.

---

<sup>193</sup> Apud: SANTOS, Nadja Paraense dos. Pedro II, sábio e mecenas, e sua relação com a química. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.54-64, jan/jun., 2004.

<sup>194</sup> ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. **Proj. História**, São Paulo, (23), p.153, Nov, 2001.

<sup>195</sup> HARDMANN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 35.



## 5.2 A textura da cor

Em livro sobre a região de Inhamuns, Antônio Gomes de Freitas transcreve um documento interessante sobre a “Ereção do povoado do Tauá em Vila São João do Príncipe” em 1801. Segundo consta o relato lido na Revista do Instituto do Ceará de 1907, em 14 de dezembro de 1801, o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos endereçou uma carta ao Ouvidor Gregório José da Silva, dando-lhe ordens para que erigisse em Vila o então Povoado de Tauá. Assim, “o Ouvidor Coutinho, por Edital que foi fixado no lugar mais público do Povoado, datado de 20 de abril de 1802, convidou os nobres da terra e o povo em geral, fazendo graves ameaças aos faltosos para que comparecessem à Povoação de Tauá”<sup>196</sup>. Nesse ano, “defronte do cruzeiro da Igreja”, “rezam os documentos, presentes a nobreza rural e o povo, “convocados a toque de sino”, o Dr. Gregório José da Silva Coutinho leu o seu discurso alusivo ao ato”.

Para além do ato em si, é interessante observar a diferença de ornamentação no vestuário, com seus adereços e cores, em relação aos mais pobres presentes na cerimônia, seus distanciamentos e modos de vestir. A partir de um inventário de Manuel Correia de Lacerda, presente em cartório no Tauá, Freitas nos traz um possível relato de como era variado o traje nesse dia:

O fausto com que se apresentavam os “grandes” da nova metrópole dos Inhamuns, traduzia fielmente a riqueza da terra. Metidos em casacas ou sobrecasacas de pano fino azul ou preto, jaquetas de mangas-justas, algumas vezes enfeitadas de renda na altura dos punhos, coletes de musselina, um por dentro do outro, calções abotoados ao joelho, que se casavam com meias de sêda fina de Saragoça, colarinhos duros, levantados, com gravatas a meio lenço, chapéus legítimos de Braga e guarda-sóis de variegadas cores, de preferência vigorosas.<sup>197</sup>

Nesse momento cerimonial, no qual é possível “juntar” os habitantes mais abastados aos mais pobres, o escritor salientou a quantidade de objetos para ver e sentir. Para distinguir. Enquanto os grandes da terra usavam “calções abotoados ao joelho”, com “meias de seda fina”, Freitas comentou que “os pobres que não podiam arcar com as despesas de roupas vindas de

---

<sup>196</sup> Revista do Instituto do Ceará, ano de 1907, p. 192. Apud: FREITAS, Antônio de. **Inhamuns (Terra e Homens)**. Tauá: Editora Mandacaru, 2008, p. 64.

<sup>197</sup> Autos de inventário de Manuel Correia de Lacerda, de “Santa Teresa”, no Cartório José Lúcio de Tauá. Ver: FREITAS, Antônio de. **Inhamuns (Terra e Homens)**. Tauá: Editora Mandacaru, 2008, p. 67.

fora, trajavam ceroulas de algodão, camisa do mesmo tecido, mas de pano passado, o que era indício de requinte e respeito”.<sup>198</sup>

Sobre esses movimentos de europeização das formas de vestir, essa conquista dos sentidos pelo domínio dos espaços do corpo, é interessante relacionar essas várias confecções de tecidos com as formas de ver e usar as cores, estudadas aqui como historicamente apreendidas. Com efeito, escrevendo sobre o brasileiro e o europeu, diz-nos Gilberto Freyre:

A reeuropeização do Brasil começou fazendo empalidecer em nossa vida o elemento asiático, o africano ou o indígena, cujo vistoso de cor se tornara evidente na paisagem, no traje e nos usos dos homens. Na cor dos sobrados que eram quase sempre vermelhos, sangue-de-boi; outros, roxos, e verdes; vários, amarelos; muitos de azulejos<sup>199</sup>.

Apesar da exatidão cromática esboçada por Freyre, que poderia nos levar a projetar e comparar possíveis cores “encontradas” na natureza e incólumes aos contingenciamentos do espaço e do tempo, seguimos aqui os cuidados metodológicos formulados por Michel Pastoureau. Segundo ele, o historiador deve “desconfiar de qualquer raciocínio anacrônico. Não deve projetar no passado os seus conhecimentos da física e da química das cores, nem deve tomar como verdade absoluta, imutável, a organização espectral das cores e todas as teorias que dela resultam”<sup>200</sup>. Desse modo, com vistas a uma compreensão histórica mais rigorosa quanto aos modos de vida e os sentidos das ações dos sujeitos de sociedades passadas, precisamos lembrar que “as nossas definições, os nossos conceitos e as nossas classificações atuais da cor” não “eram os das sociedades de outrora”<sup>201</sup>.

Nesse sentido, entendemos ser particularmente salutar um breve vislumbre de como o branco e o preto, a partir das novas exigências de higiene e compostura típicas de uma nova consciência, no lastro das transformações capitalistas e burguesas, podem ser apreendidos nos documentos analisados. A escolha do branco e do preto se faz interessante aqui na medida em que essas definições foram sendo encontradas alhures e usadas por viajantes e escritores oitocentistas como formas de classificar e denominar. Meios de capturar invenções simbólicas e formas de representação. Além do mais, cabe lembrar que “uma cor nunca vem só; só ganha

---

<sup>198</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>199</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ed. São Paulo: Global, 2004, p. 432.

<sup>200</sup> PASTOUREAU, Michel. **Preto: história de uma cor**. Lisboa: Orfeu Negro, 2014, p. 18.

<sup>201</sup> Ibidem, p.16.

sentido, só “funciona” plenamente, do ponto de vista social, artístico e simbólico, se estiver associada ou oposta a uma ou a várias outras cores.”<sup>202</sup>

Para Gilberto Freyre, desde o Tratado de Methuen, no início do século XVIII entre Portugal e Inglaterra, “uma série de atitudes morais e de padrões de vida” foram se fazendo “reinar politicamente” no Brasil, levando a um modo de ser que não teria sido adotado “espontaneamente” pelos brasileiros<sup>203</sup>. Segundo ele, “a reconquista, porém, teve de seguir suas cautelas. De tomar suas precauções. Porque houve resistências, de ordem natural, umas, outras, de ordem cultural”. Assim, tanto o “clima”, quanto as precárias “condições de higiene”, foram “elementos de resistência europeia”. Em suma, ele pontifica, “Operaram eles no sentido de moderar a reeuropeização do Brasil e de conservar o mais possível, no País, os traços e as cores extra-europeias, avivadas durante séculos profundos de segregação”.<sup>204</sup>

À reeuropeização ressaltada por Freyre, nos parece ter havido, em meados do século XIX, uma intrincada busca de distinção por meio das apreensões e usos de texturas mais próximas à cor preta e à branca, ou melhor, aos novos significados atribuídos pelos brasileiros à medida que as foram usando e percebendo seus matizes. Quando passou pelo Ceará na primeira metade do século XIX, George Gardner observou que “fazem-se (redes) geralmente de uma espécie de algodão encorpado, tecido pelos próprios habitantes e são brancos, ou branco e azul, sendo esta última cor obtida de uma espécie de anileira muito abundante nas vizinhanças”.<sup>205</sup> Noutra ocasião, o branco deixa a textura da rede para se encontrar nas areias do Crato, segundo o olhar do viajante. “Já vimos que a região, desde a costa até Crato, é em maior parte plana, com grandes porções cobertas de grossa areia branca”<sup>206</sup>. Entretanto se, para Gardner, a presença do branco pode ser visualizada tanto na areia quanto no tecido da rede, a princesa Teresa da Baviera, em sua passagem por Fortaleza em meados do XIX, pintou alguns elementos observados na paisagem com outras cores. Em excursão à serra de Maranguape, diz-nos ela: “Deslumbrante luar aclarava a senda, no entanto, logo principiou a amanhecer. A subida fez-nos

---

<sup>202</sup> PASTOUREAU, Michel. **Preto: história de uma cor**. Lisboa: Orfeu Negro, 2014, p. 8.

<sup>203</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ed. São Paulo: Global, 2004, p. 431.

<sup>204</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>205</sup> Gardner, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975, p. 93.

<sup>206</sup> Idem, *Ibidem*.

passar junto de choupanas indígenas e através de carrasco sem folhas e feios campos de algodoeiros floridos de amarelo”.<sup>207</sup>

Essas observações variadas sobre modos de ver e descrever nos mostram como o resultado e o sentimento externado no momento de sua tradução cultural estão relacionados ao tempo, ao espaço e ao olho que vê. Isso porque a própria escolha de descrever a cor e qualificá-la são partes desse processo de compreendê-la<sup>208</sup>. Freyre, em passagem sobre a presença cromática na vida cotidiana, é pontual sobre o que considera uma tendência nessa época:

Tudo isso que dava um tom tão oriental à nossa vida dos dias comuns foi empalidecendo ao contato com a nova Europa; foi se acinzentando; foi se tornando excepcional – cor dos dias feriados, dos dias de festa, dos dias de procissão, carnaval, parada militar. A nova Europa impôs a um Brasil ainda liricamente rural, que cozinhava e trabalhava com lenha, o preto, o pardo, o cinzento, o azul-escuro de sua civilização carbonífera.<sup>209</sup>

Desse modo, antes da invasão do “preto”, segundo Freyre a sociedade brasileira cultivava um maior número de sensibilidades cromáticas de vestuário. Nesse caminho, “a sobrecasaca preta, as botinas pretas, as cartolas pretas, as carruagens pretas enegreceram nossa vida quase de repente; fizeram do vestuário, nas cidades do Império, quase um luto fechado”<sup>210</sup>.

Entretanto, nem tudo era só preto. Viajando pelo Ceará nessa época, Francisco Freire Alemão também notou a presença do branco e seus usos, que iam desde os brancos lenços para a cabeça à pele branca queimada do sol.

O corpo da igreja tinha grande quantidade de mulheres de lençol pela cabeça, o que produzia um efeito singular; entre elas havia uma outra rapariga de vestido e sem lençol. Este lençol, toalha, ou mantilha branca, que achei asseado e próprio para o clima, é só usado pela gente de certa ordem; e reparei que as cativas a não trazem. Hoje as raparigas, que vai tudo já em certo desembaraço e educação, já não querem trazer lençol.<sup>211</sup>

---

<sup>207</sup> TERESA DA BAVIERA, Princesa. **Minha viagem nos trópicos brasileiros**. Fortaleza: André Luis Frota de Oliveira, 2014, p. 213.

<sup>208</sup> PASTOUREAU, Michel. **Preto: história de uma cor**. Lisboa: Orfeu Negro, 2014.

<sup>209</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ed. São Paulo: Global, 2004, p. 433.

<sup>210</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>211</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Organização e apresentação, Antônio Luiz Filho, Francisco Régis Lopes, Kênia Rios. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 65.

Esse trecho do relato de Alemão é fundamental para percebermos como novos valores, somados a significados no âmbito de uma moral e ética do corpo, estavam sugerindo e modificando hábitos, apontando conflitos não apenas geracionais, mas um princípio distintivo pelo uso de determinado adereço, no caso um lençol. Circunscrevendo a cena em um ambiente peculiar, na ocasião de uma ladainha na Matriz de Aracati, primeiramente ele evidencia o que parece ser um hábito ordinário: mulheres de lençol pela cabeça, o que produzia “um efeito singular”. Contudo, nem todas estavam igualmente vestidas. Uma moça estava com “lencinho ao pescoço”, enquanto “meia dúzia de pretas” estavam “com vestido e sem lençol”. E ele explica essas diferenças.

Alemão indica a distinção entre umas e outras pelo uso do lençol branco. Pois enquanto o “lençol, toalha ou mantilha branca (...) é usado pela gente de certa ordem”, reparou que “as cativas a não trazem”. Mesmo em espaço aparentemente comum, onde “as famílias mais decentes (...) tinham-se colocado pela parte de cima das grades” e os “pretos (...) por baixo do coro, junto à porta exterior”, a distinção se fazia presente sobre a pele, a partir dos tecidos que trajavam e dos adereços que marcavam posições e distâncias, entre os de cima e os de baixo.

Daniel Roche, estudando a “invenção da roupa branca”, organizou “três direções que orientam qualquer reflexão sobre a roupa-branca: os horizontes do parecer e de sua economia, a esfera da higiene, a parte do eros e os jogos do corpo”<sup>212</sup>. Assim, segundo diz, as roupas brancas são usadas, “com outras sutilezas, para a definição das fronteiras das aparências entre o que deve ser usado para o público e para o privado. É um jogo e um teste da distinção, pois as roupas-brancas são arrastadas no turbilhão das modas. (...)”<sup>213</sup>. Desse modo, o estudo dessas tensões entre cores e objetos nos ajudam a entender um pouco mais sobre conflitos e formas de resistência simbólica no teatro da vida cotidiana.

Diante disso, mesmo sabendo dos esforços em garantir um mercado de produtos com a Europa e maior circulação de produtos, não podemos esquecer que “a população, no início do século XIX, era de pouco mais de três milhões de habitantes, dos quais um milhão de escravos”, configuração que desafiava o “pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção”<sup>214</sup>.

---

<sup>212</sup> ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 164.

<sup>213</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>214</sup> HARDMANN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1982, p. 28.

Fazendo uma ponte entre o aumento do uso de trajes pretos ao recrudescimento de doenças, como a tuberculose, Gilberto Freyre entendeu ser bastante prejudicial ao viver sob os trópicos a mera “imitação mais passiva de trajes de climas frios e de civilização parda e cinzentamente carbonífera”<sup>215</sup>. Nesse sentido, é interessante o uso que ele faz dos estudos de certo Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, médico que fizera um estudo sobre a tuberculose e estudioso das “relações mais próximas do Império com a Europa”, apontando no monocromatismo de determinado vestuário “problema não apenas de estética, mas de higiene”, ao substituir as “cores vivas pelo preto solene e pelo cinzento chic”<sup>216</sup>. Segundo as palavras do Dr. Aquino Fonseca, transcritas por Freyre:

Outrora os vestuários eram ligeiros e feitos com amplidão; e isto estava inteiramente em harmonia com o clima quente da cidade, e facilitava não só os movimentos respiratórios, e por consequência a hematose, como vedava que se estabelecesse a transpiração, evitando por este modo que qualquer viração, tão freqüente aqui, desse causa a sua supressão, donde resultam males incontestáveis; mas as modas francesas, trazendo a necessidade de arrocho, para que se possam corrigir as formas irregulares de certos indivíduos ou fazer sobresahir as regulares, embaraçam o jogo respiratório das costellas e diaphragama, e influem sobre a hematose.<sup>217</sup>

Essa preocupação do Dr. Aquino Fonseca também pode ser lida como a intensificação do debate, aqui referido em linhas anteriores, sobre o que competia à natureza e à cultura, ao estado selvagem e ao de alta cultura. Com isso, apesar desse estudo sobre a “influência do traje preto” na aquisição de doenças, não sem razão, ainda no século XX, Freyre estaria discutindo a importância desse estudo, como meio de minimizar o que achava inapropriado.

Georges Vigarello, ao analisar as práticas de limpar do século XVII, evidenciou que “é preciso alterar a hierarquia das categorias de referência: não são os higienistas, por exemplo, que ditam os critérios de limpeza no século XVII, mas os autores de livros sobre boas maneiras; os praticantes dos costumes e não os eruditos”<sup>218</sup>. Com efeito, nesse movimento, ao escrever sobre o “Prelúdio da Moda em Fortaleza”, Eduardo Campos enfatizara como, por volta da

---

<sup>215</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ed. São Paulo: Global, 2004, p. 433.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 435.

<sup>217</sup> FONSECA, Joaquim de Aquino. Citado por Otávio de Freitas. **A tuberculose em Pernambuco**. Recife, 1896. Apud: FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ed. São Paulo: Global, 2004, p. 435.

<sup>218</sup> VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins fontes, 1996, p. 3.

década de 1860-1869, já “predominavam aí os tecidos de variegadas cores e enfeites, indo do preto ao branco, e, quer num ou noutro, ataviados de fofos, com babados geralmente desenvolvidos em três ou mais ordens”<sup>219</sup>.

Entre novas rendas e texturas, Campos observa o quanto, em vista dos bailes e das etiquetas sobre o bom-tom, expande-se um desejo de portar-se com certa classe e mostrar-se em público. Segundo ele, “A estampa da bela senhora, concede-nos a ideia exata do traje de frequência social à época, com saias duplas e babados, a primeira destas arrepanhada e estilo descrito, permitindo ver-se a renda valenciana aplicada sobre forro de cor tênue”.<sup>220</sup> Nessa chave de leitura, o desenvolvimento do luxo e da ornamentação se atrelam aos próprios movimentos fundacionais de Fortaleza como lugar do asseio e da higiene.

Isso se verifica na defesa do seu lugar privilegiado e de seus aparatos públicos, principalmente se lembrarmos da atuação das câmeras municipais nos inícios dos oitocentos e suas deliberações sobre os códigos de postura. Sobre isso, esclarece-nos Margarida Andrade aspectos dessa transição. Seguindo o primeiro Código de Posturas do Rio de Janeiro, de 1832, não é sem razão que “o Código de Posturas de Fortaleza de 1835 exige “que todos os habitantes desta Cidade, e Povoações do Município, ou sejam proprietários, ou rendeiros, são obrigados a trazerem limpas as frentes de suas cazas, becos, e fundos de quintaes por onde haja trânsito público [...] (art.5)”<sup>221</sup>.

Além disso, Otaviano Jr. também percebeu, ao analisar o documento que fora enviado a Sua Majestade, a rainha D. Maria I, contendo uma “lista de Homens Brancos que habitam a Vila de Fortaleza”, o projeto de fazer dessa cidade um exemplo de lugar civilizado, em que viveria seus elegantes “homens brancos”. Nesse sentido, “a composição natural de Fortaleza estava sendo fechada”, pois a “associação entre clima, ares, terras e fertilidades” se “apontava para o potencial agrícola da vila”, ao incorporar “outras vilas vizinhas – ex-aldeamentos

---

<sup>219</sup> CAMPOS, Eduardo. **Capítulos de história da Fortaleza do séc. XIX. (O Social e o Urbano)**. Fortaleza: Edições UFC (PROED), 1985, p. 21.

<sup>220</sup> Ibidem, p.24.

<sup>221</sup> ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles Andrade. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. Tese de doutorado na FAUUSP. Orientadora Beatriz Bueno. São Paulo, 2012, p.65.

jesuíticos (Soure, Parangaba, Messejana e Baturité)”, marcava-lhes como inferiores e, portanto, não os tornavam “potenciais concorrentes ao posto de capital”<sup>222</sup>.

Se oficialmente Fortaleza se fazia de homens brancos no início do século XVIII, Campos, em meados do XIX, registra um grande número de “vestes escuras” em Fortaleza. Assim, se para o discurso desses homens elegantes a capital deveria ser lembrada pela brancura da pele de seus habitantes, sua “cultura”, destinando ao esquecimento toda a riqueza cultural e cromática do outro “miscigenado e pobre”, “preto e vadio”; os imperativos dos ambientes, com suas texturas e cores, convidavam para um repensar de usos e práticas. Isso nos faz refletir sobre os usos de roupas brancas e de tons escuros em diversos ambientes. Como signo de posição e status, o preto, contrariando o indicativo do branco como sinal de asseio sob torrão tropical, nesse momento fazia parte dos modos de vestir da elite burocrática em ascensão nas cidades brasileiras. Segundo Freyre,

Nos jornais, notícias e avisos sobre “bacharéis formados”, “doutores” e até “senhores estudantes”, principiaram desde os primeiros anos do século XIX a anunciar o novo poder aristocrático que se levantava, envolvido nas suas sobrecasacas ou nas suas becas de seda preta, que nos bacharéis-ministros ou nos doutores-desembargadores, tornavam-se becas “ricamente bordadas e importadas do Oriente”<sup>223</sup>.

Nessa trilha, Campos afirmara que em Fortaleza em meados do XIX “predominam os trajos escuros, principalmente os vestidos de chamalote preto, com os quais as representantes do sexo feminino comparecem às missas”. Ainda mais, “durante anos, essa sociedade imponhe-se a si mesma a preferência por vestes escuras. Tem-se, por assim dizer, irresistível atração pelo preto, como se a elegância só pudesse representar pelo indumento retinto, fosse vestido ou casaca, elementos de vestuário terrivelmente antiecológico”.<sup>224</sup> O viajante Freire Alemão também fez interessante apontamento desse desejo de distinção pelo uso de determinada vestimenta em sua passagem pelo Icó nesse momento:

Às sete horas da noite nos vestimos e fomos para a casa do Gurgel, que já estava com muita gente. Foi uma excelente reunião de grande número de pessoas das primeiras

---

<sup>222</sup> VIEIRA JR., Otaviano. **Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005, p. 22.

<sup>223</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ed. São Paulo: Global, 2004, p. 722.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 51.



famílias do Icó. As senhoras pela maior parte trajavam com riqueza e gosto, parecia acharem-se em uma reunião do Rio de Janeiro [Capital do Império do Brasil à época]<sup>225</sup>.

Contrariando essa tendência, de outro modo, é interessante o relato que Freire Alemão faz ao passar pela igreja do Rosário dos pretos em Aracati. “Havia bastantes mulheres de toalha, e a maior parte era negra, também atoalhada. Demorando-se a reza, saí e vim para casa. Disseram-me que as pretas cativas levam toalha ou lençol quando acompanham a santa missa, mas que fora dessa usam pano de lençol.”<sup>226</sup>

Assim, entre esses vários movimentos, procuramos matizar como, a partir do lugar, do sujeito que vê e que usa determinada roupa, as cores vão se construindo e tomando significados. Ao fim e ao cabo, mesmo perseguindo as manifestações do preto e do branco nos modos de trajar em meados do século XIX, vimos que seus usos e significados dependeram tanto da sociedade que normalizou seus padrões de conduta e comportamento, como dos indivíduos que viveram sob esses padrões e cotidianamente lhes atribuíram outros significados. Como escreveu Pastoureau: “É a sociedade que “faz” a cor, que lhe dá as suas definições e os seus significados, que constrói os seus códigos e valores, que organiza as suas práticas e determina as suas implicações”<sup>227</sup>.

---

<sup>225</sup> ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)**. Organização e apresentação, Antônio Luiz Filho, Francisco Régis Lopes, Kênia Rios. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 128.

<sup>226</sup> CAMPOS, Eduardo. **Capítulos de história da Fortaleza do séc. XIX. (O Social e o Urbano)**. Fortaleza: Edições UFC (PROED), 1985, p. 65.

<sup>227</sup> PASTOUREAU, Michel. **Preto: história de uma cor**. Lisboa: Orfeu Negro, 2014, p. 20.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ingressei no curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC) em agosto de 2011. A experiência ao entrar em uma universidade pública foi singular. Conhecer a estrutura física, passear pelos seus diversos ambientes, conhecer novas pessoas, com suas visões de mundo e particularidades, fazer novas amizades, por tudo isso, conviver na e com a UFC marcou o início da minha juventude.

Ao saber sobre os grupos de estudos em meados do semestre, fiquei interessado em conhecer como funcionavam e como poderia participar. Depois de saber que cada grupo de estudo partia de temáticas específicas sobre o fazer do historiador, me interessei pela abordagem que pensava a história e o meio ambiente ou, noutras palavras, como os homens que vivem e fazem história modificam seus meios ambientes e como estes, em resposta, atuam e modificam as possibilidades da história. Foi um tempo de muito aprendizado, discussões de textos, começo de amizades e amadurecimento intelectual.

Fiquei sabendo que já havia sido organizada uma publicação que reunia textos de pesquisas em andamento dos integrantes. Tratava-se do caderno “Primeiras Viagens: história, natureza e cultura”<sup>228</sup>. Contendo seis pequenos textos, além de breve apresentação, o livrinho tratava de temas diversos que iam do estudo de “viajantes, naturalistas e o vale do Jaguaribe” até o estudo do “Maranguapinho: o lugar social do rio”. Este caderno teve a apresentação dos professores Eurípedes Funes, Adelaide Gonçalves e Kênia Rios, mas depois ficaria sendo coordenado pelos professores Eurípedes e Kênia. Depois dessa publicação pioneira, o grupo publicaria quatro anos depois, em 2013, outro livro que marcaria sua profícua trajetória de pesquisa materializada em diversas defesas de dissertações e teses<sup>229</sup>.

Essa vivência no grupo de estudos foi fundamental para a idealização e maturação das problemáticas de pesquisa presentes nessa dissertação. Desse modo, a partir das leituras no grupo de estudos, como cheguei a esse interesse pelo estudo do algodão? Que ferramentas operei para transformá-lo em objeto de pesquisa histórica?

---

<sup>228</sup> RIOS, Kênia; FUNES, Eurípedes; GONÇALVES, Adelaide. **Primeiras viagens**. Fortaleza: Departamento de História/UFC, 2009.

<sup>229</sup> Trata-se do livro: FUNES, Eurípedes; RIOS, Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; NETO, Emy Falcão. **Natureza e Cultura: capítulos de História Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

Em 2010 o Instituto do Ceará relançou o livro “Geografia do Ceará”, de Guilherme Studart. Este livro, escrito originalmente em 1924, tratava de vários assuntos pertinentes ao que o barão de Studart entendia como sendo a geografia do Ceará. Para tanto, nos seus 20 capítulos, são arrolados temas, datas e personagens que iam do Ceará colonial ao republicano. Lendo o seu capítulo XVI, sobre “comércio, navegação, agricultura e indústria”, achei curioso o seu esforço em indicar datas e lugares para uma possível origem do cultivo algodoeiro no Ceará. Depois de rápida pesquisa sobre o tema “algodão no Ceará”, percebi que era assunto recorrente em levantamentos historiográficos e até em capítulos de livros-síntese sobre a História do estado, mas que não possuía pesquisas recentes que o abordassem a partir de novas perguntas. Os estudos que encontrei sobre a cultura do algodão foram em sua maioria realizados em faculdades de economia ou de sociologia. E apesar da importância desses estudos monográficos, sentia a necessidade de um estudo histórico que temporalizasse e espacializasse, em vista das leituras feitas no grupo sobre natureza e cultura, o que parecia, para mim, naquele momento, uma abstração: o algodão.

Depois da minha curiosidade sobre o algodão e rápida pesquisa bibliográfica sobre esse tema, decidi principiar algumas leituras que me pareciam gerais e importantes para formar uma compreensão mais balizada. Dois livros foram, nesse sentido, fulcrais para conhecer o tema inicialmente. O primeiro foi “O algodão no Ceará”<sup>230</sup>, da professora Ana Cristina Leite, fruto de uma tese de doutorado em economia defendida na Universidade de São Paulo. Pesquisando a “produção de tecidos”, passando por uma análise da “estrutura produtiva do algodão no Ceará” e de sua “comercialização”, até chegar à análise da “utilização” do seu excedente, Leite fez um amplo panorama dessa cultura e seus itinerários. O segundo livro foi “Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte”<sup>231</sup>, da professora Denise Monteiro Takeya, fruto também de trabalho monográfico.

Simultaneamente a essas obras, passei a contrastá-las com leituras de cunho mais metodológico que fazia no grupo de estudos. Nesse sentido, historiadores, antropólogos e sociólogos foram sendo agregados aos meus modos de construir esse objeto de estudo. Os escritos de Keith Thomas, Bruno Latour, Laymert Garcia dos Santos, Hermetes Reis de Araújo,

---

<sup>230</sup> LEITE, Ana Cristina. **O Algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial, 1850-1880**. Fortaleza: SECULT, 1994.

<sup>231</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

dentre outros, ajudaram-me a perceber de forma mais problemática os lugares atribuídos ao algodão no Ceará.

Ao ser relacionado em artigos e estudos geralmente como produto de exportação e assunto preponderante da economia, o algodão parecia preso numa redoma ontológica. Era produto natural, datado e espacializado, mas não historicizado. Desse modo, busquei, num primeiro momento, imaginá-lo como base para um projeto de domínio do espaço cearense. A partir de seus fios e rotas, que percorriam continentes, entre lugares diversos, passava a concebê-lo como um produto em projeção. Com efeito, isso significa que precisei entender seus discursos de afirmação de planta viável para o comércio, apta para ser cultivada em terras cearenses e lucrativa para os negócios provinciais.

No entanto, se havia um projeto de defesa do algodão como produto por excelência para o comércio, por meio da comparação de duas memórias, entre o final do século XVIII e meados do XIX, também havia uma estratégia de defender seu cultivo e beneficiamento por meio da construção de um Ceará ideal, locus privilegiado de cultura, de onde partiria o seu sucesso como Província exportadora.

Nessa trilha, a leitura do geógrafo e intelectual Milton Santos me levou a um novo patamar na pesquisa. Se o algodão estava em rotação como produto comercial, em movimento nos espaços de seu cultivo e fabricação como mercadoria, como pensar suas tensões entre ritmos diferenciados de tempo na experiência social? A técnica, por meio da qual pensamos essa relação entre espaço habitado e objetos temporalizados, nos possibilitou compreender de forma nuançada relações complexas entre cultivo algodoeiro, mudanças técnicas e percepção temporal.

Contudo, por meio da leitura de relatos de viajantes e escritos de homens de ciência, em sintonia com a leitura de obras que evidenciavam transformações que as ciências químicas, físicas e biológicas tomavam desde os séculos XVII e XVIII, percebemos que o algodão passara a produto altamente sofisticado e modificado. A invenção da moda francesa, os desenvolvimentos dos meios de produção e as novas sensibilidades diante das formas de vestir, contribuíram para sua modificação em tecido a ser cada vez mais valorizado e usado no XIX. Em vista disso, procuramos, ao longo desta dissertação, pensar o algodão como um híbrido, produto da natureza e da cultura. Um ser histórico, percebido e usado diferentemente por diversos sujeitos em determinados tempos e lugares e, portanto, passível de ser historicizado.

## FONTES

### Livros

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**. Fortaleza: SECULT, Museu do Ceará, 2006. [1859]

ALBANO, Ildfonso. **A crise do algodão e A cultura do algodoeiro no Ceará**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1918.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Lisboa: Oficina Real Deslenderina, 1837. [1711]

BERTHOLLET, L. C. **Descrição do branqueamento dos tecidos e fiados de linho e algodão pelo ácido muriático oxigenado e de outras suas propriedades relativas às artes**. Lisboa: Arco do Cego, 1801.

BRASIL, Thomas Pompeo. **A cultura do algodão especialmente no Ceará**. Fortaleza: TypgrafiaLitho-Gadelha.[1859]

BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na Exposição de Chicago**. Fortaleza: Typ. D'A Republica, 1893.

BRASIL, Thomaz Pompeo. **Memoria sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da província do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 [1859].

Carta do Ouvidor sobre a situação dos índios (1786). PINHEIRO, Francisco José. Solo Fértil na Capitania: um projeto para o Ceará em fins do século XVIII. **Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia**. Fortaleza, v.1, p.13-28, 2005.

FEIJÓ, João da Silva. **Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos**. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975. [1846]

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. [1816]

MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. Excursões pelo Ceará, S. Pedro do Sul e São Paulo. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na sessões de 2 de junho, 28 de julho e 25 de agosto de 1871. **Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: B.L. Garnier/Livreiro Editor, 1872.

MORENO, Martins Soares. **Relação do Ceará**. IN: STUDART, Barão de. **Martim Soares Moreno: documentos para sua história**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1903.

PINTO, Joaquim de Almeida. **Diccionario de Botanica Brasileira ou Compendiodos vegetaes do Brasil, tanto indígenas como acclimados**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1873.

TERESA DA BAVIERA, Princesa. **Minha viagem nos trópicos brasileiros**. Fortaleza: André Luis Frota de Oliveira, 2014.

### **Relatórios Provinciais**

AZEVEDO, Manoel Antonio Duarte de. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Ceará à Assembleia Legislativa Provincial** em 1º de julho de 1861.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Ceará a Assembleia Provincial** em 1º de Outubro de 1864.

BARRADAS, Joaquim da Costa. **Relatório apresentado pelo Presidente da Província do Ceará à Assembleia Legislativa Provincial** em 1º de setembro de 1886.

ALENCAR, J.M. **Relatório Provincial do Ceará**, 1836.

### **Jornais**

**O Cearense**, julho de 1859. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

### **Leis**

**Lei nº. 36 de 5 de Setembro de 1836**, sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar.

**Lei nº. 84 de 25 de Setembro de 1837**, sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles Andrade. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)**. Tese de doutorado na FAUUSP. Orientadora Beatriz Bueno. São Paulo, 2012.
- ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A trajetória da Indústria Têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem (1880/1950)**. Fortaleza: UFC, 1989.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. Da mecânica ao motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX. **Proj. História**, São Paulo, (23), Nov. 2001.
- BASTOS, José Romário Rodrigues. **Natureza, tempo e técnica: Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e o século XIX**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2013.
- BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, 9 (24), 1995.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. O BARÃO HOMEM DE MELLO NO IHGB: BIÓGRAFO E VIAJANTE, POLÍTICO E HISTORIADOR. IN: **Anais XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS**, 2014.
- BRISOLLA, Sandra de Negraes. **Relações pré-capitalistas na agricultura brasileira: um estudo da cultura do algodão arbóreo no Ceará**. Dissertação de mestrado. Campinas, 1977.
- CAMPOS, Eduardo. **Capítulos de história da Fortaleza do séc. XIX. (O Social e o Urbano)**. Fortaleza: Edições UFC (PROED), 1985.
- COSTA, Emília Viotti da. **O mito da democracia racial no Brasil**. In: **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.
- DEJEAN, Joan E. **O século do conforto: quando os parisienses descobriram o casual e criaram o lar moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- DINIZ, José Nilo Bezerra. **Paisagens marginais: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914)**. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª edição revista e ampliada. 10ª reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FONTANA, Josep. **A História dos homens**. São Paulo: Edusc, 2004.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Antônio de. **Inhamuns (Terra e Homens)**. Tauá: Editora Mandacaru, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. 15ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNES, Eurípedes. **Sertão cerrado**. IN: DUTRA e SILVA, Sandro; FRANCO, José Paulo; DRUMMOND, José Augusto et alli (Orgs.). **Fronteira Cerrado: sociedade e cultura no oeste do Brasil**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás/Gráfica e Editora América, 2013.

FUNES, Eurípedes; RIOS, Kênia Sousa; CORTEZ, Ana Isabel; NETO, Emy Falcão. **Natureza e Cultura: capítulos de História Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

GANDILAC, Maurice. **Gêneses da modernidade**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. 2ªed. Fortaleza: BNB, 1979.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

HARDMANN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1982

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.262, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JÚNIOR, Mário M.V.; SILVA, Rafael R.; NOGUEIRA, Gabriel P. (Orgs.) **Ceará: economia, política e sociedade (séculos XVIII e XIX)**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre a história**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. São Paulo: PUC Rio, 2010.



KURY, Lorelai. **História natural, utilidade e felicidade no Iluminismo francês**. IN: FUNES, E., RIOS, Kênia S., CORTEZ, A. Isabel...[et al.]. **Natureza e Cultura: capítulos de história social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

LANTERNARE, Vittorio. Sentidos. **Enciclopédia Einaudi**. Vida/Morte - Tradições - Gerações. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1997.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATOURE, Bruno; SCHWARTZ, Cécile; CHARVOLIN, Florian. **Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas**. IN: ARAÚJO, H. Reis de. (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

LEITE, Ana Cristina. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial (1850/1880)**. Fortaleza: SECULT, 1994.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza**. Fortaleza, 1983

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos e a classe trabalhadora atlântica no século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MOTA JUCÁ, Gisafran Nazareno. **À Guisa de Introdução – O Espaço Nordestino: o papel da pecuária e do algodão**. IN: SOUZA, Simone (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

SANTOS, Nadja Paraense dos. Pedro II, sábio e mecenas, e sua relação com a química. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.54-64, jan/jun., 2004.

NOBRE, Geraldo da Silva. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza, SENAI/DR-CE, 1989.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **A Construção do Estado Nacional no Ceará na Primeira Metade do Século XIX: Autonomias Locais, Consensos Políticos e Projetos Nacionais**. IN: \_\_\_\_ e BARBOSA, Ivone (Orgs.). **Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1846)**. Fortaleza: INESP, 2009.

OLIVEIRA, Antonio José Alves. **João da Silva Feijó e os dilatados sertões: pensamento científico e representações do mundo natural na Capitania do Ceará (1799-1816)**. Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural. Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Eunice Sueli Nodari. Florianópolis, 2014.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira. **O rio e caminho natural: propostas de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886)**. Dissertação de

mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

PASTOUREAU, Michel. **Azul: história de uma cor**. Lisboa: Orfeu Negro, 2016.

\_\_\_\_\_. **Preto: história de uma cor**. Lisboa: Orfeu Negro, 2014.

PINHEIRO, Francisco José. Solo Fértil na Capitania: um projeto para o Ceará em fins do século XVIII. **Documentos: Revista do Arquivo Público do Ceará: Ciência e Tecnologia**. Fortaleza, v.1, p.13-28, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMOS, Régis Lopes. **O fato e a Fábula: O Ceará na escrita da História**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

RIOS, Kênia; FUNES, Eurípedes; GONÇALVES, Adelaide (Orgs). **Primeiras viagens**. Fortaleza: Departamento de História/UFC, 2009.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Corpo, Ética e Cultura**. IN: BRUHNS, Heloisa Turini e GUTIERREZ, Gustavo Luis (Orgs). **O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade**. Campinas, SP: Autores Associados, Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp, 2000.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Tempo de ensaio**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paula: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SERRES, Michel. **Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour**. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. **A guerra mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP**, São Paulo (30), pp.108-119, Junho/Agosto 1996.

SILVA DIAS, Maria Odila da. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005,

\_\_\_\_\_. **Caio Prado Jr.: Dialética e concretude da experiência histórica**. IN: NOGUEIRA, Antonio Gilberto; GONÇALVES, Adelaide. (Orgs.). **Caio Prado Jr.: legado de um saber-fazer histórico**. 1ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

\_\_\_\_\_. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SILVA, José Borzacchiello da. **O algodão na Organização do Espaço**. IN: SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

SIMONDON, Gilbert. **Sobre a tecno-estética: carta a Jacques Derrida**. IN: ARAÚJO, Hermetes Reis de (Org.). **Tecnociência e cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

STUDARDT, Guilherme (Barão). **Geografia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010 [1924]

TAKEYA, Denise M. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

VIANA, Carlos Negreiros. **A Indústria têxtil de algodão do Ceará (1881-1973): uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul**. Dissertação de mestrado em Economia da Universidade de Brasília, 1992.

VIEIRA JR., Otaviano. **Entre o futuro e o passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo: uma história da higiene corporal**. São Paulo: Martins fontes, 1996.